

Diário do Legislativo de 10/07/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 34ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 35ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 36ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - 37ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.5 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/6/2007

Presidência dos Deputados José Henrique e Getúlio Neiva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 22/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007; encerramento da discussão; inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 915/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 318/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 347/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.014/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Registro de presença - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.143/2007; discursos dos Deputados Paulo Guedes e Irani Barbosa; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende

- Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wander Borges, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 22/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre critério para crédito do valor adicionado na situação que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 22/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que revoga o parágrafo único e acrescenta parágrafos ao art. 38 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 915/2007, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sete Lagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 318/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Pimenta o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 318/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 347/2007, do Deputado Doutor Viana, que altera o art. 4º da Lei nº 10.627, de 16/1/92, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 347/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.014/2007, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig - a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.014/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra e agradece a presença, nas galerias, de integrantes do Grupo de Jovens Louquinhos de Deus, de São Domingos do Prata, que estão participando do programa "Educação para a cidadania" da Escola do Legislativo; dos Prefeitos do Vale do Rio Doce, de Alpercata, de São Félix de Minas e de Tumiritinga; e, no Plenário, dos Deputados da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo: Alex Manente, Presidente da Comissão de Defesa e Direito do Consumidor, Rui Falcão e Gilmaci Barbosa.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.143/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos iniciando a discussão do Projeto de Lei nº 1.143/2007, que

autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. O debate sobre a matéria é importante, mas temos outros projetos dessa natureza relevantes, Deputado Weliton Prado, inclusive o que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar à Prefeitura de Belo Horizonte um terreno importante, que vai resolver o problema de mais de 500 famílias da Capital. Eu gostaria que esse projeto também fosse discutido, enfim, que debatêssemos como um todo as matérias dessa natureza, uma vez que agora começamos a discutir, e alguns projetos são passados na frente de outros, enquanto o debate deveria voltar à tona.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Quería agradecer ao nobre Deputado Paulo Guedes a oportunidade de lhe fazer um aparte. Certamente aprovaremos o Projeto de Lei nº 1.143, do Governador, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Poços de Caldas. Houve o parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e votaremos favoravelmente.

O imóvel será doado ao Município, mas a grande dificuldade é que as Prefeituras, principalmente as do interior, que V. Exa. conhece muito bem, não estão tendo condição de pagar a conta de energia elétrica, que está um absurdo. Pensem no caso do cidadão que está lá na ponta. Para se ter uma idéia, nos últimos dez anos, a conta de energia elétrica subiu mais de 500%; nos últimos quatro anos, subiu mais de 100%. Em abril houve um aumento de 6,5%. Não satisfeita, a Cemig entrou com recurso na Agência Nacional de Energia Elétrica querendo mais 20%.

Imaginem a Prefeitura de Poços de Caldas, que vai receber esse imóvel. Como ela fará para pagar a conta de energia elétrica, que está num valor muito alto, mesmo com a população subsidiando com a taxa de iluminação pública? Aliás, V. Exa. me disse que foi uma luta na sua cidade para vocês conseguirem extinguir a taxa de iluminação pública, que revoltava a população. Recebendo esse imóvel, como a Prefeitura fará a manutenção depois? São valores exorbitantes para as escolas e hospitais municipais.

O valor da conta de energia que as Prefeituras pagam é uma fortuna. Imaginem os 17 milhões de mineiros que utilizam a energia elétrica da Cemig tendo mais esse aumento? Nada justifica. Só nos três primeiros meses, a Cemig teve um faturamento de mais de R\$400.000.000,00. E ainda querem mais um aumento agora. Nós temos o ICMS mais caro do Brasil. O valor da conta de energia elétrica em Minas Gerais é o dobro do cobrado em Brasília, é mais que o dobro do que é cobrado no Amapá e em vários Estados do Brasil.

Se V. Exa. me permite, aproveito para dizer que ontem foi aprovado requerimento do Deputado Federal Elismar Prado na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal, solicitando à Aneel que negue o reajuste de 20% pedido pela Cemig. Tomamos a mesma medida na Assembléia Legislativa. Só mencionei essa questão da Cemig para contextualizar a discussão, porque a Prefeitura receberá o imóvel. Porém, a cada dia que passa, as Prefeituras assumem mais atribuições, tanto do Estado, quanto da União. Hoje um dos graves problemas do poder público municipal é a conta de energia elétrica. Às vezes, recebem um prédio como esse para instalar posto de saúde. Há casos até em que a energia foi cortada. Esses exemplos são importantes para a população entender a situação e criar esse sentimento em relação à questão da energia elétrica.

Agradeço a oportunidade, dizendo que vamos nos empenhar muito e faremos uma grande campanha em toda Minas Gerais, a fim de que a população se mobilize, a empresa volte atrás e o relator negue mais um aumento de 20% na conta de energia elétrica da Companhia Energética de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Obrigado, Deputado Weliton Prado, concordo plenamente com as suas considerações.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, estamos de acordo com este projeto que autoriza a doação de imóvel à Prefeitura de Poços de Caldas, que, certamente pela sua localização, tem mais condições de utilizá-lo da forma que mais convier a essa próspera cidade e à sua população.

Ontem este Plenário debateu acuradamente o abuso de determinados representantes do Ministério Público contra diversos cidadãos, principalmente contra vários Deputados com assento neste Legislativo. V. Exa. mesmo foi uma das vítimas. Quando era Vereador em Manga, sofreu tenaz perseguição por motivação política na Associação dos Vereadores da região. Demonstrei todo o meu inconformismo e indignação, porque também sofro tenaz perseguição por motivação política de um representante do Ministério Público de Contagem, que não tem o mesmo comportamento com representantes de outras correntes políticas da cidade. No nosso caso, ainda é mais grave, porque esse cidadão que denuncia, julga e condena é amigo de um jornalista de São Paulo e para lá distribui a matéria a uma agência de notícias, que se incumbem de distribuí-la para todo o Brasil, não nos dando a menor oportunidade de defesa. Quando tomamos conhecimento, o fato já é público no âmbito mineiro e nacional. Estamos expostos à execração pública.

Deputado Paulo Guedes, já estou no meu oitavo mandato. Tenho 32 anos de efetivo exercício na política e não tenho nenhuma condenação nem patrimônio relevante. Agora, vem esse cidadão, cuja origem desconheço, para tentar enxovalhar a nossa honra, repito, de forma absolutamente política, porque não dá o mesmo tratamento a outros representantes políticos, principalmente das correntes adversárias. Pelo contrário, algumas das correntes são até protegidas por ele com ações. Ele não pode ser parcial nas ações; deve ser imparcial. Ele demonstra um ódio ímpar por mim. Não sei a razão disso, pois nunca lhe fiz nenhum mal, muito menos a alguém do Ministério Público. Fiquei indignado com a fotografia que recebi do gabinete desse representante do Ministério Público de Contagem. Coloca todas as matérias de que me acusa em um quadro e o pendura em seu gabinete. São diversos quadros. É uma coisa absurda. Em alguns processos, nem citado fui, ou seja, não há nem a relação processual estabelecida. Além de ser um processo de motivação política, pessoal, é intimidação às pessoas mais pobres, mais humildes.

O cidadão que, convocado por ele para prestar um depoimento, chegar ali e vir, na parede, esse quadro com meu nome como se fosse um troféu em comemoração a uma denúncia ou um holofote sobre uma notícia, poderá pensar que, se ele faz isso com um Deputado, um ex-Prefeito, com uma vida pública tão longa, líder de Tancredo Neves nesta Casa - de que me orgulho muito -, o que não fará com um cidadão mais humilde? Diante disso, o cidadão vai achar melhor confessar tudo, até mesmo, como eu disse ontem, que descobriu o Brasil. Isso exatamente porque ele intimida e obriga as pessoas que vão lá. Sei de casos em que ele ameaçou as pessoas de processá-las se não falassem o que ele queria. Isso não é possível. E há outras questões que tenho discutido no fórum adequado, ou seja, nos processos.

Mas, para mostrar que a questão não é pontual, tenho em mão o "Estado de Minas" de 7 de junho, em que se fala que o Prefeito de Betim, Carlaile Pedrosa, é réu em 150 ações civis públicas de iniciativa do Ministério Público de Betim. Isso é claramente um abuso, um absurdo. Com um rol de contratações temporárias, o Ministério Público abre um processo para cada pessoa. Isso é realmente uma demonstração inequívoca de que há exacerbação, abuso. E não vemos da alta direção da Procuradoria-Geral de Justiça de Minas nenhuma atitude em relação a esse abuso em que chegam, no exercício de suas funções, a intimidar pessoas injustamente, como foram os casos do Prefeito de Betim, de V. Exa., o nosso próprio e de tantos outros aqui citados.

Deixo, então, consignados meu repúdio e protesto contra essa iniciativa de dar entrada a 150 processos contra o Prefeito de Betim, Carlaile Pedrosa, reconhecendo uma pessoa correta, de bem, respeitada pela cidade. É um absurdo noticiar, com esse estardalhaço, que o Prefeito está sendo processado em 150 processos. Reitero o meu inconformismo e indignação com relação a essa atitude. Não há condenação definida e há processos de que o Prefeito nem sequer foi notificado, mas já está na mídia nacional essa execração pública, seguramente colocada pelos Promotores da cidade. Aliás, eles têm feito muito isso: estão pautando a imprensa - plantam notícias e colocam as coisas como fatos consumados. Mesmo sobre pessoas que não foram sequer citadas, já anunciam, como fato consumado, que praticaram esse ou aquele ato, não

lhes dando oportunidade de defesa, como garante a Constituição. Há poucos dias, o Presidente Lula falava, em relação a seu irmão Vavá, que, como nos garante a Constituição, todo cidadão tem o direito de defesa. Ou seja, temos esse direito constitucional e não podemos ser expostos à execração pública, como se fôssemos réus, como se já se tivesse provado que cometemos aqueles atos, sem que tenhamos tido oportunidade de fazer a nossa defesa. É isso o que está acontecendo: nem usamos ainda do nosso direito constitucional à livre e ampla defesa, e já somos colocados como réus e condenados.

Assim, ao defender o Prefeito de Betim, quero dizer da nossa indignação e inconformismo com essa forma deletéria como alguns Promotores estão agindo - espero que poucos, embora, pelo que foi dito ontem, quando mais de 12 Deputados disseram-se vítimas, foi muita gente, sim. Mas reafirmo a minha indignação com essa forma deletéria de agir, que não promove os bons Procuradores e Promotores, que, esses sim, agem dentro do processo. Aliás, qualquer advogado sabe que o que não está no processo não está no mundo. Mas esse cidadão de Contagem fala na imprensa o que não está no processo; aumenta tudo de forma absurda.

E faz mais ainda: procura confundir a Justiça falando de uma pessoa, incluindo em sua exposição a fundação do Município de Contagem. Vai falando até chegar onde quer, como se todo mundo fosse uma coisa só. Isso é uma artimanha. Ele divulga um valor astronômico, e quando o acusado vai ver o que está sendo falado dele, não é nada daquilo. Ele divulga uma coisa absurda que não está no processo. Sabemos disso. O Juiz julga o que está no processo, o que não está no processo não faz parte do mundo. Mas, em jornal, é divulgado o que não está no processo. A imprensa, a televisão e o rádio divulgam o que não está no processo.

Cansamos, vamos tomar iniciativa. Todas as vezes em que me sentir caluniado, vou à Justiça processar esse Promotor. Não vou tolerar mais isso, não aceitarei mais isso. Tenho família, amigos, pessoas que me conhecem e me respeitam, e nenhuma dessas pessoas está satisfeita com essa campanha deletéria que esse cidadão faz e, em cujo final, tenho certeza, serei inocentado. Mas quando? Daqui a 5 anos, 10 anos, 15 anos, quem sabe não estarei mais vivo? Como é que fica o nome? Como fica a história que construí? Nem conheço esse cidadão, nem sei de onde veio ou para onde vai, pois fica em um lugar temporariamente, enxovalha o nosso nome, vai embora para outro lugar e tudo fica por isso mesmo. Depois, daqui a 5 anos, 10 anos, 15 anos, quando eu for absolvido, como isso ficará? Ele falou que vai até o Supremo, a todo lugar, mas quer ver-me condenado. Virou coisa pessoal, não sei por quê. Insisto, não sei o porquê desse ódio, não tenho nenhum relacionamento com ele, nunca tive nenhum relacionamento com ele, de forma nenhuma. Não sei por que essa iniciativa. O que vai adiantar ser inocentado daqui a 5 anos, 10 anos, 15 anos, 20 anos, quando talvez nem tenha mais vida para me defender? Como fica minha família? Como ficam meus amigos? E ele estará onde para responder por esses atos? Para não alegar prescrição da calúnia depois, vou entrar com um processo contra ele. Então, agora vamos fazer isso. Já me estou cercando de bons juristas, não vou mais admitir isso. Vou onde for necessário. Agora é assim: chumbo para lá, chumbo para cá. Se ele me processar, eu o processo também.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Ademir Lucas. Realmente há uma série de excessos cometidos. Gostaria de dizer que nossa indignação não é contra todo o Ministério Público. Sabemos que existem bons Promotores, bons profissionais, mas esta Casa não pode admitir que alguns membros do Ministério Público cometam tamanhas injustiças com várias pessoas neste Estado.

Tenho a honra de passar a palavra ao grande Deputado Getúlio Neiva, da nossa querida Teófilo Otôni, no Vale do Mucuri.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, V. Exa. nos permitiria, e o Sr. Presidente também, que neste momento prestássemos solidariedade ao companheiro, Prefeito de Betim, Carlaile Pedrosa; ao companheiro Ademir Lucas, ex-Prefeito de Contagem, Deputado com sete mandatos, pois estamos preocupados. Há uma frase muito interessante, singela até, que diz que, se você quer conhecer o homem, dê-lhe o poder.

Seria necessário haver um cuidado do chefe dos Procuradores, do Procurador-Geral, de conversar com cada um que ingressasse no Ministério Público para dizer a eles que existe uma coisa chamada honra em todas as pessoas, especialmente no homem público, nesse que lida com política, que trabalha em benefício do povo.

Ontem assisti à reunião, ouvindo o desabafo dos companheiros devido àquele escandaloso festival de multas eleitorais em Divinópolis. Um festival de multas eleitorais sem pé nem cabeça. Cidadãos que nunca estiveram em Divinópolis nem lá fizeram campanhas receberam multas do Ministério Público, o que se deu talvez pela atuação de algum eleitor que tenha levado até lá um papelzinho e o jogado na rua. Mas há fatos mais graves, que o nosso Procurador-Geral há de compreender e mostrar para a população - e Paulo Guedes nos presta um grande serviço ao nos permitir, junto aos companheiros, apresentar uma reação.

Lembro-me de que, como Prefeito, reunimo-nos com os Prefeitos das cidades-pólo de Minas Gerais e fomos ao Procurador-Geral, Dr. Nedens, pedir-lhe que retirasse uma enorme placa, com os dizeres "Procuradoria Especial de Crimes de Prefeitos". E perguntamos ao Dr. Nedens por que não havia uma sala e um Promotor especial para crimes de Juizes, para crimes de Promotor de Justiça, para crimes de Delegado, para crimes do Governador, para crimes do Presidente. Por que a necessidade de taxar Prefeitos de ladrões antecipadamente? A condenação que apresentaram contra o Carlaile, naquele jornal, é fantástica: 150 ações. Pensei que era o recordista, pois contra mim existem 48 ações. Já ganhei 28 e faltam 20 para ganhar. Mas uma coisa, Presidente, é muito importante: a estatística.

Deputado Paulo Guedes, 70% do total das ações de improbidade administrativa apresentadas por alguns Promotores - não por todos -, uma minoria, chegam ao Tribunal e morrem na Justiça. Então, por que gastar o precioso tempo da Justiça com denúncias inócuas, com perseguições fantásticas como essa a que se referiu o companheiro? Estou estarrecido com a fotografia estampada no gabinete de um Promotor de Justiça, onde só existem na parede quadros com recortes de jornais denunciando e apontando como ladrão um político que conhecemos há 30 anos, homem honrado e digno.

Contarei um fato interessante: o Promotor de Justiça Bruno Lucena, da minha cidade, já promovido para Ipatinga, antes de sua posse, que se daria no dia seguinte, convocou a imprensa para fazer denúncias contra o cidadão Getúlio Neiva, que era Prefeito da nossa terra. Anteriormente, outros dois Promotores, que descarregaram essa metralhadora giratória de denúncia contra Getúlio Neiva, também tinham sido promovidos. Não sei, Sr. Procurador-Geral, se isso é uma estratégia de promoção. Tem de bater, tem de brigar, mostrar serviço, inclusive fazer petições interessantíssimas, contendo 30, 40, 50 páginas repetindo o mesmo assunto, algo que, do ponto de vista do português, deixa-nos meio trêmulos. Não é possível tanta repetição. São cópias e mais cópias de súmulas, súmulas de cima para baixo e de baixo para cima. Será que a Justiça não está com acúmulo de serviço por causa desse tipo de comportamento? Será que o trabalho de ampliação da Justiça mineira, da melhoria de suas condições - chegará aqui um projeto nesse sentido -, não está sendo sobrecarregado por essas poucas pessoas que vivem dos holofotes? Esses poucos Promotores que vivem dos holofotes não estão causando um prejuízo maior à Justiça?

Nos jornais, desta semana, de São Paulo, do Rio e de Minas Gerais, está estampada a preocupação do povo e a preocupação de alguns segmentos da Justiça. Em alguns programas de televisão, especialmente em São Paulo, a que ontem assisti à noite, constatei a preocupação com essa maravilhosa e talvez mais importante instituição deste país.

O povo começa a se preocupar com essa maravilhosa e talvez mais importante instituição deste País. O povo se preocupa. Não adianta prender os ladrões que a Justiça vai soltá-los. Enquanto homens de bem estão tendo suas vidas devassadas, suas honras enxovalhadas, eles são soltos. É uma vergonha tratar desse assunto na Assembléia de Minas. Preocupo-me quando companheiros, como Carlaile e Ademir Lucas, são denunciados e condenados a pagarem uma multa de R\$100.000,00 por um papelzinho encontrado no chão. Segundo estou sendo informado,

são 49. É pior do que imaginava.

Agradeço o serviço que o Deputado Paulo Guedes está-nos prestando, pois nos permite interromper o seu pronunciamento para esse tipo de observação. V. Exa. está prestando um grande serviço à democracia. Os nossos Promotores de holofotes precisam entender que democracia não se faz com um só Poder. Os políticos deram autonomia ao Ministério Público. Nós lhes concedemos, na Constituição de 1988, esses poderes. Mas eles precisam usá-lo com bom senso. É preciso parcimônia, equilíbrio e buscar aceitar essa delegação, tão forte de poderes, com o mesmo respeito que a classe política tem pela Justiça. Não podem sentir-se com privilégios, não podem agir como se fossem os paradigmas da honra e da moralidade. Não podem se achar melhores que os outros Poderes. É preciso que tenhamos uma reação, não contra a Magistratura e o Ministério Público, instituições que temos de defender, com unhas e dentes. Vamos eternamente defendê-las, com unhas e dentes, porque não se faz democracia sem o tripé Executivo, Judiciário e Legislativo. Nós, companheiros, estamos sendo enxovalhados pelo Ministério Público. Não podemos permitir que o Poder Executivo, os Prefeitos, que vivem com a espada de Dâmocles sobre a cabeça permanentemente, sofram isso. Quando os companheiros nos perguntam se vamos voltar à Prefeitura de nossas cidades, todos nós temos dúvidas se um dia poderemos voltar. Temos dó, temos pena de apenas se estabelece por meio do fechamento do Poder Legislativo. Quando se fecha o Poder Legislativo, a ditadura implementa-se imediatamente. Esta Casa é o lugar onde devemos ter coragem. Aqui não é casa de covarde nem de pessoas que temem enfrentar os assuntos institucionais deste país.

Caros companheiros, gostaria de contar um caso. É bom que esses jovens escutem o que estamos falando. É bom, o Poder Legislativo é o esteio da democracia, jovens. A primeira coisa para estabelecer-se uma ditadura é o fechamento do Congresso Nacional, das casas legislativas. A ditadura que vocês não viveram e que enfrentamos por 22 anos apenas se estabelece por meio do fechamento do Poder Legislativo. Quando se fecha o Poder Legislativo, a ditadura implementa-se imediatamente. Esta Casa é o lugar onde devemos ter coragem. Aqui não é casa de covarde nem de pessoas que temem enfrentar os assuntos institucionais deste país.

Na minha terra, Sr. Presidente, uma Promotora de Justiça, em entrevista à Rede Globo de Televisão, disse que o Prefeito de Teófilo Otôni tinha malversado dinheiro público e comprado até jóias com dinheiro da saúde. Graças a Deus, a imprensa local me abriu a televisão local, e, durante 1h30min, mostrei todos os documentos da prestação de contas da saúde e a nota fiscal da firma que se chama Arte Jóias, que vendeu uma antena parabólica para ser colocada no hospital municipal, a fim de sintonizar os programas do governo federal por meio de satélite. Por causa de uma antena parabólica, fui colocado no ar, em todo o Estado. Minas Gerais inteira assistiu à Promotora de Justiça dizer que Getúlio Neiva comprou jóias com dinheiro da saúde, mas, na verdade, eu havia comprado uma antena parabólica. O mais incrível, Sr. Presidente: um mês antes, o marido da nossa querida Promotora tinha comprado uma antena parabólica no mesmo lugar e pelo mesmo preço. Aliás, tenho a cópia da nota fiscal.

Vejam a desmoralização a que chegamos, Prefeitos do Rio Doce. Não sei como os senhores ainda agüentam. Simplesmente estou desestimulado. A população da minha cidade quer que eu volte para a Prefeitura, e estou com medo do Ministério Público. Graças a Deus, há muitos homens e mulheres fortes, nesta Casa. Graças a Deus, temos companheiros para defender a instituição, não o Prefeito safado, sem-vergonha e ladrão. Este tem de ir para a cadeia, como também Deputado, ladrão e Promotor safados. Aliás, o Juiz Lalau também.

Temos de estabelecer a verdade e o respeito às instituições. Nenhum país se agüenta se o último bastião e a última trincheira não forem a Justiça. A Justiça deve ser o último bastião, o último a que a população, recorre. A população ainda acredita na Justiça, pois, quando vemos alguém sendo envolvido em acidente, morte ou assassinato, as pessoas dizem que querem justiça. Assisti a debates na televisão, em São Paulo, quando Juízes, Desembargadores e Promotores de Justiça diziam estar preocupados com o questionamento do povo. Começaram a questionar por que o indivíduo rouba e mata e não vai para a cadeia. Esta semana foi a do índio Galdino. Rapazolas de classe média alta de Brasília, há 10 anos, mataram-no, ateando-lhe fogo, mas estão soltos há muito tempo. Rapazinhos bonitinhos da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, pegaram uma empregada doméstica, espancaram-na e roubaram-lhe a bolsa. Não vai acontecer nada, a impunidade é pregada e exposta aos quatro ventos como defeito de político.

Fala-se que impunidade é defeito de político. E os assassinos? E os ladrões? Aí vem a Lei nº 5.250, a Lei de Imprensa, mais o Código Penal, que dão direito ao cidadão de buscar reparação pela injúria, pela calúnia e pela difamação. No entanto, quantos tentaram?

Há um certo medo do corporativismo. Temos medo de buscar nossos direitos. Fui injuriado, caluniado, perseguido sistematicamente na campanha eleitoral de 2004, senhores. Uma Juíza se orgulhava e batia no peito dizendo que assinava 200, 300 petições por dia de intimação de cobrança judicial de IPTU, para atrapalhar a candidatura à reeleição do Prefeito. Tinha que colocar execução na rua. Também há outros três casos: os Promotores que me perseguiram foram promovidos; outro que me perseguiu foi promovido. Assim também a Juíza foi promovida logo após assinar as intimações.

O Procurador-Geral do Estado e o Ministério Público devem olhar isso. Queremos, aqui no Legislativo, dar respaldo para manter a crença do povo brasileiro na justiça. Eu também quero acreditar na justiça. Todos precisam acreditar na justiça, mas não conseguiremos, se 49 candidatos são multados em R\$100.000,00 numa só cidade, Divinópolis; se o Prefeito de Betim recebe 150 mil processos e sabemos que vai ganhar todos; se um Promotor se deixa fotografar no seu gabinete...

Aliás, Ademir, empreste-me essa foto. Vou pedir à televisão para filmá-la. Peço ao meu companheiro que a filme. Vejam essa foto: orgulhosamente, o Promotor de Justiça tem em sua parede os quadros artísticos de sua predileção: denúncias, denúncias e denúncias; processos, processos e processos, não contra assassinos, não contra ladrões, não contra estupradores, mas contra políticos.

É assim que as coisas estão acontecendo, Dr. Jarbas. É preciso que o senhor tome alguma providência. Obrigado, Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes - Obrigado, Deputado Getúlio Neiva. Continuarei aproveitando a intervenção de vocês para dizer o que falei ontem sobre o que fizeram e o que estão fazendo comigo na minha região.

Quando era Vereador na cidade de Manga, fui eleito Presidente da Associação de Vereadores da Área Mineira da Sudene - Avams -, com sede na cidade de Montes Claros. A Avams não tinha patrimônio nenhum, assim como não tem até hoje; é uma associação como outra qualquer, como se fosse associação de bairro, associação comunitária; não tem fins lucrativos nem recebe repasses de nenhuma instituição, de nenhum governo; enfim, é mantida com a contribuição dos Vereadores.

Na época em que assumi a sua Presidência, ninguém contribuía, ninguém pagava, portanto não tinha renda, patrimônio, nada. E assim tivemos que fazê-la funcionar. Alugamos uma sala, fizemos "vaquinha", realizamos um movimento entre os Vereadores para que essa associação voltasse a atuar em prol dos interesses da região e da classe. O intuito era constituir uma entidade forte que lutasse pelo desenvolvimento da área mineira da Sudene.

Posteriormente, após um tempo em que estive à frente da associação, logo depois da vitória do Presidente Lula, meu nome surgiu ante a possibilidade de ser aproveitado para o governo, para coordenar o Denocs em Minas Gerais. Aí começou a perseguição.

O Prefeito da minha cidade contratou um jornalista, a quem pagou uma mixaria - sabemos que o valor foi R\$800,00 -, para subscrever uma denúncia maluca, e a entregou a uma Promotora, de 22 anos de idade, que tinha acabado de chegar a Montes Claros naquela semana.

Sem nenhum aviso prévio, ela mandou fazer uma inspeção. Invadiram a sede da Avams a fim de verificar se procedia a denúncia de que eu usava a estrutura da associação para imprimir um jornal, que circulava em minha cidade, para me promover. O Ministério Público procedeu à investigação. O escritório da Avams foi invadido por dois funcionários do Ministério Público, que procuraram a gráfica - que não existia -, que procuraram o computador - que não existia. Era uma associação recém-criada, que não tinha patrimônio nenhum, recurso nenhum. É impossível tirar de onde não tem. Pelo contrário, quando me afastei da associação, perdoei uma dívida dela para conosco, no valor de R\$36.000,00, referentes aos aluguéis que paguei com dinheiro do meu bolso, dos meus colegas, da diretoria. A Avams não tinha condição de pagar, porque não arrecada nada.

O Ministério Público fez essa inspeção. Por incrível que pareça, os dois funcionários do Ministério Público que fizeram a averiguação na sede da associação redigiram e assinaram um laudo constatando que não encontraram nenhum vestígio, nenhuma evidência de que naquele local poderia funcionar um jornal.

Pois bem. Para mim, o caso estava encerrado, mas não. Mesmo diante da constatação dos próprios servidores do Ministério Público, a recém-formada Promotora, querendo aparecer, pediu a suspensão dos meus direitos políticos por oito anos, com base apenas em um papel assinado por um jornalista que nem me conhecia, que nunca havia ido à sede da Avams e que não conhecia nada.

Esse processo está rolando até hoje. Já foram intimados os mais de 1.100 Vereadores da Área Mineira da Sudene, assim como todos os Presidentes de Câmaras. Alguns são encontrados, outros não, e frequentemente o Oficial de Justiça tem de retornar ao logradouro. Criou-se um aparato da Justiça em todas as comarcas da região, até no Vale do Jequitinhonha. A intimação está chegando às comarcas do Noroeste. Todo dia recebo ligações de Prefeitos e de Presidentes de Câmaras, querendo saber do que se trata. Quem lê a petição feita por essa Promotora e não sabe do que se trata acha que a Avams é uma instituição que tem dinheiro. E aquilo apresenta a gente como se fosse bandido, porque você é que tem de provar. É difícil, porque o Ministério Público usa recursos públicos com despesa de correio, material gráfico e todo o funcionamento da Casa, dos funcionários da Justiça, dos Oficiais de Justiça, que têm de sair para cumprir mandado em várias cidades, em várias comunidades. Às vezes, o Presidente da Câmara mora lá, na comunidade tal. Então, a Justiça tem de alugar carro para o oficial ir até lá. Se não achar, volta duas ou três vezes. Pelos meus cálculos, a Justiça já gastou mais de R\$500.000,00 para apurar esse caso. Lembro que, no período em que fui Presidente da Avams, nossa associação não arrecadou nem R\$10.000,00 de contribuição dos Vereadores. Não vejo sentido. Tenho uma coleção de manchetes dos jornais patrocinadas por esses adversários. Sempre que surge uma oportunidade, a matéria é requerida e volta: "Ministério Público denuncia Paulo Guedes por malversação de recursos públicos, por desvio, por enriquecimento ilícito".

É dessa forma. Temos todo o respeito pela instituição, mas queremos que fique bem claro que está havendo abuso. Peço ao Procurador-Geral, Sr. Jarbas, para tomar providências com relação a esses abusos. O que está acontecendo comigo é um abuso claro. Gostaria até que o Procurador-Geral pedisse cópia desse processo para analisá-lo e ver o tamanho absurdo que se comete contra uma pessoa. Isso não tem preço. Há quatro anos eles estão com esse processo contra mim, que ainda deve durar mais cinco ou seis. Serão dez anos de manchetes em jornais, de calúnia e injúria, para depois falarem que houve um erro do Ministério Público. Jornal nenhum vai publicar, dez anos depois, que fui injustiçado. Isso não tem preço, ainda mais que esse processo fere diretamente as pessoas. Ele intima todos os Vereadores da região, todos os Prefeitos, todas as pessoas que me apoiaram. Vereadores estão me ligando para dizer que tomaram conhecimento de um processo do Ministério Público, que, na verdade, não é nada grave.

Gostaria de registrar o nosso repúdio quando se trata de casos em que os Promotores só querem aparecer, motivados por orientação política ou por desejo de subir na carreira perseguindo pessoas.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, gostaria de cumprimentá-lo pela maturidade, pela imparcialidade do seu encaminhamento. Quero dizer também da tranquilidade com que ocupamos a tribuna para nos solidarizar com o Deputado. Queremos dizer ao Procurador Jarbas que não se trata de casos pessoais. Nem este Deputado nem os demais estão preocupados com listas de parentes em gabinete. Pelo contrário, acho que se deve dar publicidade, sim. Se a resposta veio nessa direção, estou fazendo esse contraponto. Não estou preocupado e não vejo preocupação em nenhum dos Deputados, mesmo porque é bom que se deixe claro que nepotismo não é crime. E há decisão do Supremo Tribunal com relação a esse assunto. Portanto, isso não incomoda o Poder Legislativo.

Deputado Paulo Guedes, V. Exa. Está-se pronunciando com muita propriedade. Quero deixar claro o respeito que tenho pelo Ministério Público e pelo seu trabalho. O Ministério Público é composto por homens e mulheres honrados, por pessoas de bem. Mas V. Exa. e os demais Deputados têm falado de situações de abuso, da prática da irresponsabilidade no trato da coisa pública. É o "denuncismo" irresponsável que está sendo cobrado; é o avanço do Ministério Público, como denunciei ontem, contra as Polícias Civil e Militar em ações legítimas, denunciando policiais de forma indevida e irresponsável, por crime de tortura, como citei no caso de Itajubá. É um caso clássico, em que o Promotor quis muito mais buscar a mídia. Como expôs aqui o Deputado Ademir Lucas, as fotos em que o Promotor posa, em seu gabinete, com as manchetes de jornais penduradas em um quadro, parecem mais troféus. O Procurador Jarbas tem que compreender que a denúncia do Deputado Ademir Lucas é séria.

A denúncia é séria, porque a fotografia está em seu poder e foi aqui exibida. Essa não é uma atitude própria daquele que enverga um cargo de extrema importância, de dono da ação penal e fiscal da lei. Mais do que nunca, essa é uma atitude de quem deseja aparecer na mídia, pois expõe em destaque as matérias publicadas pelos jornais, em que foi o autor da denúncia, como se fossem troféus. Esse é um ato de irresponsabilidade, e não de seriedade e imparcialidade.

Volto a insistir com Dr. Jarbas que tenho um grande respeito pelo Ministério Público. Citei aqui várias contribuições oferecidas por essa instituição durante as CPIs. Destaquei a excelente atuação do Procurador André Estevão Ubaldino na CPI do Narcotráfico, assim como a participação de outros Promotores, mas o Procurador-Geral de Justiça tem de tomar conhecimento e providências em relação a esses casos evidenciados pelos Deputados, que são abusos muito bem expostos.

Deputado Paulo Guedes, recebi uma comunicação de um advogado, que, em nome dos policiais militares de Lima Duarte, veio ao nosso gabinete pedir que denunciássemos, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, a atuação da Promotora de Justiça da Comarca de Lima Duarte, que vem perseguindo esses policiais.

Lá, os chamados menores infratores, Deputado Inácio Franco, fazem o que bem entendem. A população de Lima Duarte está indignada com essa Promotora, que é conhecida como a madrinha dos adolescentes criminosos. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 8.069 diz em que o termo certo seria menores infratores, mas sabemos perfeitamente que infração é sinônimo de crime. Eles são criminosos reincidentes. Um deles, por 19 vezes, foi preso pela polícia local. Esses menores infratores apresentam denúncias infundadas, e a Promotora de Justiça da Comarca de Lima Duarte persegue os policiais militares.

Pasmem os senhores, o advogado disse que a Promotora mora em Juiz de Fora. Ela não reside, não faz compras nem conhece a cidade de Lima Duarte. Nem mesmo os seus filhos estudam lá, Deputado Inácio Franco. Ela chega às 13 horas e, às 17h30min, vai embora. Isso é exercer com seriedade o ofício de Promotor de Justiça, que é um cargo extremamente respeitado pela sociedade?

E ela vem virando a sua metralhadora giratória. Deputado Paulo Cesar, o advogado relatou que, em um período em que se ausentou da cidade, quando outros Promotores assumiram o cargo, houve uma sensação de extrema tranquilidade. Esclareço que, quando outros Promotores passaram por lá, por cerca de 7 a 10 meses, conseguiram colocar a casa em ordem, pois cobraram dos menores infratores o que teria de ser feito na forma da lei, ou seja, não permitiram que o denunciamento contra os policiais militares do pelotão de Lima Duarte continuasse. Mas a Promotora é conhecida como madrinha.

Deputado Paulo Guedes, aproveito para dizer ao Procurador-Geral de Justiça que tenho um enorme respeito pelo Ministério Público, pois essa instituição tem sido parceira em grandes ações do Estado, mas ele precisa tomar providências em relação a essa Promotora de Justiça, que tem abusado das suas prerrogativas, em um gesto de parcialidade e de irresponsabilidade diante do "denunciamento" contra os policiais militares de Lima Duarte.

Não se trata de casos isolados. Os Deputados estão enumerando dezenas de casos, mas muitas vezes não estamos assistindo à mesma veemência na defesa do interesse da sociedade. Vejam a denúncia irresponsável do Promotor de Itajubá contra nove policiais civis e nove policiais militares por crime de tortura. Sabe, Deputado José Henrique, o que acontece quando o policial é denunciado por crime de tortura, simplesmente porque tentou conter uma rebelião de presos que tentavam quebrar toda a cadeia? Abate um desânimo total na polícia. Isso aconteceu em Itajubá, e está acontecendo agora em Lima Duarte. Qual é o policial, Deputado Rêmoló Aloise, que desejará, na linha de tiro, enfrentar um bandido, um criminoso, já que ele depois irá dizer ao Promotor, com alegações vagas, que foi torturado? Não estou defendendo e jamais defenderia a tortura usada em épocas passadas para obter confissões, mas é necessário que o Ministério Público tenha uma interpretação voltada não para beneficiar a polícia, mas para cuidar do interesse da sociedade.

A Lei nº 9.455, de 1997, é esdrúxula e estapafúrdia. Definiu o que é crime de tortura e, pior, instituiu a pena acessória de perda do cargo. Qual é o policial que quer trabalhar desse jeito, tendo o Ministério Público acuando a polícia para que ela não faça o enfrentamento do bandido? Está aí o resultado: o crime avançando, e o número de homicídios e crimes violentos crescendo, porque os que querem realmente trabalhar, suar a camisa, combater o crime e enfrentar os bandidos estão ficando acuados. Então, Deputado Paulo Guedes, é necessário que o Procurador-Geral de Justiça perceba com clareza a seriedade das críticas que estão sendo feitas. Que ele tenha sensibilidade e tome providências. O Procurador-Geral precisa tomar providências urgentes em Lima Duarte, porque os policiais militares daquela cidade estão sendo perseguidos. A sociedade está desprotegida, enquanto os menores infratores, os criminosos, chamam a Promotora de madrinha, que, aliás, chega às 13 horas no fórum e às 17h30min está indo embora.

Parabenizo V. Exa. pela lucidez, pela coerência, pelo equilíbrio e por estar indo diretamente ao cerne da questão. É isso o que queremos nesta Casa: nas críticas, deixar claro que não aceitamos e jamais aceitaremos essa situação. Sempre que necessário, usaremos a tribuna para não permitir o "denunciamento" e a irresponsabilidade de alguns integrantes do Ministério Público.

O Deputado Inácio Franco (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, parabenizo V. Exa. pelo grande serviço que, com esse debate, está prestando à democracia do País. Sabemos da importância do Ministério Público. Trata-se de um órgão que fiscaliza a sociedade. O que está acontecendo são abusos, na maioria, infundados. O Ministério Público tem feito denúncias na imprensa, com alegações por vezes falsas, levando o nome de pessoas de bem para a lama. Infelizmente, é a isso que temos assistindo. Um exemplo é o caso do Deputado Ademir Lucas. É um absurdo o que o Promotor está fazendo em Contagem. Isso sem falar no caso do Carlaile, contra quem há mais de 150 ações do mesmo tipo. Vejam que absurdo. Imaginem o custo de cada processo.

Ouvimos, infelizmente, o Procurador-Geral, Dr. Jarbas, que é uma pessoa de bem, dizer que há casos localizados de ex-Prefeitos e Prefeitos. Há algum tempo, eu já estava esperando que esse assunto viesse à Assembléia Legislativa. Não se trata apenas do caso de Divinópolis. Os Promotores de Ouro Preto estão entrando com ações contra 36 ou 37 candidatos a Deputados. São ações orquestradas. Parece-me que isso está vindo de órgãos superiores. Como disse, sabemos da importância e da seriedade das instituições. Tenho dó dos Prefeitos que trabalham e tentam melhorar a qualidade de vida das pessoas, administrando com seriedade e responsabilidade, e que, muitas vezes, são atrapalhados pelo Ministério Público. Quando fui Prefeito de Pará de Minas, por dois mandatos consecutivos, tivemos grande dificuldade com o Ministério Público. Todos os dias, funcionários da Prefeitura tiravam xerox de documentos para encaminhar a esse órgão. Apesar de sabermos que é função do Ministério Público fiscalizar o Executivo, o que nos pediam não seria visto por ele. Na época, o Ministério Público chamou o Prefeito de corrupto, por ignorar, desconhecer as leis. Provamos isso. Antes de a Promotora chamar o Prefeito de corrupto, chamou a imprensa. E o Prefeito, depois, provou que foi por desconhecimento da Promotora.

O Dr. Jarbas falou sobre o nepotismo nesta Assembléia, a Casa do povo. O Procurador não tem de esconder a lista, como disse o Deputado Sargento Rodrigues, mas divulgá-la. Não tenho nenhum parente em meu gabinete. Quando Prefeito de Pará de Minas, também não tinha nenhum parente naquela instituição. Deve haver respeito e diálogo entre as instituições. Esperamos que esses absurdos que estão ocorrendo em todo o Estado tenha um fim. É claro que o Prefeito corrupto, que entra em uma Prefeitura para praticar atos ilícitos, tem de ser punido. Mas pessoas que trabalham honestamente, com seriedade, têm de ser respeitadas.

Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes. Espero que esta Casa continue a colocar esse assunto em pauta, alertando toda a sociedade civil. Obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Inácio Franco. Somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 1.143, que doa ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. Peço a esta Casa que diga o motivo da demora da votação em 2º turno do projeto de lei da mesma natureza, em que o governo do Estado doa à Prefeitura de Belo Horizonte área situada no Bairro do Confisco, que regularizará a situação de mais de 500 famílias. Não entendo a demora para um projeto ser votado em 2º turno, uma vez que ontem tivemos uma demonstração importante do Presidente Lula, do Governador Aécio Neves e do Prefeito Pimentel de que essa história de governar para o lado "A" ou para o lado "B" acabou. O Presidente Lula provou isso ontem, trazendo para Minas Gerais bilhões de reais para várias obras e Municípios, sem olhar a coloração partidária, se é o PT, o PFL ou o PSDB.

Portanto, peço a esta Casa que dê o mesmo tratamento ao Prefeito Fernando Pimentel e à Prefeitura de Belo Horizonte para que se resolva a doação desse terreno e se regularize a situação dos moradores do Bairro Confisco, divisa de Belo Horizonte com Contagem, uma vez que são pessoas que precisam dessa regularização. Da mesma forma que esta Casa aprova projetos dessa natureza todos os dias, peço o mesmo tratamento para a cidade de Belo Horizonte. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentro dessa onda de comentários que veio à esta Casa a respeito dos termos de ajustamento de conduta do Ministério Público com a sociedade ou com entidades públicas e em razão do descumprimento da lei orgânica por parte do Ministério Público, não me poderia furtar a estar nesta tribuna para narrar um dos casos que aconteceu em Minas Gerais.

Deixarei os casos pessoais para serem narrados mais adiante, em outras reuniões, em que o Ministério Público e parte do Judiciário transformaram-se em um instrumento não de justiça, mas de justiceiros para com a minha família. Aguardei o desfecho de um termo de ajustamento de conduta feito em Minas Gerais, que enviaremos de forma didática, precisa e documentada a todos os Prefeitos, ex-Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Câmaras, Deputados, ex-Deputados, ocupantes de cargos públicos de empresas de economia mista ou de qualquer

natureza no Estado de Minas Gerais e, posteriormente, para todas as autoridades brasileiras. É algo estarrecedor.

O Deputado Paulo Cesar (em aparte) - Quero dar continuação às denúncias feitas pelos oradores que me antecederam, quando ouvimos o Deputado Ademir Lucas, mostrando a quantidade de denúncias feitas, em que um Promotor coloca quadros com reportagens em seu gabinete. Ontem, depois do encerramento da reunião, recebi em meu gabinete o ex-Prefeito de Divinópolis, Galileu, trazendo uma relação com mais de 30 ações movidas por Promotores da sua cidade contra sua pessoa e contra seu mandato de Prefeito. Isso está acontecendo em todas as regiões. Em Bom Despacho, o Prefeito Haroldo tem mais de 30 ações na Justiça.

Quando fui Prefeito de Nova Serrana, sofri mais de 30 ações por parte de uma Promotora que estava lá na época e acatava denúncias de qualquer pessoa que chegava em seu gabinete, porque em todas as cidades existem pessoas que não trabalham, mas vivem denunciando os atuais Prefeitos. Foram mais de 30 ações contra a minha pessoa. Caros Deputados Ademir Lucas e Inácio Franco, ela chegou a pedir a minha prisão. Apesar de todas as suas denúncias, nada foi para a frente. Insatisfeita com isso, ela pediu a minha prisão. A nossa sorte é que o Juiz não acatou a denúncia e não concretizou o sonho daquela Promotora que estava, na época, em Nova Serrana. Não satisfeita, denunciou a minha mãe por formação de quadrilha. Denunciou a minha mãe, uma mulher de 76 anos, que sofria de Parkinson. Por diversas vezes, tentou que minha mãe fosse ao fórum prestar depoimento.

Isso tem acontecido em todo o Estado de Minas Gerais. Fazemos coro com os Deputados que estão denunciando esses maus Promotores. Conforme disse o Procurador, os casos não são específicos, mas são, sim, em todos os 853 Municípios de Minas. Todos os Prefeitos estão tendo problemas com o Ministério Público. Deixo aqui o nosso repúdio e a nossa denúncia contra esses maus Promotores do nosso Estado.

Ontem, recebi um telefonema de um amigo, que é Prefeito de uma pequena cidade do Norte de Minas, cujo nome não citarei para que ele não seja mais perseguido ainda. Nessa pequena cidade, a Promotora estava obrigando o Secretário de Saúde a transferir doentes para Montes Claros e para Belo Horizonte, embora o Secretário não tivesse condições para isso, porque não tinha nem mesmo veículo para fazer essa transferência. O que o Prefeito fez? Publicou um ato, caro Deputado Inácio Franco, nomeando a Promotora Secretária de Saúde, para que atendesse às pessoas que estava defendendo. O Prefeito sabia que o ato não tinha validade, mas o assinou para mostrar à Promotora que podia atender à população como Secretária de Saúde. Uma semana depois, a Promotora procurou o Prefeito pedindo arrego, porque não estava suportando o povo na sua porta.

Precisamos fazer isso. Como os Promotores estão querendo administrar cidades - como o caso de Bom Despacho, em que um Promotor estava obrigando o Prefeito a fazer obras -, vamos nomeá-los Secretários de Obras e Secretários de Saúde para atenderem à população. Aí, resolveremos os problemas das cidades. Como estão obrigando os Prefeitos a fazerem obras, sugiro que os Promotores administrem nossas cidades. Obrigada.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, continuando o relatar o assunto que me trouxe a esta tribuna, mais ou menos no mês de janeiro de 2005, a Cemig lançou o Edital nº 4.026, que tratava do Programa Luz para Todos no Estado de Minas Gerais. Decidi acompanhar aquilo, algo que nos enchia o coração de alegria, porque em Minas Gerais mais de 60% das propriedades rurais não tinham energia elétrica, não ofereciam condições de trabalho ao homem do campo. Resolvi acompanhar de perto o desenrolar do Edital nº 4.026, expedido pela Cemig.

Fui ao balcão de editais dessa instituição e comprei o edital. Enfrentei dificuldades, porque diziam que pessoas físicas não poderiam comprá-lo. Consegui, porque paguei e queria receber o edital eletrônico. Passei a acompanhar o desenrolar do Programa Luz para Todos em Minas Gerais. A Cemig publicou o edital e abriu concorrência. Essa instituição tem mais de 80 empresas de pequeno e de médio portes que prestam serviços de eletrificação rural, especializadas nisso, credenciadas para isso. Essas empresas estão ramificadas e sediadas em todo o Estado de Minas Gerais. Como ocupam posições estratégicas, estão sediadas em todas as cidades de médio porte do Estado.

Estranhou-me a exigência do valor patrimonial das empresas para participarem da concorrência. Era um valor exorbitante, que nenhuma das empresas prestadoras de serviço e credenciadas na Cemig para a eletrificação rural tinham capacidade de atender. Foram premiadas no edital quatro grandes empresas que nunca fincaram um poste na vida, e até a construção de seus galpões talvez tenha sido de empreitada de pequenas empresas: Construtora CBPO, Construtora Andrade Gutierrez, Construtora Queiroz Galvão e Construtora Norberto Odebrecht.

Diante disso, não só eu, mas um Promotor - desses que talvez tenha tido os mesmos problemas que eu e o mesmo carinho quanto ao programa Luz para Todos, dada a deficiência de atendimento às propriedades rurais em Minas Gerais -, o Sr. Geraldo Ferreira da Silva, expediu ao Presidente da Cemig documento que leva os seguintes nome e número: Procedimento Investigatório nº 001/05. Ele faz um discurso sobre moralidade, aponta erros no edital da Cemig, comenta os vícios que estavam postos no edital para privilegiar empresas que não eram do ramo e discorre sobre o superfaturamento, a exorbitância dos preços, as ilegalidades, as imoralidades e até a corrupção embutida no edital. Num determinado ponto, ele alerta o Presidente da Cemig e faz um comparativo de estarrecer. No seu Procedimento Investigatório nº 001/05, ele faz um comparativo do custo para atendimento de consumidores das obras que seriam feitas em Minas Gerais. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, o custo por consumidor do programa Luz para Todos seria R\$3.543,25. Na Bahia, o custo para cada consumidor quanto ao procedimento de eletrificação do Luz para Todos era R\$3.600,00. Em Alagoas, Estado tradicionalmente cheio de maracutaia nas obras públicas, o custo por consumidor me surpreendeu, pois era o mais barato: R\$2.470,00. Em Minas Gerais - ele ainda detalha Cemig-ON 4.026 -, o custo por consumidor é de R\$9.060,12 para o atendimento de cada consumidor. Esse procedimento investigatório data de 2/2/2005, e o envio ao Presidente da Cemig foi protocolado em 18 de fevereiro do mesmo ano.

O Presidente da Cemig, ciente de suas responsabilidades, anula e refaz o edital de concorrência, obviamente continuando a privilegiar as quatro grandes empreiteiras. Mas com algumas modificações, redução de custo, admitindo que havia superfaturamento em várias indagações do Promotor. Então, anula o edital e expediu outro para essa mesma concorrência.

Insatisfeitas com esse procedimento, cada uma das empreiteiras entrou com mandato de segurança no intuito de manter o primeiro edital, com vícios, com maracutaia, conforme disse o ilustre Promotor Geraldo Ferreira da Silva. Três delas não lograram êxito nas suas ações, mas uma, a CBPO, ganha uma liminar do mandato de segurança, para que fosse mantido o procedimento licitatório, expedido no primeiro edital.

Dada a pressão para o início das obras do Luz para Todos e talvez por alguns interesses que não nos cabe avaliar no momento, o Presidente da Cemig determina que sejam assinados os contratos, determina a ordem de serviço e inicia o programa de eletrificação Luz para Todos em Minas Gerais. Conforme denúncia do Promotor Geraldo Pereira da Silva, superfaturado e com uma série de vícios. Depois distribuirei uma cópia detalhada para cada Deputado, para que não tenham dúvida sobre o que estou falando nesta tribuna.

Naquele momento, quando ganharam o mandato de segurança, pessoalmente, entrei com uma ação popular para que fossem mantidas as decisões do Presidente da Cemig, com a anulação do procedimento licitatório.

No momento em que o Presidente da Cemig determinou que fossem assinados os contratos e deu a ordem de serviço aos empreiteiros, impetramos uma ação popular para que fosse mantida a anulação do edital e todos os seus efeitos. Pois bem, essa pendenga judicial, com as empreiteiras executando as obras superfaturadas, cheias de vícios, com custo elevadíssimo, continuou até junho de 2006. Nessa época, fui surpreendido por um recurso, julgado por um Desembargador, cujo nome falarei depois - todos sabem o meu pensamento com relação ao Judiciário em Minas Gerais, hoje, não com tantas, mas com grandes exceções -, que, diante de um processo desse tamanho, de uma obra

viciada de R\$1.274.000.000,00, determinou o cancelamento do edital, a anulação de todos os contratos e a condenação das empresas na forma da lei.

Junho de 2006, véspera da eleição: anulou-se o mandado de segurança que dava guarida às obras superfaturadas das empresas CBPO, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Norberto Odebrecht. Minha ação popular prosseguia a passos de tartaruga, na mesma velocidade da nossa Justiça, mas surpreendeu-me a falta de ação. Nada foi feito, apesar das nossas comunicações e pedidos de explicações sobre a razão da continuação do Programa Luz para Todos, se não havia contrato nem licitação, anulados pelo mandado de segurança. Mas fui surpreendido com a publicação, no dia 18/4/2007, de uma sentença da Juíza, em que ela, diante de alguns procedimentos, como a manifestação da Companhia Energética de Minas Gerais informando a celebração de um termo de ajustamento de conduta perante o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, convalidando a Concorrência MS-ON4026 e os contratos dela decorrentes, celebrados com as empresas CBPO, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Norberto Odebrecht, fundamenta e decide o que se segue. (- Lê:)

"Trata-se de ação popular contendo pedido de declaração de validade da anulação do processo licitatório da ON-4026 (Programa Luz para Todos), desde a publicação do aviso de edital, ocorrida em 30 de novembro, determinando-se nova publicação com correção de vícios, para que se evitem danos ao erário e à sociedade.

A sentença da 4ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias declarou a nulidade do ato administrativo que invalidou a Concorrência MS-ON4026, bem como determinou a abstenção de publicação de novo edital com o mesmo objeto da mencionada concorrência, com fundamentos nos atos discutidos na Ação Mandamental nº 024.05.700.146-3.

A decisão da segunda instância restabeleceu a anulação, cujos efeitos têm alcance 'erga omnes'.

Em conseqüência, o autor popular perdeu a necessidade da tutela jurisdicional, porquanto a nulidade já foi alcançada em outro feito". Ou seja, justifica toda a anulação do procedimento.

"Demais disso, após o acórdão transitado em julgado, nenhum contrato subsiste, porque do nulo nada resulta." Quer dizer, ela atende ao mandado de segurança que anulou todo o procedimento licitatório e pelo qual todos os contratos deixaram de existir. Portanto, passamos a ter em andamento em Minas Gerais uma obra de R\$1.274.000.000,00, sem concorrência, sem contrato e sob suspeita de vícios de superfaturamento e outras coisas mais. (- Lê:)

"Assim, a presente ação perdeu o objeto, o que impõe a extinção do feito, a teor do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil.

Cumpra acrescentar que, em se tratando de ação popular cujo objeto é o ato ilegal e lesivo ao patrimônio público que não mais subsiste, a extinção do processo não implica em sucumbência.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, pela perda do objeto da ação, nos termos do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil.

Deixo de condenar em honorários e custas judiciais, estas a teor do art. 5º, LXXIII, da CF/88".

A Juíza que assina essa ação é a Sandra Alves de Santana e Fonseca, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Minas Gerais.

Ora, o mandado de segurança foi julgado, anulado. Cancelou os contratos, cancelou e anulou os editais; anulou apenas, não encerrou a validade deles dali para a frente. Anulou desde o início, natimorto. A Juíza da 3ª Vara da Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais julgou, baseada em um termo de ajustamento de conduta, realizado no dia 1º/12/2006 e que não foi, Sr. Presidente, publicado. Foi assinado por quatro pessoas. Declinarei o nome dos senhores que tiveram a condição moral de assinar esse termo de ajustamento de conduta. Ele foi assinado pelo mesmo Promotor que determinou a anulação do edital da concorrência e dos contratos, se fossem por ventura assinados. Por quatro vezes manifestou-se de forma estupefante; assim se manifestou em todas as ações, em todos os momentos da tramitação do mandado de segurança da minha ação e de outras que corriam no Tribunal de Justiça. Assinam o famoso Geraldo Pereira da Silva, Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público; Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig; Manoel Bernardino Soares, Superintendente Jurídico da Cemig, e, pela União, Fernando Henrique Shuffner Neto, Superintendente de Coordenação do Programa Luz para Todos em Minas Gerais.

Por esse termo de ajustamento de conduta, uma concorrência ou uma carta-convite fez muitos Prefeitos perderem o mandato. Foram condenados por que tinham de comprar este tipo de copo e compraram outro tipo de copo. Cadeia nele, corrupto, ladrão, safado. Outros, porque deixaram de aplicar o dinheiro na educação, 5%, 2% ou 1%, ou porque compraram uniforme e não podiam comprar uniforme com o dinheiro da educação, foram condenados.

Temos uma obra no Estado. Estive com o Governador Aécio Neves, falei da minha indignação, disse que entraria com uma ação, e o Governador disse que me apoiaria. Em momento nenhum fui questionado pelo Governador ou por qualquer de seus Secretários sobre a ação que impetrei. Mas quero dizer aos senhores que esse termo de ajustamento de conduta, essa maravilha, essa obra-prima, ficou engavetado do dia 1º/12/2006 ao dia 18/4/2007, quando tomei conhecimento dele.

Protocolo nova ação popular na Justiça Federal, desta vez pedindo bloqueio de bens de todas essas empreiteiras, e um processo investigatório que estamos iniciando para apurar como é que um cidadão, o famoso Geraldo Pereira da Silva, assina um termo de ajuste de conduta para dar prosseguimento a uma obra de R\$1.274.000.000,00 e ainda determina que seja feito um aditivo de 25% sobre o valor de contratos que não existem mais, que foram anulados, para beneficiar quatro grandes empreiteiras.

Perguntaria aos senhores se um termo de ajuste de conduta dessa natureza, no gabinete desse cidadão, não deveria ter um padroeiro em cima: um São Jorge e um cavalo, que é o padroeiro de toda casa de prostituição. Todo mundo que entra na (...) (- Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente.) vê um cavalo, com um São Jorge em cima, que é o padroeiro daquela casa. Acho que, no gabinete desse Promotor, ao invés de quadros com recortes fazendo referência ao seu inimigo natural, deveria haver um São Jorge, que é o protetor das (...) (- Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente.) e da (...) (- Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente.).

Sr. Presidente, demos início a um pedido de comissão parlamentar de inquérito. Quero dizer que sou suplente, nesta Casa, mas não sou capacho. Não vendo a minha dignidade, não vendo a minha honra, não vendo os meus princípios. Iniciamos a coleta de assinaturas para a instauração de uma comissão parlamentar de inquérito a fim de investigar toda a bandalheira feita nos termos de ajustamento de conduta, no Estado de Minas Gerais, por boa parte dos senhores Promotores, os arautos da moralidade, porque quero uma explicação. Como é que um cidadão, que cria tamanhas dificuldades num procedimento licitatório de R\$1.600.000.000,00, tem a cara-de-pau de assinar um termo de ajustamento de conduta e ainda determinar que sejam aditados em 25% contratos que não existem, de uma obra que não tem concorrência, que não tem contrato, e na qual tem muita maracutaia. Sr. Presidente, tenho dito. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Getúlio Neiva) - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.143/2007. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Encerramento

O Sr. Presidente - Persistindo a falta de quórum especial para apreciação de proposta de emenda à Constituição, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/7/2007

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 20/2007; discurso do Deputado Weliton Prado; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Getúlio Neiva, Carlin Moura e Domingos Sávio, da Deputada Elisa Costa e dos Deputados Jayro Lessa, Délio Malheiros e Almir Paraca; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, salvo emendas; aprovação; questão de ordem; leitura e votação nominal da Emenda nº 1; rejeição; leitura e votação nominal da Emenda nº 2; aprovação; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Fahim Sawan, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, tendo em vista que é necessário quórum especial para a votação de matéria da pauta, peço a V. Exa. que suspenda a reunião para solicitar a presença dos Deputados que se encontram na ante-sala do Plenário.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Sargento Rodrigues, vai suspender a reunião por 5 minutos para aguardar que se configure o quórum especial para a votação de proposta de emenda à Constituição. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que revoga o parágrafo único e acrescenta parágrafos ao art. 38 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta

na forma do vencido em 1º turno. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A Presidência vai dar início ao processo de votação e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a proposta.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas :

Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rémolo Aloise - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, não consegui votar. Gostaria que fosse computado o meu voto "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 49 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 20/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a aposentadoria especial do servidor policial civil. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Gostaria de discutir e aproveitar para encaminhar favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 20/2007, em nome do Bloco PT-PCdoB, desta Casa.

A aposentadoria especial faz justiça aos servidores da Polícia Civil, que, há muito tempo, já gozam desse direito. Esses 30 anos são um direito inerente a esses servidores. Aliás, apresentamos uma emenda, que também esperamos aprovar, que diz respeito ao princípio da isonomia, justamente para garantir, assim como nas outras categorias, em que as mulheres se aposentam aos 25 anos, que as mulheres da Polícia Civil também possam se aposentar aos 25 anos.

Sabemos das dificuldades dos servidores, pois, há muito, lutamos pela aprovação do auxílio-periculosidade, que está previsto na Constituição Federal e na Constituição do Estado. Infelizmente, até hoje, os policiais civis e militares, os Bombeiros Militares e os Agentes Penitenciários, apesar de terem reconhecido esse direito, não fazem jus ao auxílio-periculosidade.

Então, a aposentadoria especial já é um avanço, mas avançaremos ainda mais, porque é muito importante esta Casa debruçar-se sobre o assunto e garantir o auxílio periculosidade também ao policial civil e militar e aos outros agentes de segurança pública.

Portanto, encaminho favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 20.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 20/2007

EMENDA Nº 1

O art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Acrescente-se à Lei Complementar nº 84, de 25 de julho de 2005, o seguinte artigo:

"Art. ... - O servidor policial civil será aposentado voluntariamente, independentemente da idade, observadas as seguintes condições:

I - após trinta anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, vinte anos de efetivo exercício nos cargos a que se referem os incisos I a IV do art. 7º desta lei, se homem;

II - após 25 anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, quinze anos de efetivo exercício nos cargos a que se referem os incisos I a IV do art. 7º desta lei, se mulher.

Parágrafo único - Os proventos do policial aposentado na forma deste artigo corresponderão à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria e serão revistos na mesma proporção e data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo-lhe estendidos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos a esses servidores, inclusive os decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.".

Sala das Reuniões, 3 de julho de 2007.

Weliton Prado - Elisa Costa - Carlin Moura.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao art. 20-B a que se refere o art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 20/2007 o seguinte § 1º, passando o parágrafo único a § 2º:

"Art. 20-B - (...)

§ 1º - Para obtenção do prazo mínimo de vinte anos a que se refere o "caput" deste artigo, poderá ser considerado o tempo de serviço prestado como militar integrante dos quadros da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.".

Sala das Reuniões, 3 de julho de 2007.

Sargento Rodrigues

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto uma emenda do Deputado Weliton Prado, da Deputada Elisa Costa e do Deputado Carlin Moura, que recebeu o nº 1, e uma do Deputado Sargento Rodrigues, que recebeu o nº 2, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Getúlio Neiva.

O Deputado Getúlio Neiva - O PMDB encaminha favoravelmente ao projeto, por delegação do PSB, que também encaminha favoravelmente. Cumprimento toda a classe policial civil do nosso Estado. Esta Assembléia dá uma demonstração de que queremos bem a essa categoria tão importante para a manutenção da ordem.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PT-PCdoB encaminha favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 20. No nosso entendimento, essa é uma justiça que se faz em Minas Gerais a uma categoria que tem prestado grandes serviços ao Estado, em especial num momento como esse, em que se exige dela grande intervenção e atuação na sociedade mineira. Com este projeto, estamos retribuindo a essa categoria como ela merece.

Sr. Presidente, no nosso entendimento, é fundamental aprovar essa proposição, aprovando também a Emenda nº 1, que diferencia o tempo das mulheres policiais. Concedemos aposentadoria aos 30 anos para os homens, o que é justo, mas também temos de dar um tratamento diferenciado às policiais femininas, nos termos de toda a legislação previdenciária do País. Portanto, a aprovação deste projeto significa um ganho, mas esse ganho só será completo e plenamente justo se contemplarmos a classe feminina, fazendo diferenciação no seu tempo de serviço, tendo em vista que essa profissional tem dupla jornada: a do lar e a do trabalho. Por isso, é mais que justo aprovarmos este projeto, estabelecendo 30 anos para os policiais do sexo masculino e 25 anos para as policiais do sexo feminino, conforme contempla a Emenda nº 1.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, policiais civis aqui presentes, este é um momento que coroa o esforço de algum tempo. Certamente essa é uma batalha que estaremos vencendo e uma luta que deve continuar: a da valorização dos profissionais da área de segurança.

Desde o primeiro momento, nosso Governador Aécio Neves vem trilhando essa direção. Temos absoluta convicção de que, assim como enviou este projeto, continuará sinalizando, e mais que isso, agindo para que haja valorização dos servidores e fortalecimento da estrutura das nossas Polícias Civil e Militar, enfim, da estrutura de segurança do Estado.

É bom lembrar que, nesta noite, além da emenda à Constituição - uma já foi aprovada -, estamos adequando todo o processo, com muita justiça - mais do que ninguém, o Deputado Sargento Rodrigues sabe que isso ocorre de maneira harmoniosa nesta Casa. Aqui, temos conseguido construir algo raro no processo democrático, que é a unanimidade. Acabamos de verificar isso nessa votação que concluímos.

Encaminho favoravelmente não apenas pelo PSDB e pela maioria. Com muita convicção, encaminho o sentimento do povo mineiro, muito bem expresso pelo Governador Aécio Neves ao posicionar-se de forma clara e consistente para avançar passo a passo.

Quem trabalha com segurança, mais do que ninguém sabe que os avanços que se conseguem devem ser planejados e deve haver estratégia. Precisam ser executados de forma firme e segura. Assim, temos hoje, aqui, a convicção de que, ao votarmos favoravelmente, estaremos dando um passo firme e seguro na valorização dos nossos servidores da Polícia Civil.

Aproveito para repetir algo que já disse e temos de falar com mais frequência. Por muito tempo, eu disse, e todos já dissemos, do orgulho que temos da nossa Polícia Militar. Precisamos cada dia mais dizer isso, porque temos motivos de sobra para dizer do orgulho que temos da nossa Polícia Civil, que é exemplo no Brasil. É exemplo de austeridade, de dedicação, de garra, de competência, de zelo, de sacrifício e de paciência. Ela esperou até que a justiça fosse feita.

Na verdade, o que estamos fazendo aqui é a correção de algo que vinha acontecendo de forma inadequada, apesar de haver até um sentimento consensual por parte do governo, que estava procurando a forma e o momento adequados para que se fizesse justiça.

Concluindo, temos o desejo de ver esse projeto aprovado, como disse, para partirmos para outras lutas. Temos outros desafios. Há causas já ganhas, como a dos Delegados de Polícia, em número expressivo, com um bendito processo já julgado e transitado em todas as instâncias; é necessário que, pela construção de um entendimento, o pagamento possa ser feito e não seja necessário passar pelo calvário do precatório, Deputado Dalmo, pois sabemos que, muitas vezes, a família do funcionário nem chega a usufruir de um direito conquistado pelo chefe da família por décadas, porque o precatório vai postergando um direito conquistado em um processo de recomposição salarial já ganho por cerca de quase mil Delegados de Polícia.

Tenho certeza de que esta como outras batalhas serão vencidas, porque temos um líder responsável, sério e competente, o Governador Aécio Neves, que vem dando passos concretos na valorização dos nossos profissionais de segurança. Hoje é a noite de darmos essa demonstração de respeito à Polícia Civil.

Sr. Presidente, o PSDB estará unido ao nosso Governador. Mais do que isso: iremos, com certeza, por unanimidade de votos, aprovar o Projeto de Lei Complementar nº 20. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, cumprimento toda a Polícia Civil presente aqui. Mas quero reconhecer também que essa vitória de todos é fruto, principalmente, do trabalho incansável da organização da própria categoria, representada pelo Sindipol e por todos que lutaram, com todos os segmentos, para que isso fosse uma conquista de toda a categoria do Estado de Minas Gerais. Primeiro, registro o empenho, a presença, valorizando as manifestações da categoria ao longo desse tempo.

Segundo, quero dizer do merecimento do direito de ter essa aposentadoria especial para uma categoria que luta e defende a segurança pública

e se relaciona diretamente com a população e vive, de fato, momentos de risco e dificuldades diante de tudo. Por isso o merecimento dessa aposentadoria especial para os policiais civis de Minas Gerais.

Peço, neste momento, a toda a Assembléia Legislativa, reforçando o que já foi falado pelo Deputado anteriormente, que os Deputados votem favoravelmente à nossa Emenda nº 1. Nela registramos também o papel importante e significativo que exerce a mulher policial em Minas Gerais. Queremos a aposentadoria especial de 30 anos para os nossos policiais masculinos e de 25 anos para as nossas policiais femininas, a exemplo de tantas outras categorias que já conquistaram esse pleito. Brevemente, a Polícia Militar também conquistará esse direito.

Deixo aqui o nosso registro, pedindo a todos o voto favorável à Emenda nº 1, que defendemos.

Parabenizo todos, pois essa vitória é da Assembléia Legislativa, do povo mineiro e da categoria dos policiais civis de Minas Gerais. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Jayro Lessa.

O Deputado Jayro Lessa - O Democratas teve a felicidade de ser o relator deste projeto, por intermédio do Deputado Elmiro Nascimento. Com muita honra e sabedoria, votaremos a seu favor por entender que a segurança pública, como foi dito pelo Governador Aécio Neves no princípio do seu mandato, será o alvo maior em seu governo, em consequência do que tem acontecido em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde a segurança está sendo tomada pelas gangues e pelo tráfico.

Graças a Deus, Minas Gerais tem contado com a forte sabedoria do Secretário Maurício Campos e do Governador e tem sido e será muito beneficiada por este governo, que tem tratado a segurança pública como prioridade, uma vez que os problemas relativos às finanças do Estado já foram sanados. A segurança pública será o alvo maior do Governador Aécio Neves em prol do povo mineiro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Délio Malheiros.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, o Partido Verde, trilhando esse mesmo caminho de beneficiar a polícia com essa nova medida, votará, em peso, pela sua aprovação.

Este Deputado foi hoje designado relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 32. Certamente essa gloriosa Polícia Civil, que tanto tem honrado as tradições de Minas, com dirigentes de absoluta competência, como o Dr. Maurício Campos de Oliveira Júnior, o Dr. Marco Antônio Monteiro e todos os que integram o primeiro, o segundo e o terceiro escalão da Polícia Civil merece o pleno apoio da Assembléia Legislativa.

Por isso, votaremos favoravelmente à Polícia, prestigiando os quadros da mais elevada envergadura no Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, desejamos fazer coro com todos que nos antecederam, encaminhando favoravelmente esta votação e reconhecendo a importância da organização, do sindicato e do nobre Deputado Sargento Rodrigues, que tem sido um grande defensor da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Solicito o apoio para a Emenda nº 1, que, como já foi salientado, completa esse esforço de fazer justiça.

Sr. Presidente, registro um esforço de racionalidade e ação pela segurança pública de Minas Gerais no encaminhamento do processo de articulação das ações da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Uma vez que as regionais da Polícia Militar são em menor número do que as da Polícia Civil, preocupa-nos a possibilidade de haver unificação por baixo.

Estamos preocupados com a regional da Polícia Civil de Paracatu, que corre o risco de ser suprimida. Já enfrentamos sérios problemas com a segurança. Por isso, gostaríamos de que esse debate passasse por esta Casa e que pudéssemos contribuir para que essa racionalidade não ocorresse em detrimento da segurança pública dessa localidade, onde há regional da Polícia Civil e não da Polícia Militar. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emendas.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas :

Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dinis Pinheiro - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, alguns Deputados tiveram problema com o teclado. Quero apenas registrar que esses Deputados estão votando favoravelmente e o painel não está registrando. Constatamos que é vontade unânime dos Deputados votar favoravelmente a este projeto.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, queríamos fazer o registro do nosso voto favorável, embora ele não tenha constado do painel.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, também não consegui votar e gostaria de registrar meu voto favorável.

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram "sim" 52 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emendas.

Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, gostaria que fosse feita a leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Secretário (Deputado Fahim Sawan) - (- Lê a Emenda nº 1, publicada acima.).

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas :

Almir Paraca - Antônio Júlio - Carlin Moura - Cecília Ferramenta - Durval Ângelo - Elisa Costa - Padre João - Pinduca Ferreira - Sargento Rodrigues - Weliton Prado.

- Registram "não" os Deputados e as Deputadas :

Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Antônio Carlos Arantes - Bráulio Braz - Carlos Mosconi - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Paulo Cesar - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 10 Deputados. Votaram "não" 41 Deputados. Está rejeitada a Emenda nº 1. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 2.

O Sr. Secretário - (- Lê a Emenda nº 2, publicada acima.).

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 2.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas :

Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 49 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 2. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 20/2007 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, com a Emenda nº 2. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, gostaria de agradecer a Deus por este momento que estamos vivendo e a todos os Deputados que compreenderam o nosso esforço e a nossa luta, para que, nesta data, pudéssemos comemorar com toda a Polícia Civil do Estado.

Quero fazer aqui um breve relato da nossa luta pela aposentadoria aos 30 anos de serviço na Polícia Civil. Hoje é um dia que devemos comemorar, comemorar muito. Desde 2003, estamos trabalhando nesta Casa para conseguir dar um tratamento justo e igualitário aos policiais civis de Minas Gerais.

Hoje, Sr. Presidente, temos a honra de ocupar esta tribuna para dizer a toda a Polícia Civil de Minas Gerais que pode comemorar, assim como todos os policiais que estão nas galerias, porque não há nenhum parecer contrário. Temos a aprovação da PEC nº 3 e do PLC nº 20. Ambas propostas se completam, independentemente de entendimentos divergentes ou até mesmo da tentativa de distorcer a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição. Ela era necessária para alterar a própria Constituição do Estado, porque quando aprovamos a PEC nº 83 em 2004, quando começamos essa luta lá atrás, era necessário fazer a retirada da remissão. Em 2004, aprovamos a PEC nº 83, que foi transformada na Emenda nº 68. O entendimento, naquele momento, era de que a remissão era a Lei Complementar nº 51. Infelizmente, tivemos um parecer contrário da GE. Mas não desistimos, fomos à luta, acreditamos no governo. Como Deputados da base de governo acreditamos que poderíamos construir um caminho de diálogo, um caminho por meio do qual pudéssemos chegar a esse momento. Se não fosse o entendimento com o governo, não conseguiríamos aprová-la.

Disse várias vezes, desta tribuna, que para votar uma PEC são necessários 48 votos a favor. Portanto, necessária, e muito, do apoio tanto da Oposição quanto da base de governo. Nenhum Deputado desta Casa consegue aprovar sozinho uma matéria com quórum qualificado. Hoje, além da PEC nº 3, aprovamos o PLC nº 20. Volto a insistir: ambos se completam. A PEC nº 3 altera a Constituição do Estado e também faz remissão à Emenda à Constituição nº 47/2005. Foi essa emenda à Constituição, depois de 2004, que permitiu à Polícia Civil retomar esse sonho e nos permitiu procurar novamente o Secretário Danilo de Castro e o Vice-Governador, Antônio Anastasia, por meio do nosso Líder, Deputado Mauri Torres, e do nosso Presidente, Alberto Pinto Coelho. É bom que toda a Polícia Civil, que se encontra presente nas galerias, saiba que com o diálogo e com o acordo com o governo conseguimos avançar. A prova disso é esta votação agora em plenário.

Agradecemos a cada Deputado que votou favoravelmente. Tivemos problemas nos painéis e a votação poderia ter sido maior que os 48 votos, mas foi suficiente para aprovar a PEC e o PLC, em 2º turno, e aprovar a Emenda nº 2, de minha autoria, sobre a contagem de tempo dos policiais civis oriundos da co-irmã, Polícia Militar de Minas Gerais, com o apoio da Oposição e dos Deputados da base de governo. É uma dupla vitória que alcançamos neste momento. Com certeza, continuaremos lutando para que as policiais civis femininas também tenham avanços e consigam a aposentadoria aos 25 anos, assim como as policiais e as bombeiras militares.

Sr. Presidente, quero ressaltar que se não fosse o empenho da base de governo, do Líder de Governo e o entendimento com a Oposição, essa votação não seria possível. Desde 2003 estamos trabalhando nesta matéria. Em 2004, aprovamos a PEC; retomamos a discussão em 2005, 2006 e 2007 e apresentamos a PEC nº 3, que hoje foi votada definitivamente. Hoje, toda a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pode comemorar. Vejo nas galerias vários companheiros de distritos policiais que são meus contemporâneos na Polícia Militar. Durante os 15 anos que servi à Polícia Militar, tive a oportunidade de levar ocorrências à Delegacia de Furtos e Roubos, ao Deoesp, à Divisão de Tóxicos e Entorpecentes e à Delegacia de Defraudações. Hoje isso é motivo de muito orgulho para nós. Temos aqui Agentes de Polícia, Delegados, Escrivães e Peritos que têm mais de 30 anos de serviço e só estavam esperando essa votação para entrar com seu requerimento de aposentadoria.

Quero ressaltar que neste governo, com o diálogo deste Deputado, que foi a interlocução política das forças de segurança pública, conquistamos a promoção de quase 3 mil Agentes de Polícia, de Classe I para a Classe II, de Classe II para a Classe III e de Classe III para a Classe Especial.

Fui relator do Projeto de Lei Complementar nº 58, em 2005, quando da aprovação dessa matéria. Apresentamos a emenda que acabou com o quadro suplementar, que dava até urticária nos membros da Polícia Civil, e todos exclamavam por essa oxigenação. Como consegui acabar com o suplementar? Negociando com o governo. Nesse mesmo projeto, promovemos 800 Carcereiros ao cargo de Agente de Polícia, negociando com o Governador Aécio Neves. Também negociando com o Governador Aécio, conseguimos o abono-fardamento, que era apenas para Cabos e Soldados da Polícia Militar e dos Bombeiros e hoje é pago do Soldado ao Coronel dos Bombeiros, da Polícia Militar, do Agente de Polícia ao Delegado-Geral de Polícia e também aos Agentes Penitenciários.

Negociando com esse governo, conseguimos a tão sonhada aposentadoria. Com o advento da Emenda à Constituição nº 20, de 1998, a Polícia Civil passou a viver uma insegurança jurídica quanto à sua aposentadoria. Quero lembrar o nome de uma pessoa que me procurou no meu gabinete, o Dr. João Wilton, homem sério, comprometido. Ele me disse que precisávamos corrigir essa injustiça. Ali, sim, foram dados os primeiros passos para que isso ocorresse hoje. Vocês, da Polícia Civil, devem agradecer a iniciativa do Dr. João Wilton, que nos procurou no gabinete. Com muita atenção, com muita dedicação, que me é peculiar e também a meus assessores, acolhemos o Dr. João Wilton. Iniciamos esse processo desde 2003, para buscar a tão sonhada aprovação dessa aposentadoria.

Hoje os policiais civis de Minas Gerais podem comemorar, porque a Proposta de Emenda à Constituição nº 3 será promulgada pelo Presidente do Poder. E vamos dar ciência do que houver, para que todos da Polícia Civil possam acompanhar o processo, assim como o nosso "site" tem informado, a todo o momento, sobre a tramitação tanto do projeto de lei complementar como da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007. Além da promulgação da proposta, vamos aguardar, simultaneamente, a sanção do Governador, e ele tem 15 dias úteis após o envio da mensagem pela Mesa da Assembléia.

Vamos comemorar e agradecer a todos os Deputados desta Casa, que me auxiliaram, que me acompanharam, que foram relatores e que nos ajudaram a construir esse sonho. Esse sonho da Polícia Civil que está se concretizando hoje não é apenas única e exclusivamente deste Deputado, mas de toda a Assembléia, do Governador, do Líder de Governo, do Presidente desta Casa. Parabéns à Polícia Civil! Conte comigo nesta luta, porque mais conquistas virão ao longo deste mandato, tenho certeza. Muito obrigado a todos e a Deus, por nos conceder este momento.

O Deputado Weliton Prado - Boa-noite. Apesar do sacrifício, das dificuldades, dos baixos salários e da falta de uma política de valorização efetiva da categoria, nesta noite obtivemos um avanço importante. É muito pouco perto do que merece a categoria, que, às vezes, enfrenta os bandidos, os marginais, colocando a própria vida em risco. Mas é fundamental.

Costumo dizer que a política é igual feijão: funciona na pressão, com mobilização, com muito diálogo. Os problemas são vários, e tem de haver conversa. Mas a pressão é fundamental. Sem pressão, infelizmente, as coisas não avançam, às vezes. Queria fazer o reconhecimento do Sindipol, que mobilizou, que pressionou. Tenho certeza absoluta de que, de certa forma, forçou o governo a tomar um posicionamento. O Sindipol tem sido valente mesmo, tem feito o enfrentamento de forma consciente, em defesa da valorização dos servidores. É muito importante a categoria analisar o trabalho do Sindicato. Acompanho o movimento sindical há muito tempo, na educação e em várias áreas, e hoje o Sindipol é um dos sindicatos mais atuantes na defesa da categoria em todo o Estado de Minas Gerais.

Não resta dúvida nenhuma de que hoje estamos tendo um avanço aqui, porque tivemos o apoio do conjunto dos Deputados e dos Líderes, como bem ressaltou o Deputado Sargento Rodrigues, mas principalmente por causa da mobilização dos servidores.

Quando os servidores se mobilizam, estão unidos e conscientes de seus direitos, com certeza há avanços. Não podemos parar por aqui. A mobilização deve continuar. Há muito mais para conquistar. No projeto, poderíamos ter avançado. Hoje, quando um Coronel se aposenta, é com um degrau a mais, 10%; isso não ocorre com um Delegado, fere-se o princípio da isonomia.

O Sindipol levantou a questão sobre a contagem de tempo dos policiais militares para aposentadoria. O auxílio-periculosidade tem de sair. Minas Gerais é um dos poucos Estados em que os policiais não têm o auxílio-periculosidade. Não podemos admitir isso. Se a mobilização continuar, se houver pressão, se reunião, manifestação nas praças e nas ruas, diálogo nesta Casa, conseguiremos um clima favorável, e o Governador vai reconhecer que o auxílio é um direito das forças de segurança pública.

O mesmo em relação aos recursos recolhidos das taxas de segurança pública, que devem ir para o setor. A força da segurança pública não pode ficar à mercê de convênios com o poder público municipal. Essa é uma responsabilidade do Estado. É preciso independência, autonomia e condições de trabalho. Votamos favoravelmente, reconhecendo o trabalho das entidades, a mobilização dos servidores. Reconheço, ainda, o trabalho do Chefe da Polícia Civil, Dr. Monteiro, que tem feito uma bela administração. Se dependesse dele, os avanços teriam sido maiores. É importante que a categoria se mantenha unida. O mesmo para o Bombeiro Militar, a Polícia Militar, o Agente Penitenciário, para que tenham força. Enfim, o conjunto dos servidores públicos deve se unir. Os servidores da educação, que têm uma das remunerações mais baixas do País, da saúde... A união do conjunto é fundamental para a valorização de todos. Parabéns, obrigado, parabéns pela mobilização, valeu.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Estou imensamente feliz nesta noite. Quero abraçar todos os policiais presentes neste momento histórico para Minas Gerais. O Estado está de parabéns. Aqueles que confiaram e acreditaram no trabalho com a Assembléia Legislativa, liderada pelo Deputado Sargento Rodrigues, estão de parabéns.

Tive o prazer de relatar a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007. Confesso que, de início, tivemos um trabalho árduo. Destaco a participação do Vice-Governador, que ajudou muito a buscar o entendimento e a aprovação. Ressalto ainda o trabalho do Líder do Governo, que sempre abriu as portas para este relator, que, por meio do embasamento de outras comissões, teve seu trabalho aprovado. Da mesma forma evocamos a relatoria do Projeto de Lei Complementar nº 20/2007, mas, em defesa desse trabalho, declinamos, para transferir a relatoria ao Sargento Rodrigues.

Sr. Presidente, todo projeto que vem de maneira convergente, consuma-se pelo laço da vitória. Destacamos a participação dos valorosos policiais civis, do Dr. Monteiro, do Secretário Maurício Campos e de todos os que puderam, com certeza, caminhar juntos. Estamos retribuindo o trabalho da Polícia Civil, por unanimidade de votos, nesta noite histórica e patriótica. Parabéns.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 4, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/7/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 225/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 281/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 322/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 934/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 11/2007; discurso do Deputado Antônio Júlio; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Vanderlei Jangrossi, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007 e o Projeto de Lei Complementar nº 20/2007, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 225/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a obrigatoriedade de a Loteria Mineira destinar pelo menos 50% dos seus bilhetes lotéricos na divulgação de informações sobre pessoas desaparecidas. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 225/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 281/2007, do Deputado Célio Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Buenópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 281/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 322/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ituiutaba o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 322/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 934/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre Rios os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 11/2007, do Governador do Estado, que altera o § 3º do art. 16, "b", da Lei nº 7.772, de 8/9/80, que dispõe sobre a proteção, a conservação e a melhoria do meio ambiente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, estamos aqui para discutir o Projeto de Lei nº 11/2007, que, em um primeiro momento, mais uma vez, passa despercebido pela maioria dos nossos colegas Deputados.

Há cerca de 15 dias, estamos questionando um decreto da Secretaria de Meio Ambiente que estabelece valores para multas, ferindo totalmente a nossa legislação e a Constituição. Aliás, hoje, escutei na imprensa que o IMA também elaborou um decreto, criando multas relativas a agrotóxicos.

Tenho levantado uma questão, que parece muito simplória para ser discutida nesta Assembléia. Mas trata-se de um assunto que está afligindo as pessoas mais simples do Estado, principalmente as que moram na zona rural, em virtude do excesso de poderes que temos dado tanto à Secretaria de Meio Ambiente quanto à Polícia Ambiental, por meio de decretos editados por essa Secretaria.

Para exemplificar, conforme um decreto, se você estiver portando uma vara de pescar de bambu, que custa aproximadamente R\$3,00, um policial militar pode tomá-la e aplicar-lhe uma multa de R\$500,00. Não estamos falando sobre rede nem tarrafa, mas de uma coisa que não tem nada que ver com agressão ao meio ambiente. Se uma pessoa estiver pescando em sua propriedade, em uma lagoa que ela mesma povoou de peixes, a polícia pode aplicar-lhe uma multa violenta.

Essas multas podem agredir moralmente as pessoas, como ocorreu na minha terra, Pará de Minas, em que um senhor foi parar em um hospital por não aceitar ter sido molestado pela polícia. Aos 78 anos, nunca se envolveu em qualquer situação policial, nem entrado em uma Delegacia, conforme disse, mas teve sua vara de pescar apreendida e recebeu uma multa de R\$500,00.

Ontem, o Governador do Estado editou um decreto importante para a economia de Minas, talvez pela necessidade da urgência da medida, anistiando os pequenos empresários e microempresários de dívidas de até R\$3.000.000,00. Faria um apelo ao Governador para aproveitar e estender esse benefício a todas as ações do IEF, por meio da Polícia Ambiental, cancelando essas multas, que são muitas e não serão pagas. O governo gastará um dinheirão para ficar com esse entulho de valores de multas apenas para dizer que a Polícia Militar fez 10 mil multas. Eles gostam de números grandes e resultados pequenos ou até nenhum resultado, em vez de darem importância para a qualidade da ação ou de fazerem uma ação preventiva e educativa com essas pessoas. Estamos votando mais uma matéria enviada pela Polícia Militar para a Assembléia Legislativa.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, V. Exa. traz algumas reflexões importantes sobre a nossa lei ambiental. Minas Gerais tem uma lei ambiental muito avançada, segundo todos os órgãos ambientais do País. Os abusos denunciados por V. Exa. são verdadeiros em muitos casos. Nossa lei ambiental, embora seja avançada, delegou ao Decreto nº 44.309, de 2006 toda a questão da tipificação e das penas pelas infrações ambientais cometidas por cidadãos e por empresas. A lei apenas mostrou o parâmetro mínimo, R\$500,00, e o parâmetro máximo, R\$50.000.000,00, e delegou para o Decreto nº 44.309 a tipificação de todas as condutas que são consideradas infrações, assim como a definição das penalidades.

Há um clamor geral da sociedade mineira para aperfeiçoarmos esse decreto, feito com esforço hercúleo da Secretaria de Meio Ambiente, por meio de seus técnicos. Tive o cuidado de estudar esse decreto. É muito bom em 85% de seu conteúdo, mas há um percentual de 15% que precisa ser modificado e aperfeiçoado. Precisamos mover essa luta nesta Casa. Temos de nos unir sem questões partidárias nem ideológicas para aperfeiçoarmos esse decreto, com o objetivo de coibir os abusos que V. Exa. denuncia.

O decreto trata também dos termos de ajuste de conduta, os TACs. Esse decreto e a lei ambiental autorizam órgãos ambientais, como o IEF, a Feam e o Igam, a propor TACs, assim como o Ministério Público. Nesse ponto também existem abusos. Também neste caso, a lei delega ao decreto a regulamentação dos TACs. A regulamentação está também um pouco vaga, deixando muito aberta a permissão para os órgãos ambientais proporem TACs. Ocorre muito de um órgão impor a empresas com portes semelhantes e com infrações semelhantes contrapartidas diferentes, exigindo de uma contrapartida maiores e mais difíceis de ser cumpridas. É preciso fazer esse estudo.

Deputado Antônio Júlio, V. Exa., na Comissão de Fiscalização, é autor, juntamente com este Deputado, de um requerimento para que seja realizada uma audiência pública para estudarmos esse decreto. Temos de ampliar esse requerimento para estudarmos também os critérios para os TACs, porque não há muitos critérios. É uma colaboração que esta Casa deve trazer ao governo de Minas e ao povo de Minas Gerais, aprimorando a lei ambiental mineira, que é avançada, e o decreto mineiro, que previne as infrações. O decreto é muito bom, mas precisa de alguns aperfeiçoamentos. Parabéns ao Deputado Antônio Júlio pela atenção. O Deputado já foi Presidente desta Casa e é meu espelho de conduta nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputado Lafayette de Andrada. Estamos levantando justamente o que disse o Deputado Lafayette de Andrada, ou seja, estamos delegando aos técnicos o direito de legislar em nosso nome todas as matérias que estamos votando, como as de meio ambiente e tributação. A maior parte da legislação do Estado de Minas Gerais é composta por decretos, que estão substituindo as leis. Estamos cometendo esse equívoco por nossa própria omissão. Será que estamos achando mais fácil jogar para os técnicos a responsabilidade de elaborar leis e editar decretos, em vez de colocarmos na legislação algo claro, que seja visível aos olhos de qualquer um? Não. Ficamos a mercê dos decretos.

Tenho dito aqui que o Governador Aécio Neves fez o choque de gestão. Tive o prazer e a satisfação de ajudá-lo num primeiro momento. Eu era o Presidente da Assembléia quando aprovamos a lei delegada. Apesar de ser contra a lei delegada, percebi que, naquele momento, as reformas que o Governador queria deveriam ser feitas por meio de uma lei delegada, de forma mais clara, isto é, o choque de gestão. Hoje estou ficando preocupado, creio que não foi feito um choque de gestão, mas um choque de "gestação", em face das regras adotadas: a grande quantidade de propostas de leis e de edição de decretos fez com que fosse descaracterizado tudo aquilo que o Governador sonhou, ou seja, que o Estado fosse mais simples e mais eficiente. Esses decretos mostram a ineficiência do Estado, que, até então, tinha eficiência.

Agora estão inventando decretos do meio ambiente prejudicando os produtores rurais. Esse decreto do meio ambiente precisa ser revisto urgentemente. Aprovamos que, por meio de decreto, fossem concedidas gratificações aos funcionários da Secretaria de Fazenda. Isso foge a tudo o que o Governador Aécio Neves pregou e está pregando. Ontem votamos duas matérias um pouco complicadas. Então não houve choque de gestão, mas de "gestação". Agora estão sendo paridas muitas coisas equivocadas. Tenho a certeza de que o Governador não está sabendo disso. Às vezes, pergunto: "Governador, V. Exa. sabe disso?" A resposta é: "Não". A conversa que ele teve com a Bancada do PMDB foi totalmente diferente do que estamos votando aqui. Não podemos falar sobre isso, porque seremos chamados de oposição.

Felizmente, quanto a essa matéria aqui discutida, o Deputado Lafayette de Andrada enviou dois requerimentos à Secretaria de Estado. Se eu tomasse essa providência, seria oposição, estaria catimbando. Ele, como um Deputado que deseja ajudar o governo, pediu informações, a fim de ter consciência de seu voto ou até modificá-lo, com a finalidade de ajudar, e não de prejudicar. Mas as informações não chegaram.

Estamos tentando votar hoje - pelo visto não votaremos, porque não há quórum - uma matéria que poderia ser olhada pelos Deputados. Eles poderiam olhá-la, mesmo que seja "en passant", a fim de saberem o que estamos votando. Estamos concedendo mais delegação. Estamos retirando do Poder Legislativo o poder de legislar e de fiscalizar e passando-o para a frente. Se continuarmos agindo desse jeito, é preferível votarmos outra lei delegada entregando para o governo o poder de fazer todas as modificações que desejar, delegando aos Secretários de Estado, ao pessoal do segundo, terceiro e quarto escalões, à Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Civil o direito de baixar decretos. Enquanto isso, ficaremos com as demandas, ou seja, o povo reclamando, xingando e vindo atrás de Deputados.

Percebo hoje um comodismo muito grande da sociedade, que se reflete nesta Casa. A sociedade se acomodou, não reclama de mais nada. Isso me preocupa. Nesta semana, eu estava brincando com o controle remoto e vi um programa de televisão, se não me engano o "Faustão", e o apresentador estava dizendo uma coisa interessante. Ele falou que estamos tão acomodados que você vê uma pessoa sendo assaltada e não tem coragem de pegar o telefone e ligar para a polícia, porque não é com você, e aí você não tem nada a ver com isso. Quando vê uma pessoa passando mal, você olha e não quer saber, porque não é com você. A maioria da sociedade, de vez em quando, dá R\$1,00 de esmola, achando que está resolvendo o problema daquele coitado que está ali esmolando, mas pensa: isso não é problema meu, mas do Estado ou de não sei quem.

Nós hoje nos acomodamos, não estamos lutando para melhorar as coisas nem para mudar os rumos. E a Assembléia está a mesma coisa. Não estamos discutindo corretamente os projetos, porque dá trabalho, Delvito. Já tivemos umas quatro reuniões com o Deputado Lafayette, tentando encontrar uma solução e até mudar os rumos. Mas são poucos os que têm disponibilidade. Sei que está difícil encontrar tempo, que ele está curto, porque nós, homens, estamos querendo competir com o computador em termos de agilidade. Isso nunca será possível. Mas poderíamos nos dedicar um pouco mais em algumas matérias, poderíamos realizar uma discussão maior, para fazer uma legislação que atenda aos interesses do Estado, mas também aos do cidadão.

Essa é a discussão que faço, e estamos votando mais uma matéria nesta Casa. Graças a Deus, Deputado Rêmoló, acertei quando disse aqui, desde o início do governo Aécio Neves, que mais ou menos 70% das matérias que o governo enviaria dariam errado, o que realmente ocorreu. Todo dia estamos votando proposições, e depois consertando, votando lei delegada ou outras matérias sem analisar.

O que me preocupa é que estamos sempre delegando - aí é uma lei delegada camuflada -, para que eles tomem as decisões por meio de decreto. Faz-se decreto para cobrar multas. Está errado. A Constituição não permite estabelecer multas por decreto. Isso é muito claro. Qualquer ação na Justiça, o Estado vai perder. O que ocorre, dependendo das multas, é que os valores são exorbitantes, o que é pior. E o Estado ainda é condenado à sucumbência de seus advogados, o que o onera muito. Temos essa quantidade de precatórios para serem pagos, justamente pelo equívoco das nossas legislações.

Infelizmente, em nosso sistema de fiscalização, em todos os sentidos, a lei fica tão obscura - eles jogam para regulamento, jogam para decreto - que o fiscal passa a ter o poder de decidir e de achar o que vai fazer, mas não poderia trabalhar com "achismo", tinha de ter a definição do que a lei determina. Se se cometeu tal infração, a multa é tanto. Mas não: ele é que vai arbitrar a multa.

Por esses dias, o Deputado Jayro Lessa ressaltou a questão do IEF. Não conheço o assunto, mas ele disse que não se sabe diferenciar o carvão de mata nativa do carvão de eucalipto. E ele alega que o fiscal multa por julgar que o carvão é de mata nativa, e, às vezes, é de eucalipto. Ele diz que isso é feito pelo "olhômetro", não existem normas técnicas para diferenciar um do outro. Eles multam porque acham que o carvão é de mata nativa e não poderia ser transportado, às vezes até com nota. Então multam, apreendem o caminhão e o carvão, é aquele rolo todo. Quando são questionados, a maioria dos fiscais diz: "Vou te multar, e você se vira lá". Mas o "se vira" gera gastos. Para "se virar", você tem de contratar um advogado, que custa dinheiro.

O Parlamento, a Assembléia Legislativa, precisa reagir. Vou tornar-me cansativo, mas vou falar até sentir que estamos dispostos a mudar. Ou, às vezes, não estamos dispostos a mudar e sempre vamos encher a boca para dizer: eu sou Deputado. Só se é isso, que ser Deputado é muito mais importante que exercer o poder de legislar. Talvez seja isso. Mas o que estou levantando hoje, Deputado Paulo Cesar, é que a sua cidade sofre muito com a fiscalização em todos os sentidos. Ontem, saiu um decreto sobre controle de agrotóxico que afeta muito a região de Nova Serrana. Realmente tem de haver um controle.

Fui um dos autores da lei ambiental e um dos que mais ajudaram na elaboração dessa lei. Ela não foi feita de um dia para o outro. Houve mais de um ano de reuniões e de discussões, até que se conseguiu fazer um projeto. Mas houve equívocos também. Está errado tipificar multa. É preciso mudar a forma de tratar os projetos, principalmente os do governo. Se continuar assim, o choque de gestão do Governador vai virar choque de "gestação", vamos parir só coisa feia. Estou fazendo esse alerta e tenho muitos exemplos para dar. Tivemos o caso da doação do imóvel de Contagem. Quando o PSDB levantou a questão - ainda bem que foi o PSDB, porque, se fosse qualquer outro partido, era oposição - e, de acordo com as informações do Deputado Ademir Lucas, ninguém sabe quem foi o autor da lei. Até agora não apareceu, porque o PSDB catimbou, disse que não foi a Secretaria, que foi a Cohab, que agora mudou o nome - são muitas Secretarias sem função criadas só para dar cargo para Secretário. Até agora, segundo informações do Deputado Ademir Lucas, o projeto chegou aqui...

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - De modo geral, concordo com a linha do discurso de V. Exa., mas tenho divergências com relação a alguns pontos. V. Exa. disse que são muitas Secretarias em Minas para dar cargos, mas não é bem assim. Já diminuímos o número de Secretarias no Estado. As que existem são efetivamente necessárias para o bom andamento da máquina pública. Quanto ao resto, V. Exa. trouxe pontos importantes que devem ser debatidos.

O Deputado Antônio Júlio* - Se houve excessos, Deputado Lafayette de Andrada, perdoe-me, mas é a forma de falar. Farei outro desafio. Se correremos uma lista com todas as Secretarias para que os Deputados identifiquem os Secretários, garanto-lhe que a maioria não acertará nem a metade. Mas não é essa a discussão. Todo governo é igual. Muda-se o comandante, mas a forma de governar é a mesma. É isso que estou levantando.

Estamos delegando. V. Exa. tem de prestar atenção e pensar lá na frente. Está havendo equívocos. Não conseguimos avançar, porque criaram barreiras que prejudicaram o projeto do Governador Aécio Neves, pois ele não sabe o que está se passando nesse decreto. Falo isso com convicção, porque já tivemos um problema aqui que levei para ele. Fizemos fofoca com o meu nome, dizendo que estava fazendo movimento com o pessoal dos "outdoors". Vamos levantar algumas histórias recentes. A Secretaria baixou um decreto, aprovado por esta Casa equivocadamente, cobrando R\$60.000,00, R\$70.000,00, R\$80.000,00 de taxa de empresários que faturam R\$40.000,00 por ano. Fizemos uma reunião com a associação, que queria fazer um movimento contra o Governador, e disse-lhes que o Governador não sabia disso, que foi informado de que eu estaria incentivando. Segurei todo o material e depois o levei ao Governador pessoalmente, informando-o que aquilo não podia ser feito. Ele não demorou nenhum minuto para tomar uma decisão, porque tem visão. É preciso levar as coisas para o Governador.

A maioria dos seus Secretários não tem coragem de discutir os problemas com ele. Passam a imagem de que não há problemas. Mas há problemas. Quando levamos essa questão, ele determinou que fosse feito o cancelamento das guias, que já tinham sido emitidas. Então,

fizemos uma revisão do projeto. Já haviam emitido as guias, mandou cancelar e fizemos uma revisão no projeto. Houve o caso do Deputado Elmiro Nascimento, que quase foi usado em uma proposta de cobrança, no mesmo projeto. O Governo queria cobrar R\$80.000,00 por hectare, por taxa de utilização da faixa de domínio. Deputado Delvito Alves, parece que na sua região, planta-se faixa de domínio. Quando verifiquei os valores, disse que estava errado.

Solicitei ao Deputado Mauri Torres que votássemos o projeto como veio. Se estavam achando que estava tumultuando, pedi que votassem o projeto como veio; e o Governador é que vai pagar essa conta. Quando começar a cobrar do coitado do produtor rural R\$80.000,00 por hectare, ele não vai pagar, mas vai criar um fato. Ainda usaram o Deputado Elmiro Nascimento, pediram a ele que assinasse uma proposta de emenda e passaram a cobrança para R\$64.000,00. O Deputado Elmiro Nascimento estava saindo de viagem, aqui funciona dessa forma, nosso sistema é assim. Também já fiz isso. Depois de muita luta, a Secretaria de Fazenda percebeu que estava equivocada. Sou taxado de oposição, porque presto atenção nessas matérias e faço conta com muita facilidade. Um dom que Deus me deu é fazer conta, fazer projeções de arrecadação, de percentual, faço isso com muita agilidade.

Precisamos participar de algumas discussões com o Governador Aécio Neves. O pessoal está achando que agora todo o mundo manda no governo, porque o Aécio está com 80% de aprovação. Mas geralmente quem está lá em cima, quando cai, o tombo costuma ser mais forte, e não queremos isso. Queremos que o Estado seja eficiente, tenha fiscalização, multa e seja um Estado organizado. Estamos discutindo o mesmo que estamos discutindo com o Ministério Público. Estamos começando a discutir os excessos cometidos por esse decreto.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Antônio Júlio, V. Exa. aborda um dos assuntos mais pertinentes, no meu modo de entender. Às vezes nos perdemos em discussões que pouco contribuem para o fortalecimento do Poder Legislativo e nos esquecemos de dar ênfase ao que é mais essencial. V. Exa. aborda esse ponto crucial. O Poder Legislativo precisa ater-se à questão que é da sua competência.

Quando V. Exa diz que o Executivo extrapola, ao regulamentar multas e penas por meio de decreto, isso fere violentamente o princípio da legalidade. Isso tem de ser feito por meio de lei, de prerrogativa do Plenário desta Casa. O cidadão comum não pode ficar à mercê de uma regulamentação por meio de decreto. Quando V. Exa. aborda essa questão, é fundamental que o Poder Legislativo seja fortalecido. A regulamentação deve ser por meio de legislação. O decreto só serve para regulamentar a lei, ele não pode extrapolar a lei, estipular pena por meio do decreto. Esta Casa tem de estar atenta a isso.

De vez em quando contribuimos para esse tipo de coisas. Por exemplo, ao permitirmos leis delegadas que possibilitam a criação de cargos sem passar por esta Casa. Quando a coisa já está pronta, ficamos sabendo, porque foi feita uma lei delegada criando secretaria, extinguindo cargo, criando cargo ou aumentando salário. Isso tira a prerrogativa do Poder Legislativo.

Queremos fortalecer o Poder Legislativo, que é fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira ainda muito jovem, em fase adolescente. Precisamos avocar para o Legislativo a nossa competência principal, que é legislar.

Se o nobre Governador quer regulamentar matéria de tributo, de taxa, de fiscalização, tem de ser por meio de lei, e não por via de decreto. V. Exa. aborda um ponto que considero crucial. Esse debate contribui para o fortalecimento do Poder Legislativo. É nisso que temos de nos ater, sob pena de nos perdemos em questões menores que não contribuem para o Plenário desta Casa.

V. Exa. está de parabéns, ao abordar esse tipo de questionamento. Precisamos, no Plenário desta Casa, fazer esse grande movimento: fiscalizar mais, verificar se o Governador não está extrapolando o seu poder de decretar. Se estiver, usar até dos instrumentos legislativos, como o decreto legislativo, que tem o poder de corrigir excessos do decreto do Executivo, quando este extrapolar o princípio da legalidade, a lei. Esse ponto é crucial e deve ser observado por esta Casa. V. Exa., ao levantar o assunto, contribui muito para o fortalecimento do Poder Legislativo.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, gostaria de discutir mais essa matéria. Por isso, solicito o encerramento, de plano, da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados e as Deputadas para a reunião ordinária, de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/7/2007

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.338/2007; aprovação com a Emenda nº 1; declarações de voto - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 11/2007; requerimento do Deputado Antônio Júlio; discurso do Deputado Antônio Júlio; aprovação do requerimento - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 329/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 176/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 469/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 486/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 722/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes -

Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Fahim Sawan, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007 e o Projeto de Lei Complementar nº 20/2007, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, bem como os Projetos de Lei nºs 225, 281, 322 e 934/2007, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.338/2007, da Mesa da Assembléia, que altera a tabela de vencimentos básicos dos servidores da Secretaria da Assembléia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. Em discussão, o projeto. (- Pausa.) Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.338/2007 com a Emenda nº 1. À Mesa da Assembléia.

Declarações de Voto

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, considero que foi feita justiça aos servidores desta Casa, na noite de hoje. Elogio a Mesa Diretora pela decisão e a iniciativa política, e a Diretoria-Geral da Assembléia pelo competente trabalho que desenvolveu.

Pessoalmente, tenho uma discordância mínima, porque penso que categorias de outros Poderes no Estado tiveram índices maiores do que os 15% concedidos aos servidores desta Casa. Que fique claro que estamos corrigindo uma situação de quatro anos sem um reajuste para os servidores do Poder Legislativo. Se fizermos uma comparação com planos de carreira de outros poderes nos mesmos níveis de escolaridade, ainda encontraremos defasagem na Assembléia Legislativa.

Mas registro que é um avanço, é o possível dentro da disponibilidade que se tem. Penso que temos que concordar com isso, neste momento.

Discordo de outro pequeno ponto: a não-retroatividade desse aumento a abril, como foi com o dos Deputados. Reconheço que haveria a necessidade de uma suplementação orçamentária, votei a favor do projeto, mas discordo também dessa questão, que penso seria o encaminhamento correto. De qualquer jeito, registro aqui essas palavras para a Mesa, devido à atitude que tomou, ao corrigir essa situação de defasagem do Poder Legislativo.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, comungo com a fala do Deputado Durval Ângelo, e não poderia também deixar de reconhecer e parabenizar a Mesa, em nome de V. Exa. e de todos os Líderes desta Casa, ao fazer justiça. Se formos ver o conjunto de servidores desta Casa... Só quem acompanha o dia-a-dia da Casa sabe da competência, do compromisso e da responsabilidade dos servidores, desde os da Consultoria, da segurança, as minhas amigas da Taquigrafia - pelas quais tenho o maior carinho -, e da imprensa. Realmente temos de reconhecer que se faz justiça, e esperamos que a Casa possa implementar, de fato, uma política de valorização dos servidores; e esse foi um passo importante para isso.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, em meu nome, e com certeza falando pela maioria desta Casa, posso dizer que foi uma votação tranqüila e unânime, e que reflete algo que consideramos fundamental no serviço público: a qualidade e a competência dos servidores que possui o Poder Legislativo. Registramos isso neste momento. Esta Casa possui servidores qualificados, de carreira, pessoas que dedicam uma vida a ela. Temos aqui servidores com décadas, 20 anos, 30 anos, que acompanharam boa parte da história do Legislativo mineiro e mantêm o mesmo entusiasmo e a mesma dedicação, haja vista que esta Casa trabalha em jornadas ampliadas.

Quase todos os dias, chegamos por volta de 8h30min, entre 8 horas e 9 horas da manhã, e os servidores aqui já estão, porque iniciam a preparação de todo o material nas comissões e no próprio Plenário, e vamos até altas horas da noite, mantendo um ritmo intenso durante todo o ano. É muitas vezes fora daqui, em viagens das comissões, que visitam o interior de Minas... Recentemente, estive em Araçuaí e, devido ao volume de trabalho que tínhamos, tendo de ir pela manhã a Araçuaí, que fica quase na divisa com a Bahia, e estar na Assembléia para votar alguns projetos na parte da tarde, fomos de avião. Quando lá chegamos, pela manhã, encontramos um grupo de servidores da Assembléia. Eles tinham viajado durante toda a noite e lá estavam aguardando-nos com toda uma estrutura, para viabilizar uma importante reunião naquela cidade do Norte de Minas.

Faço esse registro, porque muitas vezes pode alguém não compreender um aumento dado ao servidor público - no caso específico, ao servidor público do Poder Legislativo. Insisto que esse aumento fundamenta-se - e é por isso que o PSDB, por sua unanimidade, desde o primeiro momento, esteve ao lado da Mesa, entendendo que o aumento era justo e apropriado - e vem em uma demonstração clara do reconhecimento

do esforço, da dedicação, da competência dos quadros que compõem a nossa Assembléia Legislativa.

Os servidores atendem não apenas os Deputados mas o povo mineiro, num processo extremamente dinâmico que vivemos, nesta Casa, de reuniões no dia-a-dia. Eventualmente aqui, no Plenário, a presença é marcante e predominante dos próprios Deputados, e não poderia ser diferente em um ambiente de votação. Nas comissões, em audiências públicas, nos gabinetes, na rotina de trabalho desta Casa, temos a presença de muitos servidores anônimos que não aparecem diante da câmara da TV Assembléia. Muitas vezes eles estão por trás delas, operando-as. Sem eles certamente seria impossível cumprir a nossa missão de legisladores. Por isso votamos favoravelmente ao projeto, Sr. Presidente.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, gostaria de fazer minhas as palavras dos Deputados que me antecederam. Como sou servidor de carreira desta Casa há 20 anos, conheço os quadros da Assembléia Legislativa, que são formados por esses valorosos servidores, dedicados ao seu trabalho de assessorar os Deputados e a parte administrativa da Casa. Tenho procuração de grande parte desses servidores, que hipotecaram o seu apoio ao meu nome para Deputado.

Digo que os servidores desta Assembléia têm na figura de V. Exa., como Presidente, um homem respeitado, alguém que está implantando nesta Casa uma profissionalização e uma valorização dos servidores do Poder Legislativo. Nunca os servidores desta Casa estiveram tão satisfeitos, como estão agora com a administração de V. Exa. e com toda a Mesa. Esse aumento vem em boa hora, porque os salários estão absolutamente defasados. Não é o que os servidores merecem, mas, creio eu, é o que a Casa pode oferecer neste momento, em razão dos recursos financeiros disponíveis.

É preciso, Sr. Presidente, que os servidores sejam mesmo valorizados, porque nos últimos anos, a Assembléia Legislativa vem perdendo vários servidores para o Poder Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Polícia Federal e Defensoria Pública, em razão da defasagem salarial de muitos anos. Há 15 anos, um servidor desta Casa ganhava o equivalente a US\$2.000,00 ou US\$3.000,00. Hoje, às vezes, na carreira jurídica, começa ganhando R\$2.500,00 ou R\$3.000,00 por mês, o que é muito pouco ainda.

Acreditamos que V. Exa., imbuído do esforço de valorizar os servidores, encontrará, com a Mesa, alternativas para solucionar esse problema da defasagem salarial dos servidores desta Casa, esses abnegados servidores, que, há muito, aguardavam a valorização de suas carreiras. Agora foram beneficiados com um projeto de reajuste de 15% e com um plano de carreira que está em curso nesta Casa.

Este Deputado, como funcionário de carreira, como conhecedor dos quadros da Casa, votou favoravelmente ao projeto. Os demais Deputados da Bancada do Partido Verde trilharam o mesmo caminho, porque estamos votando o merecido reajuste dos servidores do Legislativo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, não poderia deixar de me pronunciar diante desta votação, em 1º Turno, do Projeto de Lei nº 1.338/2007, que dispõe sobre a reposição salarial dos servidores - recrutamento amplo e quadro efetivo - do Legislativo.

A parcela de reajuste, como disse o Deputado Délio Malheiros, não é a que todos gostaríamos de votar, mas, no momento, é aquilo que é possível conceder. Tenho certeza de que a Mesa desta Casa, na pessoa dos nossos ilustres companheiros, deve ter feito os estudos necessários e todas as tratativas possíveis para chegar a esse índice. Sabemos que os servidores que nos acompanham nas comissões permanentes desta Casa são abnegados e vêm fazendo realmente um excelente trabalho não apenas no apoio ao Plenário e às comissões, mas também no apoio às diversas áreas desta Assembléia. Neste momento, a Mesa, ao colocar em votação este projeto, coloca a vontade de todos os Deputados.

O nosso entendimento, volto a insistir, é que deveria ser um índice maior, em função da qualidade e da presteza do trabalho prestado pelos servidores aos Deputados e à sociedade de forma geral. Recebi do nosso Líder, o Deputado Sebastião Helvécio, a incumbência de falar em nome do PDT. Estamos manifestando, neste momento, a vontade do nosso Partido, ou seja, o nosso apoio aos abnegados servidores, que trabalham diuturnamente dando o suporte necessário aos Deputados, para que possam realizar seu trabalho da melhor maneira possível.

Quero ainda, Sr. Presidente, chamar a sua atenção, já que o Deputado Domingos Sávio disse aqui que, enquanto estamos nesta reunião, há aqueles que estão atrás das câmeras, nos bastidores, o pessoal da TV Assembléia. Entreguei nas suas mãos um pedido para que V. Exa. encontre mecanismos de valorização para aqueles servidores contratados da TV Assembléia por empresa específica.

Espero que a mesma atenção que V. Exa. tem dado aos demais servidores seja estendida aos servidores contratados pela empresa, pois o serviço é terceirizado. Esses servidores reclamaram não só comigo, mas também com o Deputado Durval Ângelo, solicitando que olhássemos vários pontos como vale-alimentação, escala de trabalho, período de serviço em que estão trabalhando e a forma como estão trabalhando, ou seja, há uma série de detalhes que precisam ser tratados com o pessoal contratado que dá esse suporte à TV Assembléia.

Portanto, Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, esperamos que V. Exa. tenha o mesmo carinho que estamos tendo com os servidores efetivos e de recrutamento amplo. Que V. Exa. tenha esse carinho especial, e também os demais componentes da Mesa, Secretário-Geral da Mesa e o Diretor-Geral, para com as reivindicações dos servidores contratados.

A Assembléia está como o pólo passivo, como aquela que contrata a empresa. Portanto, a Assembléia deve influenciar, intervir e dar a esses servidores a condição, o tratamento e o respeito adequados para que eles possam realizar o trabalho da melhor maneira. Agradeço o empenho e a acolhida com que V. Exa. recebeu este Deputado para tratar especificamente deste assunto.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, também quero deixar aqui mais uma vez registrado, em nome da Bancada do PT, o reconhecimento, não somente neste voto favorável a este reajuste, pelo trabalho tão qualificado, tão bem feito de todos os servidores e servidoras, trabalhadores e trabalhadoras do Legislativo de Minas Gerais. Tanto os de cargos comissionados, quanto todos os servidores efetivos têm prestado um serviço de muita qualificação, reconhecido por todos nós e em qualquer lugar. Reconheço belíssimo atendimento e o comprometimento com o Legislativo, com os Deputados, enfim, com o trabalho parlamentar.

Deputados Sargento Rodrigues e Durval Ângelo, da mesma forma, recebemos uma solicitação para ser encaminhada à Mesa, pedindo cuidado com a equipe que trabalha na TV Assembléia para que, de fato, seu trabalho seja mais valorizado. Sempre temos feito apelo nesta Casa Legislativa em relação aos demais servidores do Estado. Os policiais civis receberam sua parcela de reajuste. Recentemente, houve pequena parcela para a Educação, muito pequena diante da grande necessidade dos educadores de Minas, mas ressalto que é preciso cuidar dos servidores do Executivo de Minas, enfim, de todos que precisam ter melhores garantias de trabalho e direito a um reajuste de salário. Hoje à noite, este projeto, de fato, traz o reconhecimento pelo belo trabalho prestado pelos servidores e servidoras desta Casa Legislativa.

O Deputado Fábio Avelar - Também, Sr. Presidente, queremos dizer que acompanhamos o processo de votação, reconhecendo o trabalho que os funcionários desta Casa têm prestado a esta instituição e a todos nós, Deputados. Queria fazer referência aqui a todos os funcionários, desde nossos assessores, nosso querido amigo Zezão, que está na cantina, dando-nos condições para o nosso trabalho durante todo o dia e, às

vezes, durante toda a noite, e a todos aqueles assessores que nos emprestam importante apoio no processo legislativo.

Também reconheço o esforço da Mesa Diretora em proporcionar esse aumento. Acreditamos que é um avanço importante. Queremos declarar nosso voto, pelo PSC, votamos com o projeto, por entender que ele é mais do que merecido. Acredito que foi um grande avanço. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João - De fato, essa votação promove justiça. Temos servidores, como alguns colegas salientaram, que não medem esforços; trabalham inclusive final de semana; têm de viajar, pegam estrada. É um trabalho árduo, e nem por isso o serviço fica comprometido, muito pelo contrário, o serviço é de qualidade. É uma questão de justiça.

Aproveito a presença do Diretor-Geral para dizer que precisamos ter um carinho e uma atenção especial em relação aos trabalhadores e trabalhadoras da Casa, principalmente os terceirizados. Como já foi destacado aqui, parte do pessoal da TV Assembléia não é efetivo, assim como fotógrafos e jornalistas. Há um número significativo de trabalhadores que não estão sendo contemplados. Às vezes, nos contratos que mantêm com empresas que os terceirizam, não têm boas condições de serviço e de remuneração. Também esse pessoal não mede esforços para dar cobertura a todo o trabalho. Produz muita coisa e, sobretudo, socializa com o povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Roberto Carvalho - Caro Presidente, Deputado Alberto, realmente esta é uma noite muito feliz. Falar da competência e de toda a dedicação dos funcionários da Assembléia Legislativa é como chover no molhado. Indiscutivelmente, temos a honra de ter em nossa Assembléia uma das equipes mais preparadas do País. Há pouco tempo, fui a Brasília, no Encontro Nacional das Assembléias, representando V. Exa., a fim de receber um prêmio em nome da nossa Escola do Legislativo. E vi o quanto o Legislativo brasileiro, de todos os Estados, respeita e pauta-se pelos trabalhos da nossa Casa, particularmente dos nossos funcionários. Esse projeto faz justiça. E toda vez que se faz justiça é uma alegria muito grande, porque estamos aqui para isso.

Aproveito para convidar todos os colegas, todos os presentes. Nesta semana, tivemos duas datas importantes em nossas cidades. Montes Claros completou 150 anos, e a minha querida Ubá também completou 150 anos. Amanhã, esta Casa receberá o Presidente da República em exercício, Dr. José Alencar, que também é de Ubá. Ele é filho adotivo e adotado por Ubá. Estará aqui numa sessão em homenagem aos 150 anos de emancipação política da minha querida terra, que é Ubá. Convido todos os colegas, porque Ubá tem um coração muito grande - não é à toa que é considerada cidade-carinho. E vai receber todos como se fossem de Ubá. Muito obrigado, Presidente.

O Deputado Carlin Moura - Também não poderia deixar de registrar a excelência e a competência do quadro de servidores da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e que merece, sem dúvida alguma, remuneração à altura e a valorização do seu trabalho.

Somos testemunhas de que os servidores desta Casa garantem a alma e o dinamismo da Assembléia Legislativa, referência em todo o País. Esse dinamismo se reflete no funcionamento da Casa, nas Comissões, nas audiências públicas externas e internas, que contam com a dedicação de todos os nossos servidores - efetivos, de recrutamento amplo e contratados, os quais merecem, sem dúvida nenhuma, ter sua situação considerada, para que sejam valorizados.

A nossa TV Assembléia presta grande serviço de utilidade pública e tem feito grande trabalho de informação ao povo de Minas Gerais.

Hoje, portanto, a Casa correspondeu à altura desses servidores, que engrandecem a alma deste Poder e o funcionamento desta Assembléia, base fundamental da democracia.

Todos os nossos servidores estão de parabéns. Somos solidários com todas as suas lutas para a melhoria das suas condições de trabalho e remuneração.

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 11/2007, do Governador do Estado, que altera o § 3º do art. 16-B da Lei nº 7.772, de 8/9/1980. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Júlio solicitando o adiamento da discussão do projeto por cinco dias. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, por meio de requerimento, solicitamos o adiamento da discussão, porque, apesar de o projeto do governo não ter nenhuma dificuldade de tramitar, foi-lhe apresentado um substitutivo meio complicado. O projeto foi acrescido de alguns artigos. Aliás, alguns Deputados estão analisando o que eu estou questionando e acham que tenho razão. Às vezes, nós, muito afoitos nas discussões, fazemos uma interpretação um pouco equivocada. Mas, em relação a esse projeto, não estou equivocado, tenho a certeza do que estou dizendo.

Tenho discutido a ação da polícia ambiental, que tem agido até mesmo por delegação nossa. Fizemos a lei, e eles agem da forma que acham que devem agir. Deputada Ana Maria, estamos criando um conceito subjetivo de que o fiscal poderá achar que uma fogueira de São João está contribuindo para o aquecimento global e poderá multar o responsável em até R\$50.000.000,00, alegando que a fumaça é agressiva à camada de ozônio. Queremos evitar isso, até para proteger a polícia ambiental.

Sr. Presidente, esta é a discussão. Gostaria que os Deputados aprovassem o requerimento, para adiarmos esta discussão até terça-feira, quando, com o consentimento dos Deputados, poderemos apresentar uma modificação, rejeitando o substitutivo e votando apenas o projeto do governo. Esse é o nosso objetivo.

Felizmente, alguns Deputados acordaram para o que eu estava dizendo sobre a gravidade de votarmos favoravelmente ao Substitutivo nº 1. Encaminho o requerimento, para que os Deputados possam aprová-lo e adiar a discussão para terça-feira.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 329/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campina Verde o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 176/2007, do Deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Santa Maria do Suaçuí o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da

Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 176/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 469/2007, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre a utilização de madeira apreendida no Estado de Minas Gerais para a construção de habitações populares e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 469/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Transporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 486/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe os restaurantes, os bares, as casas noturnas e os estabelecimentos congêneres de exigir consumação mínima e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 486/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 722/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaguara o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 722/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Questão de Ordem

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, sugerimos a V. Exa. que encerre a reunião, tendo em vista não termos quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 5, às 9 horas, e para a reunião especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Participação Popular NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 21/6/2007

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Carlin Moura e João Leite, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a receber uma comissão integrada por alunos da disciplina de Direito Penitenciário do Uni-BH, para entrega de documento contendo propostas para aprimoramento da legislação de execução penal, provenientes do estágio por eles realizado nesta Casa, dentro do Projeto Conexão Assembléia, e de tratar de assuntos de interesse da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Prof. Luciano Dias Bicalho Camargos, Coordenador do Curso de Direito do Uni-BH, que é convidado a tomar assento à mesa. Registra-se a presença do professor do Curso de Direito do Uni-BH, Felipe Martins Pinto. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao Prof. Luciano Dias Bicalho Camargos, para que faça a entrega do documento. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2007.

Eros Biondini, Presidente - Carlin Moura - João Leite.

ATA DA 16ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 27/6/2007

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Délio Malheiros, Luiz Tadeu Leite e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes, e informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.119/2007 (relator: Deputado Délio Malheiros), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 753 a 755/2007 e 764/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues, em que pede seja realizada reunião para, em audiência pública, debater as condições sanitárias e de salubridade em que estão sendo desenvolvidas as atividades no Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes - RCAT - da PMMG; Luiz Tadeu Leite, em que solicita seja enviado voto de congratulações ao Chefe de Polícia do Condado de Miami-Dade, Florida, USA, pela recepção aos parlamentares desta Casa, quando da visita às instalações da sede daquela polícia. Pede ainda seja enviado ofício ao Cônsul brasileiro em Miami, agradecendo-lhe pelo agendamento da mencionada visita; Sebastião Helvécio, em que pleiteia seja enviado ofício ao Comandante-Geral da PMMG, solicitando-lhe a destinação de um helicóptero ao Município de Juiz de Fora; Carlin Moura, em que pede seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social, solicitando-lhe a instalação de um posto de policiamento em frente ao Km 439 da BR-381, em Betim; Sargento Rodrigues, Luiz Tadeu Leite, Sebastião Helvécio e Délio Malheiros, em que pedem seja realizada visita desta Comissão, acompanhada das polícias civil e militar, a desmanches e ferros velhos localizados na Av. Dom Pedro II, nesta Capital; Célio Moreira, em que pede seja realizada reunião para, em audiência pública, debater a situação dos Postos de Observação e Vigilância - POVs - de Belo Horizonte; Padre João, em que pede seja realizada reunião para, em audiência pública, tratar da segurança pública na Região do Alto Paraopeba; Weliton Prado, em que pede seja realizada reunião conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Assuntos Municipais e Regionalização em Uberlândia para, em audiência pública, tratar da segurança pública desse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente - Paulo Cesar - Leonardo Moreira.

ATA DA 14ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 27/6/2007

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Almir Paraca e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Alencar da Silveira Jr., Jayro Lessa e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, os impactos socioambientais do projeto da Empresa MMX Mineração e Metálicos S.A. para a construção do Mineroduto Minas-Rio e interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Ilmar Bastos dos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o seu Presidente, Sr. José Carlos Carvalho; Caio Márcio Rocha, Gerente de Desenvolvimento e Apoio às Atividades Minerárias da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -, representando o seu Presidente, Sr. José Cláudio Junqueira; a Sra. Luciana Imaculada de Paula, Promotora de Justiça, representando o Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; o Sr. José Fernando Coura, Presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais - Sindiextra - e Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -, representando o seu Presidente, Sr. Robson Braga de Andrade; a Sra. Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda; os Srs. Rodolfo Landim, Diretor-Geral da MMX Mineração e Metálicos S.A.; e Carlos Eduardo Orsini Lima, Subsecretário de Indústria, Comércio e Serviços do Estado de Minas Gerais e representante do Governo no Grupo de Trabalho do Projeto Minas-Rio da MMX Mineração e Metálicos S.A., que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Fábio Avelar e Wander Borges, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente recebe os requerimentos dos Deputados Hely Tarquínio solicitando seja realizada audiência pública desta Comissão, em Patos de Minas, com os convidados que menciona, para debater a implementação de políticas públicas para a pesca em nosso Estado; e Alencar da Silveira Jr. solicitando seja realizada visita desta Comissão à região em que se situam os Municípios diretamente afetados pelas atividades de mineração da Empresa MMX Mineração e Metálicos S.A., seguida de audiência pública na sede municipal de Alvorada de Minas ou do Serro, com os convidados que menciona, e informa que esses requerimentos serão votados oportunamente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2007.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Fábio Avelar - Wander Borges - Almir Paraca.

ATA DA 15ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 27/6/2007

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Deiró Marra e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Lúcia Mendonça, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.113 e 1.112/2007 (Maria Lúcia Mendonça); 824, 1.073 e 1.245/2007 (Carlin Moura); 1.192 e 1.195/2007 (Deiró Marra); e no 2º turno, o Projeto de Lei nº 76/2007 (Deiró Marra). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.011, 1.072, 1.074, 1.098, 1.113/2007, que receberam parecer pela sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 760 e 761/2007. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 822 e 841/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Deiró Marra em que solicita seja encaminhado pedido de informações à Secretaria de Estado de Educação sobre a construção da Escola Estadual no Bairro Belo Vale, em Santa Luzia, uma vez que a Câmara Municipal já aprovou o projeto de lei referente a doação do terreno para construção da referida escola; Ana Maria Resende em que solicita seja realizada reunião, para, em audiência pública, debater a situação dos funcionários demitidos pela Fundação Mineira de Educação e Cultura - Fumec -; Sebastião Costa, em que solicita seja realizada uma visita à Escola Estadual São Mateus, no Município de Faria Lemos, por se ter tornado modelo na região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2007.

Deiró Marra, Presidente - Arlen Santiago - Ana Maria Resende - Maria Lúcia Mendonça - Paulo Guedes - Ruy Muniz.

ATA DA 14ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/6/2007

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio e Fábio Avelar (substituindo este ao Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber membros da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e comunica o recebimento de ofício do Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembléia, encaminhando manifesto do Procon Municipal de Uberlândia quanto às posturas adotadas pela Cemig com relação aos consumidores e à cobrança do ICMS. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para receber os Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Alex Manente, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, e Gilnaci Santos e Rui Falcão, membros da referida Comissão, que são convidados a tomar assento à mesa. Fazem uso da palavra o Presidente e os Deputados Antônio Júlio, Fábio Avelar e Wander Borges. Logo após, passa-se a palavra aos visitantes. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 680/2007 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Antônio Júlio), e 973/2007, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1 apresentada (relator: Deputado Délio Malheiros, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2007.

Délio Malheiros, Presidente - Walter Tosta - Neider Moreira.

ATA DA 16ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/6/2007

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 2º turno, o parecer pela aprovação, na forma do vencido no 1º turno, do Projeto de Lei nº 225/2007 (relator: Deputado João Leite). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (2) em que solicita seja enviado ofício ao Prof. Ronaldo Tadeu Pena, Reitor da UFMG, e à Profa. Juliana Cordeiro de Faria, Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 30, de 26/4/2007, da reitoria da UFMG, manifestando o repúdio desta Comissão aos procedimentos adotados na instauração desse processo disciplinar e na tomada de depoimentos dos estudantes, por considerá-los arbitrários e desrespeitosos às garantias fundamentais constitucionais; e manifestando o apoio e solidariedade desta Comissão ao movimento estudantil em sua mobilização que reivindica assistência estudantil; e seja realizada visita desta Comissão ao Desembargador responsável pelo processo nº 1.0024.02.747.114-3/001, 2ª instância, a fim de verificar a possibilidade de agilizar o andamento do citado processo e seja convidada a participar dessa visita a Sra. Elizabeth Maria Ribeiro dos Santos; Durval Ângelo, João Leite e Luiz Tadeu Leite em que solicitam seja encaminhado ao Reitor da UFMG pedido de informações sobre o processo administrativo disciplinar para apurar os fatos referentes à manifestação dos estudantes daquele estabelecimento de ensino, por assistência estudantil; João Leite e Durval Ângelo em que solicitam seja realizada visita desta Comissão à Cohab-MG para tratar de assunto referente ao despejo das famílias do Conjunto Morro Alto, em Vespasiano; João Leite, em que solicita seja enviado ofício à Advocacia-Geral do Estado solicitando informações sobre o tipo de serviço e de produto fornecido ao Estado pelo Sr. Anderson Luciano Soares e sobre a regularidade nesse fornecimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - Ruy Muniz - Luiz Tadeu Leite.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/6/2007

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Miranda, Neider Moreira e Weliton Prado (substituindo este à Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 370/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Zezé Perrella) e 612/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Neider Moreira, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 773/2007 (relator: Deputado Zezé Perrella) e 905/2007 (relator: Deputado Eros Biondini), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 721, 757 e 759/2007. Submetidos a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 158/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Domingos Sávio, em que solicita realização de audiência pública desta Comissão conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para debater as exigências da Resolução nº 219 do Contran e seus impactos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Cecília Ferramenta - Braúlio Braz - Zezé Perrella.

ATA DA 15ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/6/2007

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.135/2007, em turno único, para o qual designou o Deputado Chico Uejo relator da matéria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 719 e 758/2007. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 836, 886 e 887/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Padre João em que solicita reunião para se debaterem, em audiência pública, os resultados da agricultura familiar em nosso Estado, nos períodos de 2005 e 2006; Doutor Viana solicitando realizar reunião para ouvir a Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas, Deputada Elbe Brandão, que prestará informações sobre o andamento e os resultados dos projetos dessa Secretaria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2007.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Padre João - Getúlio Neiva.

ATA DA 8ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 3/7/2007

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Weliton Prado, Wander Borges, Domingos Sávio (substituindo este ao Deputado Neider Moreira) e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Ronaldo Magalhães), por indicação da Liderança do BSD, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Neider Moreira e Elmiro Nascimento. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a suspensão da implementação do Programa Luz para Todos, na maior parte do Estado, tendo em vista a não-renovação do contrato firmado entre a Eletrobrás e a Cemig. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Aurélio Pavão de Farias, Assessor do Ministro de Estado de Minas e Energia; Ricardo José Charbel, Superintendente do Programa Luz para Todos da Cemig; Márcilio de Sousa Magalhães, Coordenador Estadual do Programa Luz para Todos; Paulo Tadeu Silva D'arcadia, Coordenador Adjunto do Programa Luz para Todos da Região Sudeste e Assessor Externo da Presidência de Furnas; Sérgio Soares, Gerente de Engenharia e Controle do Programa Luz para Todos da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina, e Higino Zacarias de Souza, Coordenador de Divulgação e Política do Programa Luz para Todos da Cemig, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado Weliton Prado tece as considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (3) solicitando que sejam enviados ofícios ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Nelson Hubner, ao Presidente da Cemig, Djalma Bastos de Moraes, e ao Coordenador Adjunto do Programa Luz para Todos da Região Sudeste, Paulo Tadeu Silva D'Arcadia, solicitando informações e providências sobre a implementação do Programa Luz para Todos no Município de Novo Oriente de Minas; Padre João (2) solicitando enviar ofício ao Governador do Estado solicitando a inclusão na Lei Delegada nº 160, de 2003, e no Decreto nº 44.022, de 2005, entre as funções do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, a função deliberativa, e realizar reunião na cidade de Piranga para se debaterem, em audiência pública, a importância e os mecanismos de controle social e transparência do Programa Bolsa-Família; Weliton Prado, Domingos Sávio, Lafayette de Andrada, Wander Borges, Neider Moreira e Elmiro Nascimento, solicitando enviar ofícios ao Ministério de Minas e Energia, ao Governo do Estado, aos Presidentes da Eletrobrás e da Cemig e das concessionárias ligadas ao Programa Luz para Todos, solicitando providências para a imediata continuidade do referido programa, em especial, a celebração de novo contrato entre o Governo Federal e concessionárias, a definição, a disponibilização de recursos pelas partes envolvidas, a agilização da contratação de empresas executoras, bem como a definição do cronograma de obras no Estado de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2007.

Weliton Prado, Presidente - Ronaldo Magalhães - Neider Moreira - Wander Borges.

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 3/7/2007

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Délio Malheiros, Gustavo Valadares, Padre João e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a fiscalização sobre a arrecadação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais- CFEM- no Estado de Minas Gerais e a distribuição desta para a União, os Estados e os Municípios e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Ricardo Luiz Oliveira de Souza, Coordenador da Divisão de Política Tributária, e Marcos Correa, Assessor da Superintendência de Fiscalização, representando o Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Estado de Fazenda; Marco Antônio Valadares Moreira, Diretor de Planejamento e Arrecadação do DNPM; Ângelo Oswaldo, Prefeito Municipal de Ouro Preto, representando o Sr. Celso Cota, Prefeito Municipal de Mariana e Presidente da AMM; Waldir Silva Salvador de Oliveira, Prefeito Municipal de Itabirito e Presidente da Amig; e Antônio Eduardo Martins, Prefeito Municipal de Santa Bárbara e Presidente da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença dos Deputados Agostinho Patrús Filho e Antônio Júlio, dos Srs. Geraldo Abade das Dores, Prefeito Municipal de Barão de Cocais, Antônio do Carmo Neto, Prefeito Municipal de Brumadinho, e Herivelto Furtado Zanela, Prefeito Municipal de Itamati de Minas, José Rafael Borges e Cirilo José Bento, Secretários Municipais da Fazenda de Brumadinho e Barão de Cocais, respectivamente, e da Sra. Stael Gomes, Coordenadora Administrativa da Amig. O Presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2007.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Lafayette de Andrada - Agostinho Patrús Filho - Sebastião Helvécio - Jayro Lessa.

ATA DA 17ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/7/2007

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta, acusa o recebimento, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.280/2007 e informa que avocou a si a relatoria da matéria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 700/2007 (relator: Deputado Leonardo Moreira, em virtude de redistribuição), com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente - Paulo Cesar - Hely Tarquínio.

ATA DA 14ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Cultura NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 3/7/2007

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão e Maria Lúcia Mendonça e o Deputado Antônio Genaro,

membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado João Leite. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Lúcia Mendonça, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.016/2007 (relator: Deputado Dimas Fabiano). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 762, 770 e 772/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2007.

Gláucia Brandão, Presidente - Vanderlei Jangrossi - Rosângela Reis.

ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/7/2007

Às 10h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes, Domingos Sávio, Gilberto Abramo, Paulo Cesar, Weliton Prado e Getúlio Neiva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina à explanação sobre o projeto de construção do Centro Administrativo de Minas Gerais, à apreciação da matéria constante na pauta e à discussão e à votação de proposições da Comissão, e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" de 29/6/2007: ofícios da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, e do Sr. Ricardo Gontijo Maia, Presidente do Instituto Helena Antipoff, de Divinópolis. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nº 22/2007 (Deputado Antônio Júlio), no 2º turno, e 933/2007 (Deputado Sebastião Helvécio); 436/2007 (Deputado: Agostinho Patrús Filho); 448/2007 (Deputado Jayro Lessa); 535 e 612/2007 (Deputada Elisa Costa); 964 e 1.221/2007 (Deputado Antônio Júlio); 1.182/2007 e Projeto de Lei Complementar nº 17/2007 (Deputado Lafayette de Andrada), no 1º turno. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Oswaldo Borges da Costa Filho, Presidente da Codemig e o Sr. Marcelo Arruda Nassif, Secretário Executivo do Conselho Gestor da Obra do Centro Administrativo de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença da Deputada Elisa Costa. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação do Ofício nº 2/2007 por meio de projeto de resolução, em turno único, o Presidente defere o pedido de vista da Deputada Elisa Costa. A requerimento do relator, o Presidente determina a distribuição de avulsos do parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 17/2007. Os Deputados Antônio Júlio, Jayro Lessa e Sebastião Helvécio se retiram da reunião. Não havendo quórum regimental, para continuação dos trabalhos, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para reunião extraordinária na mesma data, às 18h33min, para apreciação da matéria constante na pauta, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2007.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Durval Ângelo - Sebastião Helvécio - Agostinho Patrús Filho.

ATA DA 11ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Redação NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/7/2007

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Agostinho Patrús Filho e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Jangrossi, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 96, 132, 522, 915, 931, 932, 248, 315, 390, 658, 720, 754, 759, 763, 777, 778, 780, 785, 786, 795, 812, 818, 820, 837, 853, 854, 856, 860, 861, 875, 881 e 883/2007 (Deputado Agostinho Patrús Filho); 884, 906, 911, 914, 916, 926, 936, 938, 958, 968, 969, 971, 975, 976, 981, 984, 990, 992, 997, 998, 1.001, 1.002, 1.006, 1.009, 1.038, 1.051, 1.059, 1.071, 1.080, 1.081, 1.097 e 1.131/2007 (Deputado Vanderlei Jangrossi). Registra-se a presença do Deputado Gilberto Abramo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 96, 132, 522, 915, 931, 932- (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 248, 315, 390, 658, 720, 754, 759, 763, 777, 778, 780, 785, 786, 795, 812, 818, 820, 837, 853, 854, 856, 860, 861, 875, 881 e 883/2007 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho); 884, 906, 911, 914, 916, 926, 936, 938, 958, 968, 969, 971, 975, 976, 981, 984, 990, 992, 997, 998, 1.001, 1.002, 1.006, 1.009, 1.038, 1.051, 1.059, 1.071, 1.080, 1.081, 1.097 e 1.131/2007 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, em 5/6/2007, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão - Gilberto Abramo.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2007, em 4/7/2007

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Delvito Alves, Sebastião Costa e Padre João e a Deputada Gláucia Brandão (substituindo esta ao Deputado Irani Barbosa, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Delvito Alves, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o parecer do relator, no 1º turno, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2007. Registra-se a presença do Deputado Padre João. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela aprovação, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2007, o Presidente concede o pedido de vista ao Deputado Padre João. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é rejeitado requerimento do Deputado Padre João em que solicita audiência pública da Comissão para se discutir a proposta, com os convidados que menciona. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença

dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de 5/7/2007, às 15 horas, a fim de se apreciar o parecer, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2007.

Delvito Alves, Presidente - Sebastião Costa - Ivair Nogueira.

ATA DA 12ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/7/2007

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Vanderlei Miranda, Bráulio Braz e Zezé Perrella, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Domingos Sávio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bráulio Braz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a legalização plena das atividades dos pequenos empreendedores nos shoppings populares e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Vitoria Drumond, Coordenadora de Arrecadação do Sistema da organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - Ocemg -, representando o Sr. Ronaldo Scucato, Presidente do Sindicato da Ocemg; os Srs. Aroldo José dos Santos, Presidente Cooperativa de Compras Comum dos Empreendedores de Shoppings Populares; Leonardo Furman, Gerente Administrativo do Shopping Xavantes e Welton Petrilho, Gerente de Comércio Popular da PBH, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, em que solicita seja realizada audiência pública na cidade de Ipatinga com a finalidade de debater o turismo regional como forma de emprego, renda e de desenvolvimento sustentável. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Eros Biondini - Cecília Ferramenta.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 62ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 10/7/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 68/2007, do Deputado Paulo Guedes, que altera a Lei nº 15.910, de 21/12/2005, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 318/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Pimenta o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 425/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que torna obrigatória a afixação, nos terminais rodoviários e estações ferroviárias, de cartazes com os termos relativos a transporte contidos na Lei Federal nº 10.741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 933/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.014/2007, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig - a doar ao Estado o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.143/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 351/2007, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de seguro por parte dos estacionamentos no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 386/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar o terreno que especifica à Associação Comunitária Vida e Trabalho, com sede no Município de Peçanha. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 10/7/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 17/2007, do Deputado Eros Biondini; 393/2007, do Deputado Antônio Júlio; 643/2007, do Deputado Padre João; 732/2007, do Deputado André Quintão; 766 e 767/2007, do Deputado Arlen Santiago; 1.047/2007, do Deputado Carlin Moura; 1.138/2007, do Deputado Zezé Perrella; 1.159 e 1.160/2007, do Deputado Weliton Prado; 1.175/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 41/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 259/2007, do Deputado Mauri Torres; 1.273/2007, do Deputado Fahim Sawan; 1.276/2007, do Governador do Estado; 1.279/2007, do Deputado Chico Uejo; 1.281/2007, do Deputado Fahim Sawan; 1.290/2007, do Deputado Adalclever Lopes; 1.291/2007, do Deputado Padre João; 1.294/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.295/2007, do Deputado Fábio Avelar; 1.296/2007, do Deputado Getúlio Neiva; 1.298/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.302/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 10/7/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 172/2007, do Deputado Gustavo Valadares.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 509/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, e 653/2007, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 417/2007, do Deputado Djalma Diniz.

Finalidade: debater, com convidados, a democratização dos meios de comunicação no Brasil.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 10/7/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.062/2007, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.176/2007, do Deputado Dimas Fabiano; 1.194/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, e 1.219/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr..

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 10/7/2007, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 68/2007, do Deputado Paulo Guedes, que altera a Lei nº 15.910, de 21/12/2005, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro - e dá outras providências; 318/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Pimenta o imóvel que especifica; 351/2007, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de seguro por parte dos estacionamentos no âmbito do Estado; 386/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar o terreno que especifica à Associação Comunitária Vida e Trabalho, com sede no Município de Peçanha; 425/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que torna obrigatória a afixação, nos terminais rodoviários e estações ferroviárias, de cartazes com os termos relativos a transporte contidos na Lei Federal nº 10.741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências; 933/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas os imóveis que especifica; 1.014/2007, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig - a doar ao Estado o imóvel que especifica; e 1.143/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de julho de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 26/2007

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Antônio Júlio, Elmiro Nascimento e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/7/2007, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2007.

Sebastião Costa, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/7/2007, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer sobre o Ofício do Tribunal de Contas nº 2/2007; os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 22/2007, do Deputado Ivair Nogueira, 176/2007, do Deputado Gustavo Valadares, 722/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, 1.027 e 1.028/2007, do Governador do Estado, 1.141/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho; o parecer sobre emendas apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei Complementar nº 17/2007, do Procurador-Geral de Justiça; e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 41/2007, do Governador do Estado, 436, 448 e 535/2007, do Deputado Leonardo Moreira, 612/2007, do Deputado Weliton Prado, 634/2007, do Deputado Weliton Prado e do Deputado Vanderlei Jangrossi, 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, 1.221 e 1.182/2007, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2007.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2007

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Carlos Pimenta, Lafayette de Andrada e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/7/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2007, do Deputado Carlos Pimenta e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Delvito Alves, Célio Moreira e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/7/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2007.

Fábio Avelar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/7/2007, às 9h30min, na Câmara Municipal de Prata, com a finalidade de debater, com Prefeitos Municipais e lideranças políticas do Triângulo Mineiro, o Projeto de Lei nº 637/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2007.

Zé Maia, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.073/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De iniciativa do Governador do Estado, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação a escola estadual situada no Município de São João do Pacuí.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.073/2007 pretende dar a denominação de Jesuzinha Araújo Magalhães à escola estadual localizada na Praça João Dias de Castro, s/nº, Centro, no Município de São João do Pacuí.

O propósito do Governador do Estado de homenagear a Professora Jesuzinha Araújo Magalhães decorre de solicitação do colegiado da escola estadual de São João do Pacuí, o qual, de forma unânime, homologou em reunião realizada em 16/5/2006 o seu nome para denominar aquela instituição de ensino.

A iniciativa tem o objetivo de reverenciar a sua memória pelas diversas ações em benefício da comunidade e pela dedicação ao ensino, sempre preocupada em oferecer o melhor para os seus alunos da classe multisseriada a que se dedicou durante décadas.

A homenageada nasceu em 5/8/1898 e faleceu em 1992. Transformou-se num exemplo raro de figura humana e de mestra, que educava com amor os seus alunos. Esta homenagem é um pequeno tributo que se pretende fazer-lhe, por ter cumprido sua missão com ética e profissionalismo.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.073/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2007.

Carlin Moura, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.112/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação a escola estadual situada no Município de Santana do Paraíso.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.112/2007 pretende dar a denominação de Escola Estadual Herbert José de Souza - Betinho -, à escola estadual situada na Rua Marechal Rondon, nº 23, Bairro Cidade Nova, no Município de Santana do Paraíso.

O propósito do Governador do Estado decorre de solicitação do colegiado da referida escola estadual, o qual, em reunião realizada no dia 6/3/2007, homologou, pela unanimidade dos votos dos seus membros, a indicação do nome de Herbert José de Souza - Betinho -, para denominá-la.

A homenagem contempla uma vida dedicada à construção da cidadania, da solidariedade e dos direitos humanos. Realmente, nascido em 1935, foi uma liderança nacional dos grupos de juventude católica que atuavam para a transformação da sociedade brasileira.

Posteriormente, já maduro, exerceu funções de coordenador e assessor nos Ministérios da Educação e Cultura e da Reforma Agrária. Como coordenador da "Ação pela Cidadania contra a Fome e a Miséria" do Governo Federal, sensibilizou todo o País.

Hemofílico, contraiu, por meio de transfusão de sangue, o vírus HIV. Então, sua figura humana adquiriu notoriedade e se transformou num símbolo da luta incansável contra a discriminação aos portadores do vírus da aids.

Desapareceu em 1997, depois de longa luta contra a doença, deixando um legado que agora é registrado pela homenagem a ser feita por meio da proposição em tela.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.112/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2007.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.192/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Orientação Tecnológica e Assistencial - Aorta -, com sede no Município de Uberlândia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.192/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Orientação Tecnológica e Assistencial, com sede no Município de Uberlândia, que tem como finalidade primordial a formação técnico-profissional.

Para cumprimento dos seus objetivos, a instituição procura congrega e capacitar pessoas que apóiam e participam da formação técnico-profissional, diretamente ligadas a instituições de ensino técnico. Divulga nossas tecnologias e atualizações profissionais de modo a ampliar os conhecimentos nessa área de atuação, informando, educando e incentivando a formação e o aperfeiçoamento profissional.

Procura, também, participar de eventos regionais, nacionais e internacionais voltados para o aprendizado e desenvolvimento do ensino técnico, apoiando e instrumentalizando sua realização por meio de cursos, simpósios, jornadas, palestras e congressos, para o aprimoramento de conhecimentos técnicos e científicos, incluindo sua aplicação prática nas áreas de educação e saúde; estabelece parcerias com entidade públicas e privadas para canalizar recursos materiais e humanos.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.192/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2007.

Deiró Marra, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.195/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria da Deputada Maria Lúcia Mendonça, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Seção Minas Gerais - Undime-MG -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.195/2007 pretende declarar de utilidade pública a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Seção Minas Gerais - Undime-MG -, com sede no Município de Belo Horizonte, que possui como finalidade principal representar os interesses da educação municipal junto às autoridades constituídas.

Para consecução de seus propósitos, atua como órgão de articulação e de coordenação das ações comuns das Secretarias Municipais de Educação, em prol de uma educação pública de qualidade; incentiva a participação de diferentes segmentos da sociedade na gestão do processo educacional por meio de encontros locais, regionais e nacionais; coleta, produz e divulga informações relativas à ética, à cultura da paz, da cidadania e da democracia.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.195/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2007.

Deiró Marra, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 19/2007

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o projeto de lei em epígrafe acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 10.379, de 10/1/91, que reconhece oficialmente, no Estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Preliminarmente, foi a proposição apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, XII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em análise dispõe que participará um intérprete da Libras no processo de produção, na distribuição de material audiovisual e na difusão de programas educativos, culturais, esportivos, sociais, artísticos e administrativos produzidos pelos Poderes do Estado, incluindo os órgãos de sua administração indireta, autarquias e fundações.

A proposição propõe a alteração da Lei nº 10.379, de 1991, que reconhece a Libras e outros recursos de expressão a ela associados como meio de comunicação objetiva e de uso corrente no Estado, estabelecendo que as repartições públicas voltadas para o atendimento externo disporão de profissionais intérpretes da referida língua de sinais.

O art. 24, XIV, da Carta Magna confere à União, aos Estados e ao Distrito Federal a competência para legislar concorrentemente sobre a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência. E a Carta mineira dispõe, em seu art. 10, inciso XV, alínea "o", que compete ao Estado legislar concorrentemente com a União sobre o apoio e a assistência aos portadores de deficiência e sua integração social.

Merece ser lembrado ainda que a proposição em apreço vem corroborar a igualdade de todos perante os veículos de comunicação, que não devem provocar o isolamento desses cidadãos brasileiros, muito menos sua discriminação, pois os deficientes em questão constituem expressiva parcela da população. Há de ressaltar também que as emissoras particulares já vêm oferecendo esse tipo de serviço ao seu público televisivo, principalmente em horário nobre, o que deve ser seguido também pelas emissoras públicas, as quais, por sua natureza educativa e cultural, não podem fugir do seu importante papel social, principalmente, e integrador.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua douda análise, não vislumbrou óbice de natureza jurídica à tramitação do projeto. Contudo, a fim de aprimorá-lo no que concerne à técnica legislativa, ofereceu o Substitutivo nº 1, o qual acatamos por entendermos que em nada prejudica o projeto, antes aperfeiçoa-o.

Concluimos, pelo exposto, que fartos são os argumentos para que prospere neste Parlamento esta proposição, não apenas pela cristalina necessidade do citado intérprete para a devida tradução, como também por questão de aprimoramento da referida Lei nº 10.379, de 1991, que reconhece a Libras.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19/2007 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2007.

Gustavo Valadares, Presidente - Juninho Araújo, relator - Délio Malheiros.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

58ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 28/6/2007

A Deputada Ana Maria Resende* - Deputado José Henrique, que preside a Mesa nesta tarde, colegas Deputados e Deputadas, telespectadoras e telespectadores que nos vêem pela TV Assembléia, na terça-feira, 3 de julho, Montes Claros completa 150 anos de emancipação política. Essa data me conduz a uma reflexão. Ainda menina, quase mulher, tinha naturalmente, como é próprio da idade, uma visão voltada exclusivamente para os estudos, para a família e problemas inerentes aos jovens. Não era ainda capaz de compreender a responsabilidade de cada um na construção de uma sociedade, quando conheci um jovem que, sem perceber, passou a contagiar-me com seu entusiasmo.

Falava de Montes Claros como se a cidade fosse propriedade sua, de seu povo como se fosse sua família, das festas, do folclore, das exposições agropecuárias, do gado e das fazendas da região. Seu encanto era tanto e tão grande o seu amor que esquecia ou não queria comentar os desafios de sua região. Mas o interesse despertava em mim a curiosidade e, por que não dizer, a vontade de conhecer mais de perto esse lugar tão virtuoso.

Acabou acontecendo: Deus quis que eu me casasse com um montes-clarenses, que ali fosse morar, ter os filhos que são meu orgulho e, mais do que isso, contribuir, com meus conhecimentos, minha vontade e meu olhar de mulher e de mãe para o crescimento da cidade, da região e de nosso povo.

Sim, nosso povo: sou uma montes-clarenses, uma norte-mineira por opção; e, por reconhecimento e determinação, quero trabalhar para construir a sociedade maravilhosa sonhada por aquele jovem, que ainda nos é negada. Os desafios são muitos.

São 150 anos. Aliás, 150 anos de luta, de fatos, de acontecimentos, de conquistas e, por que não dizer, também de desencantos. Mas muito, muito mesmo precisa ser comemorado, como a BR-135, a BR-365, a BR-251, a energia de Três Marias, a telefonia, o BNB, o DNOCS, a Codevasf, a Sudene, nosso parque industrial, que já utiliza em algumas áreas, como a têxtil e a farmacêutica, tecnologia de última geração, dando exemplo para o Brasil e mostrando ao mundo que, em países em desenvolvimento, em regiões esquecidas, o investimento, quando realizado com responsabilidade, oferece retorno e é competitivo.

Participamos todo o tempo dos acontecimentos de Montes Claros e da região e, na Prefeitura, promovemos uma transformação incontestável da cidade, mudamos conceitos, devolvemos confiança ao povo e levantamos sua auto-estima. Estimulamos empresários locais e de outras regiões e empreendedores em potencial. Tivemos respostas. Montes Claros passou a ser referência na área de prestação de serviços, transformou-se em centro de referência na área da saúde. É bom lembrar dos investimentos da Prefeitura na cardiologia, na oncologia e na educação. Hoje somos um dos maiores centros universitários do País, com a Unimontes se destacando como a segunda maior universidade, em qualidade de ensino, do Brasil. Neste momento tão importante, não posso esquecer-me do Governador Aécio Neves, que vem dando uma contribuição maior para o desenvolvimento da nossa cidade, de nossa região e para o crescimento do nosso povo. Aécio fez o compromisso de reduzir as desigualdades do nosso Estado na saúde, na educação, na segurança e na infra-estrutura e vem cumprindo fielmente sua proposta: basta ter consciência dos investimentos da Copasa no Norte de Minas, em Montes Claros - mais de R\$100.000.000,00; do Luz para Todos, do Pró-Acesso e da telefonia celular, enfim, da construção de uma obra que lhe rende 80% de aprovação dos mineiros.

Mas ainda falta muito, e aqui reafirmamos nosso compromisso de continuar lutando com garra e amor em busca do emprego, da saúde, da educação para todos, da inclusão social, das barragens voltadas para a produção, da revitalização de nossos rios, da preservação do meio ambiente e dos incentivos e vantagens capazes de induzir o nosso desenvolvimento.

Ao comemorarmos os 150 anos de Montes Claros com júbilo, torna-se imperioso enfatizarmos os 50 anos da nossa gloriosa Sociedade Rural, que, irmanada com a Associação Comercial, foi responsável pelas maiores conquistas do Norte de Minas. O Parque João Alencar Athayde se transformou, durante os últimos 50 anos, graças à pujança de nossas exposições, em palanque para Ministros, Governadores, Secretários de Estado e outras autoridades fazerem compromissos importantes, muitos transformados em realidade para nossa cidade e região. Montes Claros, que durante muito tempo teve sua economia alicerçada na atividade rural, deve muito aos líderes da classe rural, e, neste momento, quero e preciso expressar o nosso reconhecimento a todos eles, cumprimentando a diretoria da Sociedade Rural e, em particular, seu talentoso e competente Presidente, Alexandre Viana. Parabéns aos corajosos e incansáveis produtores, sertanejos que carregam em suas mentes a tempera do aço. Parabéns, Sociedade Rural.

Quero encerrar, mas antes parabenizando todos os que foram nossos parceiros na construção dos 150 anos de Montes Claros. Parabenizo os trabalhadores, homens e mulheres, os professores, os estudantes, as nossas crianças e os idosos.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputada Ana Maria Resende, acompanho atentamente o pronunciamento de V. Exa. e desejo fazer coro com V. Exa. na homenagem a essa cidade tão importante, que guarda grande parte da história de Minas Gerais e do Brasil. Povo querido de Montes Claros, vultos da história do Brasil que nasceram ou que passaram por essa cidade.

Quero unir-me a V. Exa., nessa homenagem à cidade de Montes Claros. A homenagem do nosso partido, o PSDB.

Também gostaria de me associar à V. Exa. na homenagem que faz ao nosso governo. Um governo que, em tão pouco tempo, trouxe tantas novidades ao Estado de Minas Gerais, em primeiro lugar pela séria maneira de governar, por meio do choque de gestão e economizando para poder investir no social. Na saúde, com a regionalização, e no acesso da população, com o Pró-Acesso.

O meu aparte tem por objetivo solidarizar-me com V. Exa. em sua homenagem, assim como defender o nosso partido. Lamentavelmente, na vinda do Presidente, ontem, presenciamos o ataque do Prefeito de Belo Horizonte ao PSDB, que muito fez por Minas Gerais nos oito anos que esteve à frente deste país. Prova disso é a duplicação da Fernão Dias, de Belo Horizonte a São Paulo. Foi o governo do PSDB que fez essa

duplicação. Se nós temos uma situação estável no País hoje, em relação à economia, é graças à Lei de Responsabilidade Fiscal que o PSDB implantou neste país. Da mesma forma, a questão da saúde da família, que nasceu com o Ministro José Serra, que a difundiu por todo o País.

Ontem, lamentavelmente, nosso partido foi atacado pelo Prefeito de Belo Horizonte, num ato injusto, visto que o que foi feito em prol do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi obra do nosso PSDB, após o governo Lula ter abandonado o metrô desta cidade.

Desculpe-me ter tomado o seu tempo, mas era importante associar-me a V. Exa. nessa homenagem que faz ao PSDB, pelo trabalho realizado, ao governo do Estado, que tanto vem realizando, e à querida Montes Claros. Sua Montes Claros, mas também de todos nós, mineiros e brasileiros. Parabéns.

A Deputada Ana Maria Resende* - Muito obrigada, Deputado João Leite. Gostaria de acrescentar ao seu pronunciamento que, num País grande e continental feito o Brasil, chega a ser ridículo alguém creditar todas as benesses a apenas quatro anos de administração. Isso é impossível.

Se o Brasil está passando por uma situação econômica adequada e por uma melhoria social, tudo isso é consequência de um tempo anterior à chegada desse administrador.

A história vai fazer justiça e mostrar a todos os brasileiros que creditam ao Presidente da República o Bolsa-Família que isso não tem nada a ver com ele, visto que ele apenas aumentou a quantidade de pessoas beneficiadas por esse programa, ou melhor, mudou o nome para ter a cara dele. E, assim, outros tantos feitos que também poderiam ser lembrados aqui, mas que não há necessidade, porque tenho certeza de que, um dia, o povo conhecerá a grande verdade. As pessoas são enganadas por um determinado tempo, mas a vida inteira ninguém consegue enganar ninguém.

Nosso partido, podem ter a certeza, ainda será valorizado pelo trabalho que fez em prol do progresso da nossa terra e do desenvolvimento do Brasil, da mesma forma com que o Aécio hoje é conhecido por tudo o que faz por Minas Gerais, e em especial pelo Norte de Minas, na saúde, na educação, no Pró-Acesso, enfim, em todas as áreas.

Fiquei muito feliz ao assistir à apresentação do PMDI, quando o Governador disse que a prioridade número um é a redução das desigualdades regionais e entre todos os habitantes de Minas Gerais, fazendo com que cresçamos. Com o crescimento do trabalho de Aécio Neves e a valorização do trabalho do Presidente Fernando Henrique, tenho a certeza de que o nosso partido, o PSDB, ocupará o espaço de honra que merece.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Tadeu Leite, também norte-mineiro, que foi um grande Prefeito de Montes Claros.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Deputada Ana Maria Resende, estava ouvindo o seu pronunciamento do meu gabinete e corri a tempo para homenageá-la e aplaudi-la. V. Exa. se referiu aos 150 anos de Montes Claros, ao progresso dessa cidade, da qual V. Exa., como primeira-dama, também participou diretamente, junto ao seu marido, Prefeito Jairo Ataíde.

O que fazemos na política, sobretudo numa cidade como Montes Claros, fica marcado indelevelmente. E, quando as marcas não ficam somente nas obras, certamente ficam no coração e na alma do povo. O que V. Exa. fez também o Deputado Jairo Ataíde, então Prefeito, fez. Tenho a certeza de que nossa modesta atuação está esculpida na alma e no coração do povo de Montes Claros, porque realizamos um trabalho sério, bem intencionado. A história já está escrita com o nome de V. Exa. e do Jairo, assim como o de outras pessoas que colaboraram. Temos a convicção de que uma cidade como a nossa Montes Claros não foi feita por uma pessoa apenas, numa época apenas e num governo apenas, mas pelo trabalho de todos os que participaram do seu progresso e hoje merecem essa homenagem nos seus 150 anos.

Parabéns a V. Exa. por seu pronunciamento.

A Deputada Ana Maria Resende* - Muito obrigada, Deputado Tadeu. Quero deixar registrada aqui a importância dos anos em que esse Deputado, jovem demais na época, esteve à frente da Prefeitura de Montes Claros, onde fez uma grande transformação mudando o enfoque da administração pública. A partir da sua gestão, Tadeu, passamos a enxergar a causa social, o homem e a mulher mais humildes, como prioridade. Montes Claros tem de agradecer a V. Exa., que certamente mora e morará eternamente no coração de todos os montes-clarenses. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, prezados telespectadores da TV Assembléia, povo de Minas Gerais, é com grande satisfação que subo a esta tribuna para transmitir aos Deputados o anúncio feito pelo Exmo. Sr. Governador Aécio Neves, na manhã de hoje, sobre o aumento que será concedido aos servidores da educação.

O governo federal, por meio do chamado PAC da Educação, que é o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE -, prevê que, no ano de 2010, nenhum professor de escola pública no Brasil poderá receber vencimentos inferiores a R\$850,00, para uma jornada de 40 horas semanais.

O governo de Minas anunciou hoje que, a partir de janeiro do ano que vem, será dado o piso de R\$850,00 para os professores para uma jornada de 24 horas. Em Minas Gerais quase todos os professores têm uma jornada dupla. Na prática, eles receberão R\$1.700,00 a partir de janeiro de 2008, e não em 2010, como prevê o PAC da Educação do governo federal.

É importante esclarecer e mostrar aos Deputados e ao povo mineiro o esforço do governo em conceder esse aumento para mais de 160 mil professores de mais de 4 mil escolas estaduais do Estado. Para que fosse possível concedê-lo, o governo precisou fazer o chamado choque de gestão desde o início da administração estadual, em 2003. Recordaremos aqui que o governo de Minas foi quem regularizou a situação do 13º salário do servidor. Todos se lembram que, antes do governo Aécio Neves, ele era pago em várias parcelas no ano seguinte. A partir de 2003, o governo Aécio Neves passou a pagar integralmente o 13º salário de todo servidor em dezembro. Foi também o Governador Aécio quem passou a pagar integralmente até o quinto dia útil de cada mês, sem escalas, a todos os servidores públicos do Estado. Todos se lembram como era anteriormente o escalonamento do pagamento do servidor público: chegamos a ter sete escalas no mesmo mês.

Quero registrar também que o governo Aécio Neves pagou todas as verbas retidas, ou seja, mais de R\$100.000.000,00 dos servidores públicos e pensionistas, e todos os precatórios trabalhistas dos funcionários celetistas e estatutários. No seu primeiro mandato, o Governador Aécio realizou vários concursos públicos, admitindo mais de 32 mil funcionários públicos na máquina administrativa do Estado.

Estou aqui apenas recordando algumas ações do governo Aécio em prol do funcionário. Muitas vezes o Governador e a sua equipe são

criticados porque, para os Deputados da Oposição, não ajudam os funcionários nem têm carinho pelas categorias da administração pública. Estamos aqui mostrando que isso não é verdade. O que foi feito no governo Aécio não foi feito por nenhum outro governo na história de Minas.

Quero ressaltar que os funcionários da educação e da saúde representam o maior contingente de servidores do Estado. Como disse, são mais de 160 mil professores da rede pública. Realmente, há um esforço muito grande do Governador para conduzir a máquina pública e enxugá-la de tal forma que possa conceder esse benefício aos professores de Minas. É o reconhecimento da importância dessa categoria para o povo mineiro.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Essa notícia de V. Exa. nos traz uma alegria muito grande, dentro do esforço que está sendo feito em prol dos servidores.

Quero, rapidamente, fazer um cálculo matemático, a fim de ilustrar o que V. Exa. traz a esta Casa. Temos hoje um piso em torno de quatrocentos e poucos reais. Há um aumento previsto, parece-me, de 5% no mês de setembro e, conseqüentemente, chegaremos a um salário de quase R\$500,00. Se calcularmos o custo, a inflação, em 3%, com mais 10% atingiremos R\$550,00. A previsão para janeiro de 2008 é um salário de R\$850,00. Se subtrairmos desse valor R\$550,00, teremos algo em torno de R\$300,00. Esse é o aumento real que receberá o servidor.

Ainda é pouco. Sabemos que é pouco em relação ao que existe, mas, dentro desse contexto, é um aumento extremamente considerável, do ponto de vista de um aumento real, de uma inflação controlada.

Essa notícia, acredito, deixará os servidores muito confortáveis. Temos a certeza de que essas conquistas que começam neste instante acontecerão em outros momentos. Dessa forma, o Estado vai pagando essa dívida com os seus servidores, que há muitos anos estavam esquecidos.

Está de parabéns o governo, assim como V. Exa., que traz esse tema de tamanha importância para que todos nós, mineiros, possamos nos alegrar.

O Deputado Deiró Marra (em aparte) - Caro Deputado Lafayette de Andrada, acompanhei o pronunciamento de V. Exa. e solidarizo-me com V. Exa. em suas manifestações.

Na Presidência da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, participamos do ato de encaminhamento a esta Casa, pelo Governador do Estado, do projeto de lei que prevê a elevação dos salários para R\$850,00, a partir de janeiro de 2008.

Não foi só essa conquista. Como V. Exa. bem se expressou, o choque de gestão é um esforço hercúleo feito pelo nosso Governador Aécio Neves, que, durante a gestão de 2003 para cá, conseguiu equalizar as contas, permitindo, dessa forma, vários avanços.

Esse aumento concedido é mais que isso, é um realinhamento. Ele será concedido ao professor que ocupa um cargo de 24 horas, mas gerará um piso duplo, ou seja, de R\$1.700,00 para os professores que têm dois cargos no Estado, diferentemente da proposta federal, que é de 40 horas semanais, com um piso de R\$850,00. Assim, poderemos ter 48 horas/aula, com o valor de R\$1.700,00. Isso é um ganho significativo, o que mostra que o nosso Governador está reconhecendo o papel dos nossos professores.

Consegui mais ainda, Deputado Lafayette de Andrada, pois implementou o que era inédito não somente no pleito dos professores, mas de todos os funcionários ligados à área escolar: a equiparação com os salários da Seplag. Ficou demonstrado hoje, no lançamento do plano de realinhamento dos salários dos servidores da educação, um antigo anseio dos servidores que se concretizou.

O nosso Governador, juntamente com a Secretária de Educação, que tem feito um trabalho excepcional nesse sentido, deu ouvido ao clamor da categoria. Digo mais ainda. Essa atitude mostra a sensibilidade deste governo para o que entendemos como mais importante no Estado de Minas: a educação. Saímos, mais uma vez, na frente. Mostramos ao Brasil que Minas tem um governo sério e que valoriza a educação com atos concretos. Muito obrigado.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Deiró Marra. Acompanhei o pronunciamento de V. Exa. e também os apartes. A notícia que o Governador Aécio Neves dá para Minas Gerais e que V. Exa. transmite desta tribuna tem de ser comemorada. Talvez essa seja, sem dúvida, a grande notícia para Minas. O carinho que o governo demonstra com os nossos professores e as nossas professoras é importante para o salto que Minas Gerais vem dando. Esse salto de qualidade, sem dúvida, passa também pela educação e pela valorização dos servidores do Estado, notadamente os servidores da educação, nossas professoras e nossos professores.

Comemoramos esse anúncio do Governador Aécio Neves. Esse governo já havia tratado de algo fundamental, as tabelas, o plano de cargos e salários dos servidores, e nesse momento concedeu o aumento, mas agora temos, traduzido pelo Deputado Wander Borges, algo robusto, importante, trazido pelos servidores. Nós, que durante anos acompanhamos nesta Casa a luta dos professores, comemoramos esse momento, essa valorização por parte do nosso governo, governo do PSDB, do Governador Aécio Neves, voltado para os servidores públicos. O salto de qualidade do Estado de Minas Gerais vem transformando o nosso Estado. V. Exa. forneceu os dados concretos de quando o governo se lembra dos seus servidores, do precatório, do que o Estado devia a esses servidores, enfim, é um governo preocupado com o lado social. Isso é demonstrado. Parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Lafayette de Andrada. Muito obrigado.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sou eu quem agradece o aparte de V. Exa. Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de dizer que foi um esforço muito grande. O Governador Aécio Neves iniciou o seu governo com um Orçamento deficitário. O Estado estava com um déficit anual de mais de R\$2.500.000.000,00 e, logo no segundo ano de governo, consegui déficit zero. A partir de então, pôde fazer políticas salariais que concluem nesse anúncio alvissareiro de hoje, em que está sendo dado aumento de mais de 60% aos servidores, antecipando o que aconteceria somente daqui a três anos para janeiro de 2008. Gostaria de lembrar, Sr. Presidente, que o governo Aécio, ao contrário do governo federal, que ampliou o número de ministérios, diminuiu as secretarias de Estado de 21 para 15; por meio do choque de gestão, promoveu a extinção de mais de 3 mil cargos comissionados; conseguiu aumentar em muito, graças a sua eficiência, a arrecadação do ICMS. Esse governo realmente nos orgulha de sermos mineiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa era a boa notícia que gostaria de dar a todos os senhores. O governo de Minas antecipa em três anos o famoso PAC da Educação. Muito obrigado e boa tarde.

O Deputado Padre João* - Saudações ao Sr. Presidente, ao Sr. 1º-Secretário, a todos os nobres colegas Deputados, às pessoas que nos acompanham nas galerias, aos telespectadores da TV Assembléia. Antes de tomar o ponto principal que me traz à tribuna, quero dividir com todos os colegas a alegria de termos um novo pastor à frente da Arquidiocese de Mariana, o qual já tomou posse neste sábado: D. Geraldo Lyrio. Mais uma vez, quero usar esta tribuna para não só apresentar boas-vindas a D. Geraldo Lyrio, mas, sobretudo, para desejar-lhe êxito em seu pastoreio. Ele conta com o apoio de todo o presbitério marianense, que é numeroso, assim como o de todos os cristãos leigos, que, aos

milhares, estiveram presentes em Mariana para acolher o novo pastor.

Sr. Presidente, o assunto que mais me motivou a usar esta tribuna não foi o PAC. Quando o Deputado Lafayette de Andrada expõe que em Minas Gerais há essa remuneração dos servidores da educação, ressalto que isso é uma questão de justiça. Está antecipando, na verdade, mas quem anunciou o fato primeiro e quis fazer justiça com esses servidores foi o governo federal. Infelizmente, no Estado temos servidores recebendo ainda o piso salarial de R\$225,00, tanto na educação quanto na saúde, ou seja, o salário-base está abaixo do salário mínimo. Enquanto eles estão na ativa, recebem ainda os penduricalhos, mas, depois, na aposentadoria, os perdem e ficam com o salário minguado. Que bom que vieram fazer justiça a esses incansáveis e valorosos servidores!

Sr. Presidente, ontem, antes de o Presidente Lula vir a Minas Gerais, ainda lá em Brasília, lançou o Plano Safra 2007-2008. É importante destacar, relativamente a esse plano, que, desde 2004, houve muito avanços - não se trata de os valores estarem simplesmente aumentando. Ontem foram destinados até R\$12.000.000.000,00 somente para a agricultura familiar; quando Lula assumiu a Presidência, eram somente R\$2.000.000.000,00. Nenhuma edição do Plano Safra foi lançada tal qual o ano anterior: sempre se aprimorou cada grupo.

Quando falamos do Plano Safra, estamos nos referindo a um conjunto de políticas públicas ou de programas que vêm a fortalecer a agricultura familiar, não só ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf -, mas também o PAA e o programa de assistência técnica para os agricultores, pois não adianta alocar mais recursos e garantir mais crédito para agricultura sem haver uma assistência técnica adequada. É fundamental para o êxito da agricultura ter também as grandes parcerias, até para facilitar o crédito. Quero destacar que o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste têm sido grandes parceiros.

Na assistência técnica, em Minas, a Emater tem exercido essa parceria, embora reconheçamos que ela ainda pesa para os Municípios, ou seja, para um Município que não tem uma renda ainda significativa, um contrato da Emater custa, apenas com um técnico agrônomo, cerca de R\$2.000,00, isso sem contar o aluguel, a secretária e todas as condições necessárias para esse técnico. Se for um engenheiro agrônomo ou um veterinário, o custo fica ainda mais elevado.

Então, como o Estado poderá avançar para facilitar assistência técnica aos Municípios que têm baixa renda? O Deputado Lafayette de Andrada, que me antecedeu, falou da economia do governo ao reduzir as secretarias de Estado. Está bem, mas criaram-se novas secretarias que, até hoje, não mostraram qual a sua finalidade. Aliás, com todo respeito, as secretarias foram ocupadas, mas o governo não ofereceu condições de trabalho. Foram ocupadas até por colegas nossos, como o Deputado Neider Moreira, que esteve à frente da Secretaria Especial para Assuntos de Reforma Agrária - Seara -, uma secretaria criada no mandato anterior desse governo, mas que não mostrou até agora a que veio; pelo menos um trabalho, facilitando para que os jovens, homens e mulheres tenham acesso à terra. E há muitas terras devolutas, terras públicas, muitas terras. Que essa secretaria, no mínimo, priorizasse ações para que essas terras fossem cedidas sobretudo a jovens, homens e mulheres que querem permanecer no campo. O acesso à terra é o primeiro passo para não só resgatar, mas para garantir definitivamente a dignidade do ser humano. E o governo federal investe com parte do crédito e também agora, dentro do próprio Plano Safra, com um recurso específico para a assistência técnica. Para ser mais fiel ao Plano Safra, lançado no dia de ontem, farei a leitura de alguns números e apresentarei alguns comparativos. Comunico aos telespectadores que o ano-safra termina agora em julho, não é o ano civil. Estamos encerrando o ano agrícola, o mês de agosto é um novo ano. Por isso, o Plano Safra é lançado agora. Uma vez quitada a dívida, eles passam a ter direito a crédito em agosto.

Em 2002 e 2003, só em Minas Gerais foram 77 mil contratos, com R\$224.000.000,00. Em 2006 e 2007, foram 166 mil contratos, com a utilização de R\$794.000.000,00. Quando foi feito o lançamento aqui, nesta Casa, eles garantiram que, se houvesse demanda, destinariam até R\$1.000.000.000,00 para Minas Gerais. Temos que avançar ainda mais.

A grande conquista de trabalhadores e trabalhadoras rurais, Sr. Presidente, a novidade surpreendente quanto ao Plano Safra 2006-2007, está nas mudanças dos juros. Para o Grupo A, investimento que era de 1,15% ano caiu para 0,5% ano; o Grupo B, investimento era 1% e caiu para 0,5%; o Grupo C, custeio era 4% e caiu para 3%; o Grupo C, investimento era 3% e caiu para 2%; o Grupo D, custeio era 4% e caiu para 3%; o Grupo D, investimento era 3% e caiu para 2%; e o Grupo E, custeio e investimento eram 7,25% por ano, caiu para 5,5% por ano. Houve uma grande mudança facilitando ainda mais.

Nobre colega Rêmolio Aloise, isso sem contar o seguinte: se a pessoa pagar em dia, tem um rebate de 25% na dívida. Se você pega R\$3.000,00, por exemplo, terá um rebate de R\$750,00. Vai pagar R\$2.250,00 ao banco. O programa, de fato, está alavancando a agricultura familiar. Sabemos da existência de transtornos porque, se há uma grande oferta, com produções recorde a cada ano, com maior fluxo de exportação, embora a agricultura familiar focalize o mercado interno, o preço cai, ou seja, o lucro, a renda diminui.

Temos essa preocupação em relação à perda de renda da agricultura, mas é importante lembrar que o próprio Plano Safra lança também as novidades da agroindústria, possibilitando ao agricultor familiar agregar valor a sua produção. Não se financia apenas assistência técnica ou a produção, avança-se com a agroindústria possibilitando ao agricultor familiar agregar valor ao que produz. O lançamento de R\$100.000.000,00 para o PAA é o próprio governo federal comprando a produção. O governo federal facilita o plantio, a produção, o beneficiamento e diz: pode plantar porque vamos comprar. Já está comprando por meio do PAA com três linhas. Uma específica para merenda escolar, outra que doa para as entidades, entre elas os vicentinos, as Apaes, creches, asilos e escolas. Não se trata de compras para grandes armazéns. A doação é simultânea. Toda semana o governo entregará os produtos a essas entidades. Destacamos, então, o avanço, a conquista dos agricultores familiares e reconhecemos a importância de o governo Lula estar nessa interação, de ouvir o clamor dos trabalhadores do campo, respondendo com medidas concretas. Há outros 10 milhões para apoio aos agricultores familiares que atuaram no setor de combustíveis renováveis, como microdestilarias. Além disso, maior apoio aos produtores de leite cooperativados, forçando a organização. O Pronaf Eco financia a tecnologia ambiental, produção de resíduos e de energia.

O nobre colega Rogério Correia acaba de tomar posse e está à frente da Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Temos um parceiro de Minas no Ministério. Desejamos êxito ao Deputado. Sabemos que essa Delegacia tem grandes desafios e esperamos avanços, sobretudo em relação ao crédito fundiário e à reforma agrária, apoiando também o Incra. Parabéns ao Presidente Lula pela sensibilidade de ouvir os trabalhadores rurais deste país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, caríssimos Deputados e Deputadas, amigos da galeria, telespectadores da TV Assembléia, meus senhores e minhas senhoras; por reiteradas oportunidades, tive a honra maior de usar este espaço para trazer sempre boas notícias, enaltecendo, acima de tudo, o ritmo sério e correto da governabilidade do Estado de Minas Gerais. Por várias oportunidades, ocupei esta tribuna para fazer uma reflexão do desenvolvimento e do progresso do nosso Estado. Há poucos dias, com a mesma emoção que sinto hoje, anunciei ao Sul de Minas os investimentos da ordem de R\$300.000.000,00, autorizados pelo Governador Aécio Neves para a contenção das enchentes históricas daquela região, as quais abalaram as cidades de Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre, e outras.

Em tantas e tantas oportunidades, aqui estivemos para fazer essa mesma reflexão das ações vigorosas implementadas pelo Governador Aécio Neves. Não poderia ser diferente nesta tarde. Com a mesma alegria e talvez com muito mais satisfação e emoção, aqui venho para saudar todos os servidores da educação. Olhando no retrovisor da história, desde o primeiro momento em que o Governador Aécio Neves assumiu o

governo, em 2003, em seu primeiro discurso, S. Exa. manifestou uma intenção séria, correta e transparente de destacar a área da educação como uma de suas prioridades no primeiro momento.

Não podemos desconhecer as dificuldades que o Governador enfrentou ao iniciar o choque de gestão, tão respeitado e conhecido por todos os Estados brasileiros e, particularmente, pelo governo federal. Conseguiu, por meio da credibilidade do seu governo e de sua determinação desde 2003, resgatar a máquina administrativa. Reduziu o salário do Governador e do Vice-Governador e reduziu, em número considerável, as secretarias de Estado. Procurou enxugar a máquina da forma necessária para que pudesse, a passos largos, trazer ao povo mineiro a segurança da governabilidade do País e do Estado.

Hoje, como não poderia ser diferente, tenho a alegria de homenagear os servidores da educação. Caríssimo Deputado João Leite, desde 2003, participamos de várias audiências, reivindicando ao Governador Aécio Neves e ao Secretário Anastasia ações em favor da educação do nosso Estado.

Aliás, essa tônica jamais esteve ausente do sentimento dos parlamentares e deste governo. Todos, é necessário dizer, por solidariedade ao governo, buscávamos, acima de tudo, um meio, um mecanismo necessário para que os servidores da educação fossem valorizados desde o seu início. Tenho a certeza disso pelos pronunciamentos do Governador. Na última reunião deste semestre, o Governador, mais uma vez, dá prova da sua honestidade e dignidade em favor de todos os servidores da educação, enviando uma mensagem a esta Casa e garantindo, a partir de 2008, o maior piso salarial do Brasil pago na educação: R\$850,00. Então, caro Deputado Bráulio Braz, temos muito a comemorar. Minas, mais uma vez, sai na frente, com essa mensagem, essa reflexão, esse conjunto de normas que o Governador tanto tem aprimorado para a valorização de todos os servidores da área da educação. Já pudemos discutir e aprovar aqui inúmeros planos de carreira. Agora é chegado o momento de homenagearmos toda a classe da educação com essa mensagem, que vai ao encontro dos interesses maiores do povo do nosso Estado. Quantas e quantas audiências públicas tivemos neste Plenário, ouvindo as reivindicações de todos os servidores, que fazem, acima de tudo, do apostolado o seu mister. Cumprimentamos todos os servidores para dizer que o Governador cumpriu o seu compromisso. Se não o fez, fê-lo em decorrência da sua responsabilidade maior para imprimir, seriamente, o choque de gestão tão respeitado por todos os Governadores de Estado que aqui comparecem, para conhecer de perto o mecanismo extraordinário que tem sido modelo para todo o País. Participamos disso - como aqui já foi feito - agradecendo ao eminente Governador o seu afeto e apreço à educação, fazendo com que essa mensagem seja retribuída em favor de todos que lutam e labutam em prol da educação no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Prezado Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e fazer uma correção. V. Exa. falou em R\$800,00, mas são R\$850,00. Isso demonstra e cria, em nosso objetivo, um caminho extremamente seguro. Várias categorias já foram melhoradas, e isso é uma constante. Conseqüentemente, à medida que o Estado vai organizando-se, maturando-se e capacitando-se, os benefícios vêm. Há de ressaltar que, às vezes, não chegamos ao ponto que queremos, devido às dificuldades e às condições econômicas existentes no País. Mas esse é o caminho correto no qual Minas Gerais traça suas linhas, reorganizando o Estado e podendo trazer mais serenidade, tranqüilidade e, sobretudo, mais qualidade de vida às pessoas.

Este momento é de suma importância, porque não se trata de inauguração, descerramento de placa, asfalto, construção, cimento e areia. Trata-se de investimento no ser humano. Esse investimento é a mudança de comportamento; e quem tem a ganhar somos nós, mineiros.

Está de parabéns o Governador Aécio Neves e V. Exa. pelo pronunciamento.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Neste novo momento em que a educação de Minas Gerais terá o piso de R\$850,00 - diga-se de passagem, o maior do Brasil -, está sendo atendido o interesse dos professores, que, durante longos anos, ministraram suas aulas e fizeram a educação de qualidade do nosso Estado.

O Deputado Bráulio Braz (em aparte)* - Obrigado, eminente parlamentar Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que, do alto de sua sabedoria, ocupa a tribuna para homenagear o governo de Minas Gerais, bem como para fazer-lhe justiça, já que apóia as decisões do nosso Governador, no que se refere à melhoria das condições dos servidores da educação do Estado, algo mais que merecido.

Na educação - e considerando-se ainda a nossa base familiar -, junto aos nossos professores e aos demais servidores da rede pública de ensino, formamos o nosso caráter. Minas Gerais está de parabéns, pois será um dos Estados que, daqui para a frente, melhor remunerarão os professores. Na minha opinião, esse é um passo importante para consolidar o progresso do nosso Estado. O Governador vem fazendo muito. Como disse o eminente companheiro, era necessário cuidar da infra-estrutura, mas era preciso também colocar, em primeiro plano, o servidor público da educação. No final do ano passado, durante a nossa campanha política, o Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia falou sobre essa questão. Disse que o governo estava trabalhando para isso, ou seja, para melhorar as condições de vida do servidor da educação em nosso Estado.

Portanto, mais uma vez, parabeno V. Exa. por ocupar a tribuna desta Casa para tratar de coisas boas, produtivas. Afinal de contas, nem só de críticas devemos viver nesta Casa. Devemos também parabenizar, elogiar os colegas e até nos vangloriar por fazermos parte de uma estrutura partidária que leva a política a sério. Quanto a essa missão, estamos ombreados com o Governador Aécio Neves, a fim de melhorarmos as condições de vida do povo mineiro, quiçá, do Brasil. Parabéns!

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, iria evitar este aparte, mas não me contive. V. Exa., como sempre, de maneira oportuna, sobe a essa tribuna. Sua carreira, no Parlamento, é marcada pelo vigor, entusiasmo e presença permanente. Nesta oportunidade, faz um relato histórico muito fiel de tudo o que aconteceu. V. Exa. demonstra a sensibilidade da bancada da base do governo na Assembléia Legislativa, que está sempre preocupada com questões dessa natureza.

Na legislatura passada, o governo encaminhou a esta Casa o plano de cargos e salários, que ensejou uma discussão com os servidores. Destaco que, em alguns momentos, essa discussão tornou-se difícil, já que os servidores, há anos, foram penalizados, sem receber aumento nem reconhecimento. Lembremo-nos, por exemplo, das sete chamadas, bem como do atraso do 13º salário, o qual acontecia em governos anteriores. O atual governo vem acertando todas essas questões com os servidores.

É importante dizer ainda que o governo enfrentou um difícil momento, com o objetivo de cuidar das contas do Estado de Minas Gerais. Diante disso, enfrentou dificuldades, momentos delicados envolvendo os servidores públicos. Na verdade, ele agiu, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, de maneira diferente da utilizada pelo governo federal, que agora busca outro caminho: criar uma legislação contra a greve no serviço público. É isso o que o governo Lula pretende neste momento, já que manteve uma palavra dura contra os servidores. Hoje várias categorias estão em greve. É o caso, por exemplo, do Ibama e do Inca. Todos estão querendo conversar com S. Exa., o Presidente Lula, mas não conseguem.

O Governador Aécio Neves tratou os servidores de Minas Gerais com dignidade. Acertou com eles a questão do pagamento e do décimo-terceiro; agora, anuncia esse importante aumento para a educação em Minas Gerais. Obrigado. Parabéns pelo pronunciamento!

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) - Sr. Presidente, o Deputado Dalmo é sempre atuante, trabalha com altivez e sabedoria, sendo um

exemplo na Casa. Sabemos hoje que sua vida é voltada principalmente para o setor da educação. Hoje é dia de alegria, de contentamento e de satisfação para os mineiros, principalmente para mim, até porque sou filho de uma professora que, há muitos anos, dedica-se ao magistério ibiritense e ao setor educacional de Minas. É uma felicidade imensurável.

Neste momento, quero aplaudir a manifestação de V. Exa. e aplaudir intensamente este gesto altamente precioso do Governador Aécio Neves, que está reconstruindo Minas. Depois de pôr em ação um vigoroso choque de gestão aqui, em Minas Gerais, implementando obras valorosas em todos os setores, agora vem coroar sua administração vitoriosa implantando, aqui, em Minas, o maior piso salarial para o setor da educação do País.

Parabéns, Governador Aécio Neves, por mais essa atitude realmente merecedora dos nossos elogios. Tenho certeza absoluta de que qualquer palavra nossa aqui será insuficiente e pequena para registrar de forma histórica este momento de Minas, proporcionado pelo Governador Aécio Neves. Ao mesmo tempo, a nossa palavra será muito pequena e muito singela para registrar o quanto são importantes o trabalho, a abnegação, a vocação, o talento e a sabedoria na vida de cada um de nós.

Portanto, Deputado Dalmo, continue assim, com este brilhantismo. Para nós, é um prazer muito grande compartilhar deste momento e deste governo vitorioso do Governador Aécio Neves.

Sr. Presidente, quero registrar que ontem Ibirité esteve no Palácio das Artes, ao lado de diversas cidades. Quero fazer justiça e render minhas homenagens ao Presidente Lula, que, com sua sensibilidade e sua vida voltada para os pobres, também ontem, em um gesto republicano e louvável, contando com a preciosa colaboração do Governador Aécio, que fez o dever de casa, administrou com talento, seriedade e probidade ao lado dos Municípios, teve oportunidade de entregar a Minas um grande e vigoroso pacote de obras.

Ibirité, minha terra natal, muito bem administrada pelo meu irmão Toninho Pinheiro, está tendo oportunidade também de ser contemplada com mais R\$70.000.000,00, que serão importantíssimos na vida do povo ibiritense, haja vista que Ibirité é uma das cidades mais pobres do Estado de Minas Gerais.

Por meio das parcerias, das administrações marcantes, ousadas e modernas, Minas Gerais vive este momento tão festivo e extraordinário. Parabéns! Ilustre Deputado, que Deus continue abençoando sua trajetória aqui, na Casa.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Meu caro Deputado Dalmo, gostaria de cumprimentá-lo não só pelo pronunciamento que agora faz, nesta tarde, mas também pelo seu trabalho nesta Casa. V. Exa. é um representante da nossa região do Sul de Minas, e sou testemunha de sua abnegação, empenho e dedicação aqui, na Casa, e na representação que V. Exa. faz tão bem dos habitantes da nossa região.

Quero cumprimentá-lo também pelo tema que V. Exa. escolheu para fazer seu pronunciamento nesta tarde. A educação realmente é uma bandeira que está sendo adotada em nosso Estado, de maneira impecável, pelo Governador Aécio Neves. Estamos acompanhando o trabalho do Governador Aécio Neves e de toda a sua equipe. Seu choque de gestão está sendo copiado no Brasil inteiro. Sua forma austera, competente e determinada de governar Minas Gerais, sempre tendo a educação como bandeira principal.

Acompanhamos todo o seu período do primeiro mandato e agora do segundo mandato. Vimos como melhorou a infra-estrutura da educação e as condições físicas das escolas por todo o Estado, mas faltava esta ação para com as professoras do Estado de Minas Gerais.

De forma extremamente competente, com grande força e expressão, felizmente o Governador conseguiu mudar o panorama do ensino e da vida das professoras do nosso Estado. Concedeu um aumento considerável, um piso de R\$850,00, podendo fazer a dedicação em dobro, ou seja, dobrando o salário. Trata-se de algo inusitado no País e merece ser aplaudido por todos.

Minas Gerais começou a mudar com o choque de gestão, mas a mudança efetiva começa por meio dessa atitude forte, expressiva, que trará muitos benefícios ao nosso Estado, ao Governador Aécio Neves. Parabênzimo o governo, sua equipe, o Governador Aécio Neves e V. Exa. pelo seu trabalho e pronunciamento.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço ao Deputado Carlos Mosconi. Caríssimo Deputado João Leite, registro a satisfação de todos os parlamentares por essa boa notícia: o Governador presenteia todos os servidores da educação do Estado de Minas Gerais. Obrigado, Governador Aécio Neves, por esse importante empreendimento em prol dos servidores da educação do nosso Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, público das galerias, funcionários da Casa, pretendia falar 10 minutos, mas me restaram apenas 3. Isso é democracia.

Esse assunto é importante e diz respeito a essa área. Quem dera houvesse tardes com boas notícias por parte dos governos federal e estadual como as que tivemos na tarde de hoje. Esta Casa mostra-se extremamente proativa ao trazer tantos benefícios, principalmente aos funcionários, mas também ao progresso do nosso Estado.

A questão dos designados veio à tona no final do ano 2002, quando uma servente que acompanhava a APPMG, numa visita ao então Governador Itamar Franco, desmaiou. O motivo do referido desmaio é que ela não havia passado no concurso da época, vivendo o mesmo drama de cerca de 20 mil serventes, que também não passaram naquele concurso e provavelmente perderiam seu emprego. A maioria trabalhava lá há mais de 20 anos. Com a homologação do concurso pelo Governador Itamar Franco, nem os funcionários designados nem as funcionárias da área servicial do Estado, principalmente da área da educação, teriam como sustentar sua família, visto que a maioria era arrimo de família. Em decorrência disso, oito serventes apelaram para o suicídio, segundo as estatísticas da APPMG, além do acometimento de muitas doenças.

Desde a minha chegada a esta Casa, tenho tentado ser parceiro para encontrar solução para os servidores de todos os setores do nosso Estado, bem como para os servidores designados, principalmente os da área educacional, que são a maioria e apresentaram diversos requerimentos ao governo do Estado e às Secretarias de Educação e de Planejamento pedindo uma solução para o impasse.

Solicitei audiência pública nesta Casa, na época como Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática desta Assembléia, audiência que não se realizou, a pedido do governo de Minas, que estaria procurando outras soluções para o caso.

É preciso narrar aqui a sensibilidade do Governador Aécio Neves, que, à época da homologação do concurso por Itamar Franco, logo que assumiu o governo, teve como primeiro ato suspender a homologação do concurso para Auxiliar de Serviços do Estado de Minas Gerais.

Em virtude da suspensão da referida audiência pública na Assembléia, em comum acordo com a Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais - APPMG -, presidida pela extraordinária Profª Joana d'Arc, apoiada pela Federação das Associações de Pais e Amigos das Escolas Públicas de Minas Gerais - Fapaemg -, por intermédio de seu grande Presidente, Mário de Assis, realizamos uma reunião, na realidade um verdadeiro congresso, dado o número de designados que vieram ao Hotel Normandy, no dia 6/4/2006, quando tratamos do assunto dos milhares de servidores que não conseguiram ter seus direitos reconhecidos.

Também participei de diversas reuniões com o então Secretário de Planejamento e Gestão, Antônio Augusto Anastasia, para solicitar providências quanto à situação da aposentadoria desses servidores, à continuidade da manutenção de seus contratos, milhares renovados ininterruptamente há mais de 20 anos, em especial os de professores e professoras e auxiliares de serviço das escolas.

No dia 18/4/2006 apresentei nesta Casa outro requerimento de audiência pública para discutir, e discutimos, a questão dos servidores designados da Uemg.

No dia 7/6/2006 fui a Brasília, acompanhado de um grupo de designados e designadas, que foram em dois ônibus fretados pela APPMG e com a participação da Fapaemg, e também acompanhado pelo brilhante defensor dessa mesma causa, o meu colega Paulo Piau, hoje Deputado Federal.

Na ocasião, nossa comitiva visitou todos os gabinetes dos Deputados Federais da bancada mineira, todos os Senadores de Minas, aliás, por sugestão da Presidente da APPMG, Profa. Joana d'Arc, visitamos a Deputada Federal e Juíza de grande conceito Dra. Denise Frossard, no intuito de buscarmos uma solução em âmbito federal para o nosso Estado.

Para encerrar, vou enunciar as formas de lutas que os servidores encontraram, numa parceria com a APPMG: sem prejudicar alunos, foram a Itinga e procuraram falar com o Presidente Lula e com o Governador Aécio Neves, para solicitar audiência; solicitaram audiências públicas, sempre de forma pacífica, nesta Assembléia; visitaram Juízes e Promotores; acamparam na porta do Palácio da Liberdade durante três dias e fizeram uma vigília de orações pedindo resolução para o problema.

Na ocasião, entregaram ao Governador uma imagem de Nossa Senhora das Graças, benzida pelo saudoso D. Luciano Mendes de Almeida. Na época, D. Luciano intercedeu junto a Deus por todos os servidores e servidoras e disse aos presentes: "Não deixem que elas morram ou sejam mandadas embora sem gozarem dos benefícios da previdência que elas construíram e que merecem ter".

Encerramos nossa fala parabenizando a Secretária de Educação, Profª Vanessa Guimarães; a Secretária de Planejamento, Dra. Renata Vilhena; e o Governador Aécio Neves, além do Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia. Esse governo foi citado por 90% dos oradores que nos antecederam, tendo em vista o reconhecimento e a valorização dos profissionais da educação em todos os níveis. Pouco a pouco, o Governador vem corrigindo as injustiças que aconteciam no nosso Estado. Portanto parabenizamos o Governador Aécio Neves e trazemos para o conhecimento de todos esse brilhante trabalho de sensibilidade humana e social, além do reconhecimento do valor do servidor.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rêmolo Aloise* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados e pessoas que estão presentes neste Plenário acompanhando os trabalhos desta tarde, alguns assuntos me trazem hoje a esta tribuna. Um deles para rememorar os últimos Governadores deste Estado, começando pelo Dr. Tancredo, posteriormente pelos Drs. Newton Cardoso, Hélio Garcia, Eduardo Azeredo, Itamar Franco; e atualmente Aécio Neves, no segundo mandato.

Não se pode medir e pesar o que se tem feito nesses quatro anos do governo Aécio Neves.

Cheguei aqui em 1990 e tive a oportunidade de passar por vários Governadores. Dificilmente aquele que ocupar o Palácio da Liberdade fará o que o Governador Aécio fez, pois apenas dará continuação a essa imensidão de projetos e de planos realizados.

Não poderia deixar de trazer aqui o meu reconhecimento pela maneira com que esse governo tem atuado. Onde? Na saúde, na educação, nas rodovias, nos aeroportos. Ao final das contas, Deputado Fábio Avelar, nosso companheiro de várias jornadas, encontra-se a mão do governo em todos os setores que V. Exa. qualificar.

Do meu Sudoeste, agradeço a PPP da BR-050.

Deputado Gustavo Valadares, em 1965 entrei na Faculdade de Medicina Federal Alfredo Balena. Quando vinha a Belo Horizonte, pegava um ônibus na Balsa do Guapé, no Rio Grande. Talvez muitos aqui não a conheçam. Demorava entre 12 e 14 horas para chegar até aqui. As coisas mudaram. A MG-050 ainda se encontra altamente perigosa, mas, passando por lá, já notei várias máquinas, Fábio, abrindo os barrancos, as encostas. Abrirão as pontes.

Esse é um reconhecimento profundo deste Deputado lá do Sudoeste, que já anda nessa rodovia há 33 anos.

Então, juntam-se as minhas palavras às dos oradores que me antecederam.

Outra questão que quero colocar para a reflexão dos Srs. Deputados diz respeito ao meu pronunciamento de ontem. Ontem o Ministério Público foi citado aqui. Hoje, lendo os jornais de grande circulação do Estado, deparei com uma nota do Sr. Procurador-Geral do Estado dizendo que o que se falou aqui ontem eram questões pontuais. O que significa isso? Nobre filho do meu querido amigo Agostinho Patrús - tive a felicidade de ser 1º-Secretário do seu pai -, não entendo dessa maneira. Não há questões pontuais, Lafayette. Não se trata de questões pessoais, mas sim de questões que envolvem todo o Estado.

Somente 54 cidades não têm Promotorias próprias, mas são servidas por auxiliares das outras Promotorias. Então, não entendo que sejam questões pontuais.

Um determinado Deputado desta Casa, no corredor, nesta manhã, fez-me uma recomendação. Ele tem a metade da minha idade, não só de mandato, que é muito mais, mas de idade mesmo. Disse-me que eu não era a pessoa ideal para questionar o Ministério Público. Olhei bem para a face dele. Aliás, os cabelos dele são longos, mais do que os de Apolo. Não tem a beleza da face do deus, mas tem o brilhantismo e a inteligência de um ser vertebral. Por falar em ser vertebral, Deus me deu condição de me formar em medicina. O crânio, Lafayette, está acima do pescoço, do tórax, do estômago, da região pélvica, do escroto, do joelho e do pé. V. Exa. sabe qual a razão disso? Porque ele comanda. Sem comando, não se chega a lugar nenhum.

Aqui não há biruta de campo de aviação, que, a cada hora está de um lado. Aqui há posições formadas, há pessoas que têm representação popular.

Hoje esse nobre Deputado me disse que eu tinha problema com o Ministério Público. Tenho sim. Em 1997 houve um processo cível e outro criminal. Sabem por quê? Porque comprei um acelerador de partícula para tratar os doentes de câncer e que está instalado lá. Lamentavelmente, entenderam que eu seria tratado de homoplasia. Graças a Deus, não tive essa homoplasia. Respondi, sim, a processos, entretanto fui absolvido criminal e civilmente. Em experiência de oito anos, tive os bens e a conta-salário bloqueados.

Nobre Pastor Vanderlei, tenho experiência para falar, sim, sobre essas questões. Perguntei ao nobre Deputado: "Você sabia que a sua cabeça possui dois lóbulos, o direito e o esquerdo? E que o esquerdo está mais ligado ao sexo masculino do que ao feminino? Por quê? Porque o lado esquerdo é o da razão, e as minhas idéias, nobre Deputado, são baseadas na questão racional. Tenho 160 trilhões de neurônios, 100 mil sinapses, e, multiplicando-se um pelo outro, não uso nem mesmo 1% da minha capacidade de pensar e de transmitir as minhas idéias". Eu lhe disse que contaria uma história que nunca mais o faria esquecer-se deste Deputado.

Quando era médico, chegaram a meu consultório um velhinho e uma velhinha. O velhinho me disse que estava com problema urinário e que gostaria de fazer o exame de próstata. Disse-lhe: "Perfeitamente". Não detalharei anatomicamente a posição de uma pessoa ao fazer esse exame. Fiz um toque com o maior respeito. Com respeito, viu, gente? Encontrei uma intumescência prostática. Para aqueles que não sabem do que se trata, nada mais é do que o aumento do volume da próstata. Disse-lhe que não era um caso de prostatectomia nem de ato cirúrgico. Aliás, sou cirurgião graduado. Recomendei-lhe usar um supositório, que daria tudo certo. Continuei as consultas, Vanderlei, mas, daí a pouco, a minha secretária me disse: "Aquele velho com aquela velha querem novamente falar com você". Disseram que não entenderam o que eu havia dito do tal supositório. Eu lhe disse que deveria usar na extremidade anal. E ele respondeu: "Muito bem, tá bom". Saíram do meu consultório, porém, mais tarde um pouco, ele retornou: "Doutor, não entendi o negócio do supositório". Eu lhe disse que deveria pegar o supositório e colocar no orifício anal. No outro dia, ele voltou: "Doutor, eu não estou entendendo, o senhor poderia me explicar melhor?". Disse-lhe que ele estava com intumescência prostática, que a próstata estava aumentada e que ele estava urinando pouco e que algumas gotas caíam no pé, fato normal na idade dele. Após 60 anos, há aumento da próstata em todos os homens. Eu lhe disse: "O senhor coloca esse supositório no ânus". Ele me respondeu: "No ânus?" Passados dois, três dias, ele voltou e disse que não havia entendido muito bem. Perguntei: "O senhor não entendeu?". Ele me respondeu: "Não, não entendi". Novamente expliquei-lhe: "O senhor coloca isso naquele lugar". Ele disse: "Agora entendi".

Deputado cabeludo, V. Exa. me deu hoje a grande oportunidade de fazer uso desta tribuna. Vim, falei, critiquei. O que eu disse? Canalhas. E tem, sim. O que eu disse? Corruptos. Tem, sim. Aí me disse: "Mas não tem pedófilos". Falei: "sua memória está ultrapassada, você quer nomes?". Ele perguntou: "Mas tem?". Disse-lhe que deveria procurar, pois talvez encontrasse.

Não foi uma crítica ao Ministério Público, órgão por que tenho respeito absoluto, mas àqueles que são irresponsáveis e querem denegrir a imagem, a qualquer custo, de agentes políticos e outras pessoas.

Dr. Jarbas Soares, aceito sua posição de Procurador-Geral do Estado. Tenho certeza absoluta de seus deveres e compromissos. Não vim atacá-lo e jamais o farei. Senhores do Conselho do Ministério Público, 11 Procuradores, tenho-lhes respeito absoluto; Dr. Perdigão, Presidente da Associação dos Promotores e Procuradores de Minas Gerais, tenho-lhe o maior respeito; mas não posso, de maneira nenhuma, Deputado da época da Província - da época em que Pedro II foi elevado à maioridade para assumir, juntamente com o Andrada, a direção da Província -, aceitar essa situação. Aqui nesta Casa há 13 Prefeitos, Deputado Antônio Júlio, e eles sabem o que é uma perseguição por meio de uma instituição chamada Ministério Público.

Muitos de vocês indagarão qual é a razão de eu estar usando a tribuna para justificar um pronunciamento de ontem, mas afirmo que estou usando, sim, e usarei, pois falei a verdade. O que esta Casa quer? Ela é muito simples e objetiva, Pastor Vanderlei, e quer o seguinte: transparência nas contas do Executivo, do Legislativo, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e também do Ministério Público. Qual é o problema?

Se não me engano, existe um projeto de lei, de iniciativa do Ministério Público, que chegou a esta Casa no ano passado. Estávamos discutindo sobre política salarial. Não discuto e não posso discutir com quem quer que seja qual valor que se deve colocar em uma política salarial, pois não conheço o mecanismo que trata do assunto, mas naquele momento houve uma idéia em movimentação de que se deveria estabelecer o teto salarial. Muito bem, estabelecemos um teto; o Governador, outro; e o Ministério determinou o teto de R\$19.000,00, então ele tem um teto fixo - não é variável, não - nesse valor.

Muito bem, existia um projeto aí, de iniciativa do Sr. Procurador, em que se pedia gratificação e indenização para os Promotores que estavam trabalhando em outras comarcas. Entretanto, a indenização era um cheque em branco, Deputado Gustavo Valadares, pois não se dizia quanto seria. A gratificação para atender uma outra comarca é R\$3.000,00: 19 mais 3 são 22, com mais a indenizatória, são 25. Disseram que ganham mais de R\$30.000,00. Não tenho essa certeza, mas é fácil saber isso: basta requerer. Esta Casa, no seu princípio fundamental da fiscalização, tem todo o direito de saber qual o salário de qualquer um dos funcionários públicos do Estado.

Não entrarei por esse caminho salarial, mas não posso também abrir mão de que, na tramitação desse projeto, que já passou por duas comissões e irá para a Comissão de Fiscalização Financeira, esta Casa faça uma audiência pública com a finalidade de esclarecer o que se pede, o que se quer.

O que se está querendo? Transparência. Não vai aqui, em hipótese nenhuma, pontuação minha ou de quem quer que seja. Não é essa a nossa questão. Não existem divergências de poderes de instituição. Existe, sim, direito a ser cumprido.

Ontem, quando os Deputados usaram da palavra para colocar em pauta várias questões pessoais, não foi unicamente para se defender, mas para trazer à discussão e colocar as coisas em seus devidos lugares. Vai, então, neste meu pronunciamento um requerimento ao Sr. Procurador Dr. Jarbas Soares, por quem tenho o maior respeito. Tenho muitos amigos na Procuradoria e Promotores no interior. Que façamos uma discussão aberta. Qual é o problema? Há a Comissão de Fiscalização Financeira na terça-feira, da qual o Deputado Lafayette de Andrada faz parte. Vamos discutir abertamente, com clareza. O que está havendo pontualmente? Não, não há pontuação. Há, sim, vontade de colocar as coisas nos devidos lugares. E que se convide o conselho, o Presidente da Associação dos Municípios e Promotores para discutirmos abertamente o que está acontecendo. O que não se deve e não se pode é aceitar o denunciamento por denunciamento. Isso não podemos mais aceitar.

Entenda bem, Deputado que ontem me interpelou. Tudo na vida tem seu fim. Se eu ainda não cheguei ao meu fim, é porque não chegou a hora. Independentemente de qualquer situação, ninguém terá o direito de cortar ou algemar a minha palavra. Aqui estou pelo meu quinto mandato. Não, não vão fazer. Nasci em berço humilde, espanhol e italiano. Tenho ainda um pouco de sangue. Tenho três filhos, dois formando-se em medicina e um em advocacia. Tenho honra ainda para me manter aqui. E muita honra. Sr. Deputado, respeite-me. Não venho aqui falar sobre um único assunto. Não tive 110 mil votos, mas tive 50 mil. Sou o 34º Deputado desta Casa. Não me importa a suplência ou a efetividade. Importa-me, sim, o respeito. E eu não abro mão, a não ser a Deus. O meu muito-obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)*- Na verdade, venho aqui em nome dos parlamentares, pelo menos da grande maioria dos que se encontram neste Plenário nesta tarde. Somos solidários com V. Exa. a respeito do seu pronunciamento e da situação que foi apresentada, se

não me engano, na tarde de ontem, por um único parlamentar.

Esse não é o sentimento da maioria. V. Exa., como fez ontem, hoje presta um grande serviço à população mineira quando apresenta, de forma transparente, a remuneração atual dos Promotores do nosso Estado e a perseguição a alguns daqui, daquele ente e do Ministério Público para com os agentes políticos. Que fique bem claro: essa perseguição não acontece só com parlamentares desta Casa; ela não ocorre só com parlamentares estaduais ou federais, ela acontece com Prefeitos. Prefeitos que vivem para ver os seus Municípios melhorando a cada dia, apesar da situação financeira quase desesperadora de pelo menos 90% deles.

Ontem, conversava com outro parlamentar desta Casa. Ele me disse que um Promotor de uma pequena cidade do interior conseguiu proibir o transporte escolar porque os ônibus não tinham cinto de segurança. Os alunos não tiveram condições de chegar às escolas, de exercer a cidadania, porque o Promotor não teve o bom-senso de entender a realidade do Município e a dos ônibus escolares.

Estou certo de que o Prefeito deseja que seus ônibus tenham cinto de segurança, "air bag" individual, e muito mais, mas a realidade financeira do Município não permite que ele o faça, que compre veículos de tamanha magnitude. Por conta disso, transportava os alunos num ônibus velho, mas levava o aluno de casa para a escola e da escola para casa, sem se importar com o valor do combustível no final do mês.

Essa perseguição ocorre por falta de bom senso. Uma matéria que deveria ser cobrada no concurso de Promotores deveria ser o bom senso, que está faltando muito ao Ministério Público. O mais importante de seu pronunciamento é mostrar à população mineira que os guardiães da lei, que o Ministério Público - porque este é o principal objetivo do Ministério Público: guardar a lei -, é o primeiro a não fazer isso quando se trata de questões pessoais. Ele ultrapassa, e muito, o teto salarial estipulado de R\$19.000,00. Isso se não for 50% o número de Promotores que recebem mais que o teto. Como V. Exa. bem disse, há um projeto nesta Casa pedindo mais R\$3.000,00 para cada Promotor. A população mineira precisa ter consciência.

O Deputado Rêmolo Aloise*- Mais de R\$3.000,00.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)*- Mais de R\$3.000,00. A população mineira precisa ter consciência de que esses que se posam de guardiães da lei desconsideram-na quando têm interesses pessoais contrariados.

Com muita coragem, V. Exa. abre os olhos de todo o povo mineiro para que tenha a consciência do que está acontecendo. Parabéns pela coragem! Tenho a certeza de que as minhas palavras são também as da maioria dos Deputados desta Casa, solidários a V. Exa. e ao povo mineiro, que se revolta com esse desrespeito ao teto salarial.

O Deputado Lafayette de Andrada - Muito obrigado. Há praticamente dois dias, esta Casa está debatendo com profundidade o importante tema relacionado aos desvios do Ministério Público. O que traz revolta e indignação aos parlamentares não é a instituição Ministério Público. Ela é importante para a democracia. O que não pode acontecer são desvios e exageros de conduta dos Promotores, como relatado por Deputados que sofrem na carne essa distorção. Muitas vezes se trata de um estrelismo que não chega a lugar algum, apenas serve para atrair holofotes. Isso revolta os parlamentares e a população mineira. Contra esses exageros, altivamente, como faz V. Exa., temos de nos posicionar para que isso não ocorra mais, pois saem prejudicadas a população, a liberdade e a democracia. Muito obrigado.

O Deputado Rêmolo Aloise* - Caro Getúlio, sou mais velho que V. Exa., que possui uma qualidade que invejo tremendamente: saber cantar. Quando solta sua voz, todos os pássaros silenciam. Sinto-me tão tranquilo nesta tribuna, pois pelo menos alguma coisa está sendo produzida aqui, nesta tarde.

Tive a oportunidade de ler, três vezes, um livro de Paulo Pinheiro Chagas. V. Exa. sabe qual é o livro; além disso, enviou-me um outro livro resumido do mesmo autor, em que ele fala da sua querida Filadélfia, Teófilo Otôni. Ali está a grandeza da democracia e de um parlamentar que, como você e todos nós, está discutindo uma questão muito séria. Para não dizer do Pogirum do lenço branco, já quis apartear-lo quando da comemoração dos 150 anos da sua Filadélfia. Não o fiz porque tenho a certeza absoluta de que ficaremos aqui por quatro anos, e o farei.

Obrigado por me dar mais esta oportunidade de continuar, para ler o seguinte: "Conselho Superior do Ministério Público - Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça, Presidente; Antônio de Padova Marchi Júnior, Corregedor-Geral do Ministério Público". Em seguida, vêm os membros titulares.

Deputado Lafayette de Andrada, solicito a V. Exa. que, na reunião de terça-feira, faça um requerimento solicitando uma audiência pública com aqueles que respondem, e muito bem, pela direção do Ministério Público, a fim de esclarecer os fatos menores que estão acontecendo devido àqueles que tentam, mas não conseguem, denegrir a imagem de muitos quando denunciados.

Devo encerrar, e não sei se a felicidade me trai, João do Amaral. Hoje, conversava com o Deputado Antônio Júlio, homem experiente, que foi Prefeito duas vezes e Deputado por cinco mandatos nesta Casa. Ele me perguntava por que razão não trazíamos o Deputado Paulo Maluf a este Plenário. Olhei bem para ele, que tem aquele jeito do Botina Amarela, de Pará de Minas. Falo assim porque temos uma liberdade de irmãos. Somos irmãos. Ele é amigo dos meus filhos, sou amigo das suas filhas e de sua esposa. Ele, eu e o Mauri já tivemos a oportunidade de passar dias em uma casa de campo, e elegemos José Ferraz para Presidente. Quem não tem história política não tem o que comentar com os demais parlamentares. Nós temos. Pois bem, ele falou em convidar o Paulo Maluf, e perguntei por quê. O problema é grave, pois, sempre que se fala em Paulo Maluf, a coisa é complicada. Ele justificou: "Ele foi denunciado 30 vezes, ganhou 29 e ganhará a 30ª. Quem sabe, se o trouxermos a este Plenário, ele nos explicaria como conseguiu ganhar 30 ações em que foi denunciado no Ministério Público. Tem alguma coisa de errado".

Deputado Antônio Júlio, vamos convidar o Paulo. Se quiser ir a Brasília, ao seu gabinete, faremos uma comissão. Tenho certeza de que o nosso querido Alberto Pinto Coelho nos dará o direito de ir lá convidá-lo. Quem sabe o debate ficará maior, Paulo Cesar?

Agradeço ao Deputado Getúlio Neiva e aos demais Deputados. Tenho certeza de que não chegou ainda o meu fim, mas chegará. Papai está com 96 anos e me fez um pedido: "Reminho, afaste-se da política". Ele completará 97 anos no dia 19 do mês que vem. Antes que ele se vá - e vai muito bem -, que eu possa lhe dizer: Vá em paz, que seu pedido será atendido.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Estamos aqui, desde ontem, Deputado Rêmolo Aloise, com uma indignação muito grande pelos excessos. Gosto de dizer que geralmente as pessoas que fazem dos seus cargos um sistema de ditadura e de imposição excessiva caem às vezes, e essa discussão se inicia pelos deslizes. Foi o que aconteceu com os Promotores de Divinópolis.

Mas a coisa está muito mais grave, Deputado Rêmolo Aloise e demais Deputados presentes. Quando o Ministério Público pegava uma certidão de algum Prefeito ou de algum homem público emitida pelo Tribunal de Contas, objeto de uma ação qualquer, o Tribunal fazia algum julgamento de que aquilo era devido. O Ministério Público pegava aquela certidão e entrava com o título de execução contra aquela autoridade política, apenas para efeito de perseguição.

Agora tivemos uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que não reconhece a legitimidade do Ministério Público para propor esse tipo de ação. Estou com o acórdão e a súmula do Tribunal, onde isso está muito claro: "(...) em julgar procedente o incidente e reconhecer a ilegitimidade do Ministério Público para propor ações de execução de débitos apurados pelo Tribunal de Contas (...)".

Podemos ver que o Tribunal também está começando a reagir, porque alguns membros do Ministério Público continuam achando que são os paladinos da moralidade e estão mandando em todos os órgãos e em todos os Poderes. É essa discussão que queremos suscitar aqui, Deputado Rêmoló Aloise, para que possamos modificar a Constituição, se for o caso, e a nossa legislação. Devemos criar responsabilidade para esses Promotores que não a têm, porque eles podem fazer qualquer tipo de ação contra quem quer que seja. Denúncias das mais absurdas podem ser feitas, e eles não são responsabilizados por nada. Todos nós respondemos por qualquer ato que cometemos acima da nossa possibilidade, mas membro do Ministério Público, não.

Nessa ação proposta em Divinópolis, com 70 citados, terão que gastar, no mínimo, R\$100.000,00. Para quê? Isso apenas os citados. Sem contar quanto custará ao Juiz, que, infelizmente, na citação, não sabem nem quem foi. Era um Juiz de plantão, mandou citar, e a escrevente assinou, por ordem ninguém sabe de quem. Um processo rodando, que começa pela citação, em que se tem que usar todo o sistema da Justiça. Certamente marcarão audiência. Aí vem precatório, e não acaba. Vão gastar dinheiro, e nada. E os Promotores ficam lá de beleza, porque, certamente, nem acompanhar o desenrolar dessas ações irão. Isso vem, por precatório, para Belo Horizonte, vai para Pará de Minas, para não-sei-onde, para Nova Serrana. E não acompanharão. Mas farão com que o Estado e a Justiça gastem dinheiro. E os citados também terão que gastar dinheiro.

Cito a decisão do Tribunal do dia 14/3/2007, mostrando a ilegitimidade do Ministério Público para propor certos tipos de ação de outro órgão, o Tribunal de Contas.

Estamos discutindo esse excesso. Conforme disse muito bem o Deputado, entendemos a importância que tem o Ministério Público no processo democrático. Todavia, eles estão passando dos limites. Com base em qual legislação o Ministério Público obriga as Prefeituras, as Câmaras Municipais do interior a fazer lei proibindo o nepotismo? Ou será que agora o Ministério Público também tem o poder de legislar e de definir o que vai ser aprovado?

Então, precisamos fazer essa discussão. É necessário discutirmos o Ministério Público outra vez. Houve uma confiança dos constituintes de 1988, a fim de dar poder ao Ministério Público. Entretanto, agora eles passaram a extrapolar de suas obrigações constitucionais ao definir o termo de ajustamento de conduta - TAC -, que estamos discutindo aqui. Desse modo, uma recomendação, Deputado Rêmoló Aloise, passou a ser ordem. Temos de questionar isso.

Temos de pensar, Deputado Gustavo Valadares, na questão da venda de bebidas no Mineirão, o que é um grande absurdo. Quanto a isso, não conseguimos avançar. Um Promotor recomenda ao Presidente da Ademg que não se pode vender bebida. Além disso, ele ainda assina um TAC, que deve ser destinado a quem comete algum crime. Todavia, não era esse o caso. O Promotor quis aparecer. Alguém representando o Estado assina um TAC, por recomendação, Deputado Irani Barbosa. É isso que começa a causar indignação em todos nós, homens públicos.

Vejo perseguição à classe política: Prefeitos, Vereadores e Deputados. No entanto, coitado do povo, que muito tem sofrido nas mãos dessas outras pessoas. Podemos pensar, por exemplo, num crime ambiental. Aliás, essa é outra discussão que temos de fazer, tendo em vista uma revisão em nossa lei ambiental. Pensemos no caso de um policial que pega um coitado da roça e diz que ele desmatou uma nascente de água. Assim sendo, esse cidadão vai ao Ministério Público Ambiental, que o faz assinar um TAC, mas ele não sabe sequer o que está assinando. Às vezes, as pessoas se vêem diante dos maiores absurdos.

Quero saber, Deputado Irani Barbosa: se o cidadão assina um TAC e não o cumpre, isso servirá para um título executivo ou uma ação penal?

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Serve como crime e como proteção da corrupção, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Não quero ainda chegar a essa seara.

Não estou entendendo o que acontece hoje, e discuti isso com o Presidente que antecedeu V. Exa. Ao que me parece, a regra prevista em nosso Regimento mudou; não está escrito isso. Concederam-se 15 minutos para este art. 70. Na verdade, não tem horário. O Presidente poderá determinar 1 hora para cada um, e não tem horário para terminar, porque ele pode ser concedido nas fases que antecedem outra fase.

O Sr. Presidente (Deputado Getúlio Neiva) - Temos um problema de Regimento, Deputado. A interpretação às vezes não é a que queremos. Também discordo disso, mas temos de obedecer ao que os técnicos da Casa nos recomendam.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Presidente é Presidente; técnico é técnico.

O Sr. Presidente - O Regimento prevê isso, mas temos de providenciar sua mudança.

O Sr. Presidente - A Presidência, então, vai consultar os Deputados Almir Paraca e Paulo Guedes para saber se eles cederão seus espaços ou se ainda querem pronunciar-se.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Não precisa ceder espaço, Sr. Presidente, basta prorrogar um pouco o tempo dele.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Sr. Presidente, realmente o art. 70 está tendo uma interpretação equivocada. Já presidi esta Casa e sei como funciona a reunião. Certamente não é da forma que estão querendo conduzir os trabalhos.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Sr. Presidente, são só 5 minutos. Imagine se tivesse sido eleito.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Nobre Deputado Antônio Júlio, tenho memória boa. Portanto, a palavra pelo art. 70 é requerida da seguinte forma: o Deputado requer a palavra pelo art. 70 para, da tribuna, tratar de assuntos importantes, de relevância, e caberá ao Presidente estabelecer seu horário.

Nosso Regimento diz: "Até 1 hora, prorrogável a critério do Presidente". Desculpem-me os técnicos da Casa, mas, quando presidi, por quatro anos, a Casa, nunca deixei de dar aos Deputados 1 hora e mais o tanto de tempo suficiente para que falassem sobre as questões relevantes, como é o caso desta tarde. Não é mais possível explicação sobre o art. 70.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Deputado, não estou questionando isso. É muito raro os Deputados ouvirem ou utilizarem o art. 70. Estamos vendo uma mudança radical de interpretação. Parece que cheguei aqui ontem, que não conheço o Regimento e nunca usei o Regimento para dirimir ou tratar dos assuntos da Casa.

Deputado Rêmoló Aloise, esta discussão não pode terminar aqui, hoje. Na semana que vem, precisamos continuar esta discussão. Deputado Ademir Lucas, aquele quadro virará notícia nacional para mostrar o absurdo que é o fato de estas pessoas que se dizem os mandatários da legislação e da moralidade terem algo pregado em seu escritório, como uma perseguição pessoal.

Esse troféu de perseguição tem de acabar. Você tem um troféu porque perseguiu alguém. Temos de reagir. Precisamos dar força ao tribunal. Temos de dar força ao Ministério Público, mas temos de lutar, com todas as nossas forças e a nossa capacidade, para evitar esses excessos que têm acontecido. Temos visto isso acontecer passivamente. A Assembléia de Minas será exemplo, para o Brasil, de uma mudança radical dentro dessa formalidade e desse sistema que o Ministério Público implantou no País; eles querem mandar no Judiciário, no Executivo e no Legislativo. É um terrorismo judicial, como disse o Deputado Ademir Lucas.

Houve um dia em que fizeram uma intervenção no Cruzeiro. Então disse para o Deputado Zezé Perrella, Presidente do Cruzeiro, que, daqui a alguns dias, se o Clube quiser vender alguém, o Promotor poderá achar que não pode, e o Zezé não poderá vender o jogador.

Deputado Rêmoló Aloise, V. Exa. também está de parabéns por esta discussão. Sei o quanto V. Exa. sofreu na mão de alguns Promotores. Precisamos reagir, sim, e ser corporativistas. Os Deputados têm de ter consciência de que temos de estar juntos para enfrentar os desmandos de alguns, que são poucos, mas que fazem um grande estrago na vida de várias pessoas de bem e de seus familiares. Parabéns. Vamos continuar nesta luta.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - V. Exa. me permite um aparte?

O Deputado Rêmoló Aloise - Nobre Presidente, V. Exa. poderá esclarecer?

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência esclarece que, às 16h30min, esta fase se encerrará. Passaremos para outra fase, em que as discussões poderão continuar.

O Deputado Rêmoló Aloise* - V. Exa. prorrogará esta fase ou mudará de fase?

O Sr. Presidente - Não haverá prorrogação. Mudaremos de fase. Regimentalmente, às 16h30min se encerrará esta fase.

O Deputado Rêmoló Aloise* - V. Exa. poderia pedir para o cronômetro do painel funcionar.

O Sr. Presidente - O tempo de V. Exa. já se esgotou.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Mas V. Exa. já admitiu prorrogação.

O Sr. Presidente - A Presidência encerrará esta fase às 16h30min. A Presidência, para não tomar o tempo de V. Exa., vai ler o artigo que esclarece a questão e, logo em seguida, entraremos em outra fase.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Sr. Presidente, posso conceder aparte ao Deputado Irani Barbosa?

O Sr. Presidente - Por 1 minuto.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Sr. Presidente, 1 minuto não dá para nada. Quando eu era Presidente e V. Exa. usava esta tribuna, sempre lhe dei o tempo necessário para que pudesse completar o seu pensamento. Peço a V. Exa., que é um Deputado velho como eu, na Casa, que dê, pelo menos, ao orador que me aparteu mais 5 minutos. Veja que o relógio está adiantado. V. Exa. poderá ver o seu relógio e comparar com o do Plenário. Se não tiver 5 minutos de diferença, modificarei o meu relógio.

O Sr. Presidente - A Presidência pede a compreensão do nobre Deputado, pois haverá mais uma fase em que os Deputados terão oportunidade de se pronunciarem novamente pelo prazo máximo de 1 hora.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Então, muda a fase, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em seguida, V. Exa. poderá pronunciar-se novamente.

O Deputado Rêmoló Aloise* - O que faço então? Retiro-me da tribuna?

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - A Presidência quer ligar o 220. Deixa quieto.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte)* - Pedi aos companheiros que, desde já, começássemos a trabalhar na mudança do Regimento Interno, uma vez que ele está atrelando, amarrando a fala.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Deputado Getúlio Neiva, a questão não é regimental, mas sim presidencial. O Plenário está acima de todas as comissões. O Presidente é o senhor que coordena, e o Regimento é flexível pelas prerrogativas do Presidente da Casa. Há um artigo que determina que ao Presidente cabe presidir as sessões do Plenário. O art. 70 refere-se à relevância do assunto. São 60 minutos, prorrogáveis por mais 60. Portanto, Deputado Doutor Viana, colega estimado, a questão é conceder...

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte)* - Deputado Rêmoló Aloise, não sabemos quem fez a mudança para que isso ficasse tão hermético e fechado desse jeito.

O Deputado Rêmoló Aloise* - A Dra. Maria José, sua colega, participou da comissão que fez a alteração do Regimento, com o Deputado Sebastião Navarro.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Não querendo corrigir V. Exa., em hipótese nenhuma, nem ser melhor ou maior, apenas gostaria de dizer a V. Exa. que estamos na 3ª Parte da reunião, que vai até às 18h59min, com prerrogativa de prorrogação. V. Exa. concorda com as palavras deste Deputado?

Como esta tarde é uma tarde diferenciada, que há muito não se via nesta Casa, e dada a relevância do assunto e do art. 70 - não é verdade, Deputado Antônio Júlio? -, peço a V. Exa. paciência para que os oradores inscritos para falar pelo art. 70 possam chegar até às 18h59min, com a possibilidade de ser prorrogada a reunião, caso entendam ser pertinente.

Já ocupei muito esta tribuna e também já falei o que deveria falar, apenas gostaria de agradecer aos oradores parlamentares que aqui estão e dizer que este assunto está apenas se iniciando.

Apenas quero consolidar o assunto que estamos discutindo. Se, na terça-feira, a Comissão de Fiscalização Financeira não fizer um requerimento para dar continuação às questões aqui levantadas, será preciso fazê-lo em Plenário.

Faço um apelo ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, Deputado Zé Maia, que convide, com respeito - Deputado Vanderlei, é um convite ao Ministério Público -, o Ministério Público, para que este venha até esta Casa, para que possamos acabar com as picuinhas. Só assim teremos uma direção.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Rêmoló Aloise, Sr. Presidente, esta discussão a respeito do abuso de autoridade do Ministério Público vem tomando corpo, não que se tenha algum receio a respeito do Ministério Público, muito pelo contrário. É sempre bom haver confronto com níveis contraditórios, porque isso nos ajuda a mostrar que não temos rabo preso com ninguém, ou melhor, que temos coerência com o que fazemos.

Na parte da manhã, ocupei esta tribuna para falar sobre o termo de ajuste de corrupção feito entre o Ministério Público e as empreiteiras do Luz para Todos, em Minas Gerais, no qual R\$1.600.000.000,00 são distribuídos pelas empreiteiras sem uma concorrência, sem um contrato, sem nada, ao léu.

As empreiteiras que foram expurgadas pela Cemig e que eram credenciadas para o trabalho foram recontratadas pelas empreiteiras grandes - pasme, Deputado Rêmoló Aloise -, e o pagamento das pequenas empreiteiras não é feito pelas empreiteiras, mas, sim, diretamente pela Cemig.

Aquelas empresas que a Cemig expurgou da primeira concorrência foram subcontratadas pelas grandes empreiteiras e elas recebem diretamente do caixa da Cemig. As grandes empreiteiras recebem só a parte do leão, sem trabalho, ou seja, só o BDI, só os 40% limpinhos, que colocam no bolso. Obviamente que houve alguma distribuição. Será que vamos conseguir levar a sério alguma investigação nesta Casa, visto que a função precípua da Assembléia Legislativa é legislar e fiscalizar atos do Executivo, de que o Ministério Público faça parte?

Durante um período, esta Casa virou órgão auxiliar do Ministério Público - não sei se é porque algum Presidente que passou por aqui fez falcatura e ficou sob a tutela desses senhores que não procuram a lei, procuram o rabo preso. Engavetaram alguns processos e passaram a deter o poder sobre esta Casa, deixando-a até sem legislar. É nossa obrigação fiscalizar o Executivo e seus órgãos, o Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas.

Deputado Rêmoló Aloise, no trecho de uma defesa de ação criminal, chega-nos às mãos uma pérola em que consta o seguinte: "...que as escutas telefônicas eram feitas no prédio localizado na Avenida Álvares Cabral, nº 1881, 1º andar, onde a Polícia Militar tem o Grupo de Apoio de Combate ao Crime Organizado, ali instalado, isso mediante convênio feito com o próprio Ministério Público; que policiais civis não integram o presente grupo; que a operadora somente disponibiliza o sinal, não fornecendo técnicos para acompanhar os trabalhos, procedimento adotado em todas as escutas; que o Promotor de Justiça não acompanha a escuta, apenas recebe o relatório; que as gravações são feitas desde o momento em que são disponibilizados os sinais, gravando todas as conversas, e contudo as degravações são feitas somente na parte que interessa a crimes; que o setor de análise e síntese do grupo de inteligência da Polícia Militar encontra-se instalado no local mencionado...".

Deputado Rêmoló Aloise, temos um equipamento de escuta instalado, documentado num processo, no prédio do Ministério Público. Não me lembro de fato semelhante desde a época da ditadura. Preocupação com escuta? Às vezes, chamo um de... (- Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente.) e falo: se estiver gravando, é... (- Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente); se for mulher, é... (- Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente.) Já disse que alguns Promotores são bandidos concursados - não todos, porque alguns têm reputação ilibada. Recomendei que fosse colocado um São Jorge, protetor das prostitutas ... (- Palavras expungidas por determinação do Sr. Presidente.) no gabinete de alguns. Um Promotor dessa natureza, que faz o TAC da Cemig, e o que fez com o Deputado Ademir Lucas, em Contagem, precisa ter esse santo.

Não me preocupa a escuta, e, sim, outro detalhe: com que verba foi comprado esse aparelho, que é caro? Não me lembro de ter visto nenhum edital de licitação para a compra de aparelho de escuta telefônica. Todos os senhores podem estar certos de que têm telefones gravados. Obviamente, aqueles que têm rabo preso e fazem maracutaia já estão com o rabo na gaveta. Há alguns aqui, e podemos citar seus nomes, porque não me preocupo com isso. O fato é que não me lembro de ter visto licitação. Esse equipamento fica sob a guarda de quem? Quem emite autorização para a escuta? Alguém escuta primeiro, pega um Juiz que despacha pelas coxas e fala: "Preciso de uma determinação para escuta do fulano, na data tal". Aí a pessoa escuta e coloca o que quiser. Agora fica uma preocupação. E a manutenção desse equipamento? Será que é nacional ou é importado? Será que há guia de importação e autorização da Polícia Federal? Será que a Polícia Federal sabe que esse equipamento está operando? Será que passou legalmente pelos postos, pela alfândega e pelo desembaraço aduaneiro e pagou os impostos correspondentes? Ou será que é produto de algum esquema desses, da própria escuta e dos próprios TACs?

Ora, Deputado Rêmoló Aloise, um País e uma Justiça que se prezam teriam que determinar a escuta por meio da operadora de telefonia, para se terem todos os passos e os gravames da atitude documentados passo a passo: em que hora foi ligado o aparelho de escuta e registrado, como, por quem, quem determinou e como foi. Agora, isso aqui na esquina! Um Procurador-Geral de pouco tempo atrás - Márcio caído, Márcio de cá, Márcio de lá, não sei - exigia propina de R\$6.000.000,00 dos donos de caça-níqueis em Belo Horizonte e em Minas Gerais? E continua uma equipe do Ministério Público, com alguns elementos da PMMG, protegendo os caça-níqueis no Estado? E fazem prisão dos concorrentes, porque aquele grupelho que tem a proteção de dois Promotores aqui da esquina, com alguns elementos da Polícia Militar, pode ter seus caça-níqueis à vontade.

Há dias atrás foi assassinado meu amigo Dedé, que era operador de caça-níqueis em Belo Horizonte. Ninguém sabe quem matou, ninguém quer saber, ninguém pode saber. Como poderá saber? Deputado Rêmoló Aloise, há uma mistura e uma promiscuidade. Está aqui documentado. Existe uma escuta. Virou ditadura. Este Poder Legislativo se faz respeitar ou se retira da Constituição aquela parte que fala que a nossa obrigação é legislar e fiscalizar. Esta Casa tem muito a mudar, porque de fiscais não temos absolutamente nada. O Ministério Público de Minas Gerais, por meio dos TACs, em vez de órgão que leva adiante, faz evoluir os processos e põe a Justiça para andar, tomou o lugar dela, desta

Casa e dos bandidos que circulam pela rua, porque hoje ele é a lei. Só quero dizer que trarei a minha contribuição. Dia a dia relataremos fatos documentados. Está aqui: o Ministério Público de Minas Gerais escuta cada um de vocês. Deputado Rêmoló Aloise, pode ter certeza de que se utilizam de má-fé para alguma armação, proteger o crime e fazer muita coisa. Quando o Promotor Francisco José Lins do Rego tomou um punhado de tiro na cara de um dono de posto de gasolina, que aliás está preso, ninguém buscou limpar e fazer uma audição da sua vida - banco, telefone, saber com quem conversava. Ele era patrocinado pelo sindicato das indústrias dos petroleiros de Minas Gerais. Então, não servia aos interesses. Por que não fiscalizam?

Conforme pedimos a esta Casa, há um projeto de lei determinando que se ponham contadores e registro eletrônico em postos de gasolina e distribuidoras. Por que isso não foi aplicado até hoje no Estado? Porque há uma máfia grande que funciona por trás disso e elementos do Ministério Público que recebem propina por isso.

Mas esta Casa se cala, prefere participar, ser patrocinada por pessoas que degradam o meio ambiente, mas que têm um TAC que garante seu funcionamento.

O lenhador da roça, quando corta uma madeira que não poderia cortar, vai para a cadeia, faz um TAC, e cumpre pena. É crime inafiançável! Agora, quando uma mineradora despeja milhões de toneladas de lama, de entulho, ceifa vidas, ela é beneficiada por um TAC. Isso porque esse instrumento contribui com a caixinha criada por esta Casa, pelos senhores. Não foi por mim, pois, na época, disse que se tratava de corrupção e roubalheira. Hoje, esses TACs tornaram-se uma indústria de dinheiro para a caixinha que se tem no Ministério, que tem nome de fundo, mas da qual não se presta conta, Deputado.

Está na hora de cada um desta Casa fazer a sua mea-culpa. Minas Gerais está virando o Estado da bandalha, onde o crime prevalece e, parte das vezes, é patrocinado pelo próprio Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Nobre Deputado Irani Barbosa, não poderia deixar de fazer alguns questionamentos a V. Exa. Vou fazê-los com muita tranquilidade e transparência. Não vai aqui nenhuma questão radical e, muito menos, nenhum prejulgamento das palavras proferidas por V. Exa. Mas vai, sim, com muita propriedade parlamentar.

Em 2004, este Plenário aprovou a Lei Complementar nº 34, de autoria do Deputado Sávio Souza Cruz, em que se alteravam dispositivos da lei sancionada pelo ex-Governador Hélio Garcia. Qual é o conteúdo dessa lei, Deputado Domingos? Normatizava as funções do Ministério Público.

O momento é oportuno para esclarecer e fazer a revisão do que se deve fazer neste momento.

Deputado Irani Barbosa, V. Exa. sabe muito bem que o Ministério Público coloca suas contas para serem aprovadas para o Tribunal de Contas. A esta Casa chegam os gastos do Ministério Público, por meio da prestação de contas do Executivo, de grandes valores, mas não se especifica como eles foram gastos. Para esclarecer, Deputado Irani Barbosa, devemos fazer um requerimento ao Presidente do Tribunal de Contas, pedindo-lhe a prestação de Contas do Ministério Público nos últimos quatro anos. Esse é o caminho correto, direto, sem violar nem querer ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 34. Esta Casa tem de se colocar na função fiscalizadora das ações. É um dever dela. Não atropelaremos, apenas confirmaremos e estabeleceremos o que V. Exa. disse nesta Casa.

Em segundo lugar, o Ministério Público tem um Corregedor, Deputado Vanderlei. Requeiramos a ele o que foi dito nesta tarde para que possa pronunciar-se diante dos fatos que se passaram hoje, neste Plenário.

Há várias maneiras de termos solução para o que se está praticando. Basta usar os mecanismos relacionados aqui. Tenho a certeza de que o Presidente do Tribunal de Contas, atualmente o Conselheiro Elmo Braz, Deputado por sete mandatos nesta Casa, jamais negará a este Parlamento informações sobre as prestações de contas de qualquer um dos Poderes, e também do Ministério Público.

Faço aqui um requerimento ao Presidente do Tribunal de Contas para que encaminhe a esta Casa, detalhadamente, os gastos praticados, nos últimos quatro anos, pelo Ministério Público.

Dessa forma, a nossa Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Fábio Avelar, poderá fornecer-nos fatos ou denúncias feitas, neste Plenário, nesta tarde, para que tenhamos a consciência tranquila de que estamos cumprindo o nosso dever, outorgado pelo povo de Minas Gerais.

Vocês sabem para que serve este aparelho? Vanderlei, você tem idéia? Já cheguei, numa noite de insônia... Eu lhe assisto toda noite, você sabe disso. Até fiquei com muita inveja quando fez homenagem ao Deputado Carlos Mosconi, mas antes havia feito a mim. Muito obrigado. Vocês sabem para que serve isso, Pastor Vanderlei? É para mentir, Deputado Sávio. Por que para mentir? Porque ele não é fixo; é móvel. Eu ligo para você e pergunto: "Onde você está Domingos Sávio?". Você responde: "Estou no Palácio da Liberdade". Às vezes você está em um local muito diferente. Então, Srs. Deputados, vai uma recomendação: nada melhor que um celular para mentir. Se tem grampo, é da mentira, não é da verdade. Mais uma vez, meu muito obrigado a V. Exas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente e todos os que nos assistem pela TV Assembleia, o Presidente Lula demonstrou ontem, em Minas Gerais, o grande estadista que é, ao superar as divergências partidárias e políticas. Visando ao bem-estar da população, anunciou um conjunto de obras de saneamento e urbanização de favelas para 43 Municípios de Minas Gerais. Essas obras fazem parte do PAC e a previsão é que, até 2010, sejam investidos pela União mais de R\$3.000.000.000,00, por meio de financiamento da Caixa Econômica Federal e do BNDES.

O Presidente Lula também considerou que o PAC segue uma tradição dos grandes planos de desenvolvimento que já houve no País, feitos pelos Presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Também anunciou que investimentos semelhantes serão feitos na área de transporte e em obras da Petrobras. Entre as obras incluídas no PAC estão o abastecimento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Haverá ainda recursos para a revitalização da bacia do São Francisco e para a construção de moradias que atendam às populações de área de risco. Só para a revitalização do São Francisco, por meio do Ministério da Integração Nacional, serão investido quase R\$500.000.000,00, com a construção das redes e das estações de esgoto de todas as cidades ribeirinhas.

Serão também investidos recursos do Fundo Nacional de Habitação, para melhorar as condições de moradia das cidades com menos de 150 mil habitantes.

O Presidente anunciou ainda que será lançado um programa que distribuirá mais R\$4.000.000.000,00 para cidades com menos de 50 mil habitantes. Serão selecionadas para receber benefícios nas áreas da saúde, do saneamento e da moradia aquelas que apresentarem o maior

índice de doenças como malária e doença de Chagas.

Ontem foi um dia de muita alegria para todos nós, mineiros. Recebemos, pela segunda vez, em menos de 10 dias, a visita do Presidente Lula. Ele esteve aqui na semana passada, para inaugurar as obras da primeira etapa da Avenida Antônio Carlos, e voltou ontem para anunciar a liberação de mais recursos, um pacote de obras para o Estado.

São tempos bons, tempos de alegria, Deputado Almir Paraca, pois assistimos, nos anos passados, no governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso, a uma total discriminação contra nosso Estado. Durante quatro anos, o Estado foi tratado a pão e água. Nunca se viu, na história do País, uma perseguição tão grande contra o povo mineiro. Hoje, o Presidente Lula e o governo do PT vêm, em nome de nosso partido e do governo, a Minas Gerais dizer que o País se encontra em uma situação diferenciada e que agora está havendo governo para todos, sem picuinhas partidárias.

Quero parabenizar nosso Prefeito Fernando Pimentel, que ontem bem lembrou a perseguição que o governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso fez a Minas Gerais. O Presidente Lula deu um grande tapa de luva, pois neste Estado o Governador é do PSDB, e nem por isso faremos o mesmo que Fernando Henrique fez com Minas Gerais e também com o Rio Grande do Sul, ao perseguir aquele Estado, que era governado por Olívio Dutra, do PT.

Hoje o País cresce, desenvolve-se. Ele tem o maior índice de todos os tempos relativamente à geração de empregos com carteira assinada, batendo recordes todos os meses. Por isso, Deputado Almir Paraca, nós, do PT, temos muito a comemorar: a começar pela alegria de ter um Presidente com uma visão tão profunda. Ele até não teve oportunidade de frequentar uma faculdade, mas foi o primeiro, na história do País, que teve a coragem de lançar planos ambiciosos para melhorar a qualidade da nossa educação. Por isso, parabenizamos o governo do PT e do Presidente Lula pelo ProUni, que já atende a mais de 350 mil alunos pobres, oferecendo bolsas nas faculdades privadas. Queremos parabenizar também o Presidente Lula pelo grande projeto da criação de mais de 150 escolas técnicas no País, sendo 12 delas em Minas - uma em Paracatu.

Iniciativas como essas, Deputados, encham-nos de alegria, ao vermos que nosso país finalmente está sendo passado a limpo: estão dando oportunidade aos excluídos, aos que nunca tiveram oportunidade e agora a estão tendo nas mais diversas áreas: saúde, educação, agricultura familiar - só ontem o governo do Presidente Lula destinou mais R\$12.000.000.000,00 para financiar nossa agricultura familiar.

Deputado Getúlio Neiva, por isso estamos felizes. Estamos alegres também com o Governador, que soube ontem ser grato. Em suas declarações, o Governador Aécio Neves, ao contrário de alguns que o defendem nesta Casa e estão na contramão da história, teve a humildade de reconhecer publicamente os avanços e os investimentos que o governo do PT do Presidente Lula faz em Minas Gerais.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Primeiramente, gostaria de cumprimentar efusivamente o Deputado Paulo Guedes não só pela sua brilhante atuação no passado, mas pela perseverança e determinação com que atua nesta Casa. Cumprimento-o pelas palavras verdadeiras ditas a respeito da visita do Presidente Lula, com quem também estivemos ontem. Foi realmente uma visita histórica. Minas Gerais marcou um tento da unidade do Prefeito de Belo Horizonte, do Governador de Minas Gerais e do Presidente da República, sem barreiras partidárias, mostrando ao Brasil que a unidade de Minas pode ajudar a construir um país melhor.

Gostaria, Deputado Paulo Guedes, de aproveitar o seu pronunciamento, o seu relato a respeito da importante visita do Presidente Lula, que teve o apoio do meu partido, para lembrar a conversa pessoal que tive com o Presidente na coxia do Palácio das Artes. Ele se comprometeu a sancionar o Projeto da Zona de Processamento de Exportação - ZPE - de Teófilo Otôni, a única cidade da região Leste de Minas Gerais, num total de 17 no Brasil. Beneficiará algumas poucas cidades no Sul do Brasil, mas a maior parte será no Nordeste e no Norte do País. É um fato histórico para Minas Gerais. Trata-se da única ZPE da Região Sudeste que foi aprovada. Eu e Deputado Ademir Camilo conversamos com o Presidente, que, de forma tranqüila, disse que poderá vetar um ou outro dispositivo da lei, mas a aprovará e sancionará o projeto.

Essa visita foi importante demais para Minas Gerais, pelo volume de recursos negociados, acertados em parceria e recursos de financiamento, mas sobretudo para sua região. A região do Vale do São Francisco receberá um impulso de investimentos fantásticos, que serão colocados à disposição. Minas, hoje, abraça o Presidente Lula, com o Governador também envolvido neste abraço e com o Prefeito Pimentel, o nosso anfitrião.

Cumprimento-o, Deputado Paulo Guedes. Gostaria de poder conviver com V. Exa. durante muito mais tempo, para aprender esta determinação de caminhar com o povo na defesa dos maiores interesses de Minas Gerais. Parabéns, Deputado.

O Deputado Almir Paraca (em aparte) - Nobre Deputado Paulo Guedes, quero também manifestar solidariedade ao trabalho que V. Exa. vem desenvolvendo nesta Casa, com dedicação e determinação, particularmente, às causas e aos interesses da região Norte mineira. Conhecemos bem essa região, onde também temos algumas intervenções, algumas atuações pessoais. Sabemos da justiça e da determinação da sua atuação.

Queremos também manifestar-nos sobre o ato em que estivemos presentes. Felizmente, a quase totalidade dos Deputados Estaduais mineiros compareceram ao Palácio das Artes, ontem, à tarde, para compartilhar daquele momento solene e importante para Minas Gerais e para o Brasil. Além do volume elevado de investimentos, os objetos que serão alvo da aplicação destes recursos são todos fundamentais para aumentar a qualidade de vida do povo mineiro. Além da grande quantidade de Municípios e da imensa população que será diretamente beneficiada, foi ainda, ontem, carinhosamente manifestada pelo Presidente Lula a intenção de atender a uma solicitação do Governador Aécio Neves: um projeto específico para o Vale do Jequitinhonha.

Não foi possível compreender, com precisão, do que trata esse projeto, nem pelas manifestações do Governador Aécio Neves nem pelas declarações do Presidente Lula. Certamente, será um projeto que virá apoiar o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Trata-se de uma região, segundo as palavras do Presidente Lula, aonde ele já foi inúmeras vezes e conhece bem, e ele saudou, de maneira específica, a cultura do Vale do Jequitinhonha. Um povo que, apesar das difíceis condições, mantém a alma viva pela determinação de preservar a cultura da região. O Governador Aécio Neves manifestou que a renegociação feita com o Ministro Guido Mantega a fim de flexibilizar e ampliar a capacidade de endividamento do Estado de Minas Gerais, salvo engano, proporciona a entrada de mais R\$2.400.000.000,00, recursos que prioritariamente serão utilizados nas obras do Pró-Acesso, garantindo a ligação asfáltica a todos os Municípios mineiros. Ou seja, um projeto louvável, que está sendo implementado pelo governo do Estado.

Nobre Deputado Paulo Guedes, registramos, ainda, a importância de presenciarmos momentos como o de ontem. Nosso Presidente, vários Ministros mineiros presentes, Prefeitos, Deputados Federais e Estaduais, o Prefeito da Capital e o Governador, todos compartilhando de um mesmo entendimento, acima dos partidos e disputas ideológicas, todos afinados para promover a melhoria da qualidade de vida do povo de Minas Gerais. Parabéns pelo trabalho e pela exposição!

O Deputado Paulo Guedes - Obrigado, Deputado Almir Paraca. Além de todos os recursos que citei, liberados ontem para Minas, como disse o Deputado Almir Paraca, o governo federal aprovou ontem, por meio do Ministério da Fazenda, a ampliação do crédito de Minas Gerais, ou seja,

o governo Lula está aprovando que o Governador possa pegar empréstimo de mais R\$2.400.000.000,00 para investir no Estado. Trata-se de um recurso grande; somado aos do PAC, não há dúvida de que as oportunidades de emprego e geração de renda no Estado irão aumentar cada vez mais. Ontem e na semana passada, testemunhei que há, por parte do Presidente Lula e dos Ministros - aqui, ontem, tivemos a presença da Ministra Dilma Rousseff, que coordena o PAC, e dos Ministros Patrus Ananias, mineiro, Luiz Dulci e Hélio Costa -, a intenção de colocar Minas Gerais como um dos principais eixos na transformação do País, na retomada do crescimento.

Parabenizo a postura do Prefeito Fernando Pimentel, que faz uma das melhores administrações que Belo Horizonte já viu, reconhecida em pesquisas de intenção de voto, pela população, e também mundialmente. Parabenizamos também o Presidente Lula. Agradeço ao Governador, que teve uma fala feliz, publicada no "Estado de Minas", reconhecendo o governo do PT e do Presidente Lula. Ele diz ao Presidente Lula: "Ao fim do seu mandato, com relação a cada um desses projetos em parceria com o governo federal, eu terei muito orgulho de, fora das paixões eleitorais e políticas, andar com V. Exa., com os seus Ministros, com os parlamentares que aqui estão, por todas as regiões de Minas, para juntos constataremos a maior transformação que este Estado viveu em um só período de governo".

Portanto, agradeço ao Governador por reconhecer que o governo do PT, do Presidente Lula trata Minas Gerais com o devido respeito, o respeito com que deveria ter sido tratada no governo anterior, no qual não tivemos essa prerrogativa.

Deputado Almir Paraca, a cidade de Montes Claros comemora seus 150 anos de emancipação política e administrativa. E temos boas notícias da nossa atuação e do governo federal, que liberou R\$69.000.000,00 para investimentos em saneamento e urbanização em Montes Claros. E, por meio da atuação firme do nosso Deputado Federal Virgílio Guimarães, que, com brilhantismo, coordena a bancada mineira no Congresso Nacional, foram apresentadas duas emendas de bancada ao projeto da LDO, as quais beneficiarão o Norte de Minas, especialmente Montes Claros. Uma delas destina R\$280.000.000,00 para restauração e readequação das obras da BR-135, no trecho de Curvelo a Mirabela, contemplando o Anel Rodoviário de Montes Claros. Outra é para construção da Barragem de Congonhas, que será a maior do Norte de Minas, garantirá o abastecimento de água para Montes Claros nos próximos 100 anos, revitalizará o Rio Verde Grande, onde serão jogados 4m³ de água por segundo, abastecerá 33 cidades da região e garantirá a regularização do Rio Congonhas, contribuindo para melhoria das condições da bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha.

Hoje, uma tarde atípica, em que vários Deputados usaram a tribuna e em que houve certo relaxamento das regras por parte da Presidência, gostaria de encerrar falando da visita que faremos amanhã, com o Ministro Hélio Costa e o Deputado Federal Virgílio Guimarães, a minha cidade natal, São João das Missões, para a inauguração da agência dos Correios e do Banco Postal na cidade dos nossos índios xacriabás.

Agradeço à Presidência, pela tolerância, e aos Deputados. Estamos felizes, alegres, contentes, vibrantes com a atuação do PT, por meio do nosso comandante maior, Luiz Inácio Lula da Silva, por tudo o que tem feito pelo Brasil e, especialmente, por Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público da TV Assembléia, apesar do adiantado da hora, nesta tarde atípica de quinta-feira, às 17h20min, gostaríamos de abordar dois temas principais.

Gostaria inicialmente de registrar que amanhã, dia 29, encerram-se as inscrições para o quarto Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. É do conhecimento de vários colegas que estive na direção da Fundação Banco do Brasil por quase quatro anos e sou funcionário de carreira do Banco. Pode aplicar a experiência na área social que acumulei em alguns anos na gestão da maior instituição social do Brasil - a Fundação Banco do Brasil.

Gostaria de explicar o que são as tecnologias sociais, já que amanhã se encerram as inscrições para o referido prêmio. Tecnologia social compreende produtos, técnicas ou metodologias de fácil reaplicação, ou seja, experiências que já tiveram sucesso, que são efetivas e alcançaram resultados práticos e objetivos, melhorando a vida de uma determinada comunidade, de um determinado segmento social e, portanto, reúnem condições para serem utilizadas, adaptadas às circunstâncias locais, para produzirem efeitos positivos similares aos do projeto inicial, do projeto-piloto, nas localidades onde forem reaplicadas.

As tecnologias sociais também se caracterizam por terem baixo custo, podendo ser facilmente apropriadas pelas comunidades locais, e por resultarem de um conhecimento que nasce da interação da comunidade com institutos de desenvolvimento, com a academia, a qual é efetiva na transformação social.

As entidades que ainda queiram participar - o prêmio está aberto a empresas públicas, governos municipais e estaduais, instituições educacionais e institutos e organizações não governamentais - podem fazer a inscrição até amanhã, pelo "e-mail" premio@fbb.org.br. Serão certificadas as tecnologias que forem premiadas, basicamente as que já tenham sido implementadas, com resultados comprovados e sem fins comerciais.

A edição deste ano destacará tecnologias que resolvam questões relativas a água, alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, renda e saúde. A quarta edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social é realizada em parceria com a Petrobras, tem o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco - e tem, como auditora independente, que acompanha e certifica todo o processo, a KPMG Auditores Independentes.

As oito instituições responsáveis pelas tecnologias sociais vencedoras receberão R\$50.000,00 cada uma, totalizando R\$400.000,00, e poderão utilizá-los em atividades de expansão, aprimoramento ou reaplicação da tecnologia vencedora.

Nas três edições do prêmio, a Fundação Banco do Brasil destinou R\$900.000,00 para o aperfeiçoamento e a reaplicação das 18 tecnologias sociais vencedoras.

Na edição passada do prêmio, em 2005 - trata-se de um prêmio bianual -, 113 tecnologias sociais foram certificadas. Em 2003, foram 96 ações. Em 2001, no primeiro ano, quando foi instituído o prêmio, foram certificadas 128 tecnologias. Atualmente, existem no Banco de Tecnologias Sociais - BTS -, da Fundação Banco do Brasil, 317 tecnologias certificadas.

É bom dizer que o Banco de Tecnologias Sociais é um banco virtual que registra o desenvolvimento da tecnologia e os contatos das instituições e dos responsáveis pelo desenvolvimento e pela reaplicação da tecnologia disponível.

Nas três edições anteriores do prêmio, foram certificadas tecnologias do Sudeste, do Nordeste, do Sul, do Centro-Oeste e do Norte. Assim, todas as regiões do País estão representadas com desenvolvimento social e implantação de atividades que nascem no seio das próprias comunidades para resolver seus problemas.

O principal propósito do Banco é partir da idéia de que, nesse campo do desenvolvimento social, não é necessário reinventar a roda. Para todo e qualquer problema social das pequenas comunidades do interior do Brasil, certamente uma ou outra comunidade já encontrou um caminho, uma solução para o problema. Portanto, os gestores públicos, os militantes de organizações e de movimentos sociais, as entidades que

trabalham com o terceiro setor e as que trabalham na promoção do desenvolvimento humano e social encontrarão, no BTS, exemplos de sucesso para orientar seu trabalho.

Registro que, das 317 tecnologias sociais constantes no Banco, 141 são da Região Sudeste. A nossa querida Minas Gerais detém 48 tecnologias, das 141. Estou certo de que Minas Gerais novamente participará do prêmio deste ano e classificará muitas de suas propostas de desenvolvimento social.

Até ontem, o prêmio havia recebido 1.815 inscrições. A Região Sudeste efetivou 760 inscrições; a Região Nordeste, 397; a Região Sul, 357; a Região Norte, 114; e a Região Centro-Oeste, 187. Minas Gerais novamente está muito bem posicionada, concorrendo com 198 inscrições.

Quanto às 48 tecnologias sociais classificadas, certificadas no BTS, registramos os Municípios mineiros que estão presentes: Boa Esperança, Santana dos Montes, Belo Horizonte, Curvelo, Timóteo, Montes Claros, Sacramento, Viçosa, minha querida Paracatu, Sabará, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia, Juiz de Fora e Chapada do Norte. Destaco que o Município de Belo Horizonte participa com várias tecnologias sociais. Ademais, entidades diversas aportaram lá seu conhecimento acumulado. É o caso das Prefeituras de Boa Esperança, Belo Horizonte, Sacramento e Juiz de Fora, além de diversas entidades sociais, algumas delas ligadas ao trabalho das igrejas ou aos movimentos sociais. Aliás, vários movimentos sociais têm presença e atuação marcante em Minas Gerais.

Podemos citar a Asmare, com o projeto Lixo e Cidadania. O trabalho da Asmare já vem ganhando reconhecimento nacional e internacional, e hoje sua metodologia é reutilizada e adotada por várias organizações de catadores, pelo País afora.

Há Também o projeto do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD -, que tem sede em Curvelo e atua em vários Municípios do Estado, com vários projetos também ali certificados.

Gostáramos de falar do projeto da Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar de Belo Horizonte, que fez história e orientou várias outras administrações pelo País afora; do Projeto Habitacional Cajuru, da Prefeitura Municipal de Sacramento; e, da nossa Paracatu, a unidade social para fabricação de vassouras com utilização de plásticos PET, por meio da Caritas Diocesana de Paracatu.

As tecnologias mineiras que estão muito bem valorizadas e reconhecidas em todo o território nacional, tendo inclusive seu financiamento para reaplicação em outros Estados da Federação, são as tecnologias desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa -, de Sete Lagoas, particularmente as barraginhas para captação de águas superficiais de chuvas, recuperação de áreas degradadas e regeneração de mananciais, revelando-se uma excelente alternativa de convivência com a seca.

Queremos, depois de feito esses registros, dizer que as tecnologias sociais, para serem certificadas, passam por uma investigação local por meio das agências do Banco do Brasil das localidades em que as tecnologias foram desenvolvidas e implantadas. Aqueles ou aquelas lideranças e instituições que quiserem acessar todo este patrimônio do movimento social brasileiro podem fazê-lo por meio do "site" www.fundacaobancodobrasil.com.br. Esta iniciativa é decisiva e fundamental para disseminar este conhecimento acumulado e desenvolvido ao longo dos anos pelas entidades sociais e pelo movimento social mineiro e brasileiro.

Finalizando, Sr. Presidente, quero registrar que realizaremos, em Paracatu, na semana que vem, no dia 6 de julho, sexta-feira, um evento pela revitalização dos Rios Paracatu e Uruçuia, no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Convidamos todas lideranças da Região Noroeste, Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Câmaras e pessoas interessadas nas questões ambientais e na revitalização dos Rios Paracatu e Uruçuia para esse encontro que será realizado na Associação Comercial e Industrial de Paracatu - Acipa -, começando às 9 horas da manhã e finalizando às 17 horas. Mais informações poderão ser obtidas no nosso gabinete, pelo telefone 031-21085388, ou ainda no gabinete regional em Paracatu, pelo telefone 038-36712631. As dúvidas poderão ser esclarecidas pelo "e-mail" do nosso mandato: dep.almir.paraca@almg.gov.br.

Sr. Presidente, na programação, promoveremos a discussão do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, nacional, com enfoque nas revitalizações dos Rios Paracatu e Uruçuia. Serão apresentadas as áreas de atuação da Codevasf e também recolhidos projetos que tenham passado pelos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Uruçuia.

Haverá apresentação dos dois comitês e do Ministério Público, que atua na revitalização dos dois rios regionais: Paracatu e Uruçuia, no âmbito da bacia do São Francisco.

Após os debates e encaminhamentos de propostas, faremos a entrega de um documento solicitando a criação de um escritório da Codevasf em Paracatu, a exemplo do que já ocorre com a Promotora que cuida da revitalização do São Francisco, que também está instalada em Paracatu, para atender as bacias dos Rios Paracatu e Uruçuia.

Haverá ainda a assinatura de um convênio entre a Codevasf, o Ministério da Integração, o Ministério do Meio Ambiente, a UnB e o IEF, para implantação do Centro de Referência da Revitalização do São Francisco também na cidade de Paracatu. Contaremos com a participação de Jonas Paulo de Oliveira Neres, Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Juely Cardoso Jordão, Presidente do Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Paracatu; Júlio César Ayala Barreto, Presidente do Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Uruçuia; Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Coordenador das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente das Sub-bacias dos Rios São Francisco, Uruçuia e Paracatu.

Para finalizar o evento, faremos uma visita às instalações do IEF, onde será implantado o Comitê de Referência de Revitalização da Bacia do São Francisco. No encerramento do evento, haverá a exibição do documentário "Uma verdade inconveniente sobre mudanças climáticas", produzido por Al Gore, ex-candidato à Presidência dos Estados Unidos.

Mais uma vez, dirigimo-nos a todas as pessoas da região Noroeste de Minas, que estão interessadas na revitalização dos Rios Paracatu e Uruçuia, para participarem desse evento organizado pelo nosso mandato, no dia 6 de julho, em Paracatu, na sede da Associação Comercial e Industrial da cidade, contando com ampla participação, ampla adesão. Dessa forma, faremos com que os investimentos da revitalização do Rio São Francisco, abundantes em Minas Gerais, também nos alcancem na região Noroeste e nos ajude a preservar esses dois rios: o primeiro é um contribuinte individual do São Francisco, que é o Rio Paracatu, e o terceiro, que é o Rio Uruçuia. Dessa forma, o Rio São Francisco continuará recebendo águas saudáveis, como a dos nossos rios que entrarão na bacia, e seguirá adiante, mantendo o vasto volume de água dos dias atuais. Além disso, esperamos poder ampliar essa vazão e garantir água para os nossos irmãos nordestinos e que o Rio São Francisco continue sendo um rio de integração nacional. Aguardamos as lideranças do Noroeste de Minas no nosso evento em Paracatu. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, agradeço a generosidade de suas palavras. Cumprimento os Deputados e todos os que nos acompanham na Casa do povo mineiro e pela TV Assembléia.

Farei uma breve reflexão sobre o momento que vivemos ontem em Minas Gerais, do qual também participei no Palácio das Artes, onde estavam presentes o Presidente Lula, o Governador Aécio Neves, diversos Ministros, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Vereadores e as

galerias com a presença de lideranças da comunidade de várias cidades mineiras, como a da minha querida Divinópolis. É um momento que mostra o quão importante é a conjugação de esforços. O Município, os governos estadual e federal devem trabalhar juntos.

É importante termos planejamento, para que possamos alcançar os nossos objetivos.

O nobre Deputado Paulo Guedes falou sobre algo que é muito positivo. O governo de Minas acaba de receber o reconhecimento do governo federal de que o Estado está saneado, organizado, e, em razão disso, pode ter a sua capacidade de endividamento ampliada em mais R\$2.400.000.000,00.

É preciso deixarmos isso claro, do contrário estaremos comprometendo a nossa visão de Federação. Não é que o governo federal está dando a Minas um crédito a mais, porque crédito é algo que se conquista. A relação de crédito de um Estado ou de um Município para com organismos internacionais ou mesmo junto à União não é muito diferente, na prática, da relação que existe entre um cidadão, por exemplo, que vai a uma instituição financeira para tomar um empréstimo. Nesse caso, será preciso que ele demonstre, com o seu cadastro, que tem capacidade de pagamento. A bem da verdade, nenhuma instituição séria vai emprestar dinheiro para alguém falido, que não tenha condição de pagar.

É assim que também funciona a análise da capacidade de crédito ou da capacidade de se endividar em relação a um Estado ou Município.

É certo que há uma legislação que regulamenta essa matéria e que diz que a Secretaria do Tesouro da União tem de ter um controle sobre essa situação; do contrário, os Estados e os Municípios vão-se endividando, e isso compromete até a estabilidade de um País. Isso ocorreu no Brasil em um passado recente.

Agora à tarde ouvi dizer aqui que nunca nenhum governo nem Presidente se preocuparam em dar crédito ou em viabilizar as finanças dos Estados e dos Municípios, o que não é verdade. O governo do PSDB encontrou o País numa situação lastimável, e os Estados e Municípios, com um endividamento insuportável, disperso, com dívidas perante instituições internacionais, perante o próprio governo federal, até mesmo perante a iniciativa privada, com taxas de juros exorbitantes, deixando os Estados e vários Municípios, principalmente as Capitais, numa verdadeira situação de falência.

Naquela ocasião, o governo federal estabeleceu uma repactuação das dívidas dos Estados, e é certo que, hoje, a realidade financeira mudou, por isso é preciso que se reveja esse pacto feito àquela época. Os Deputados Getúlio Neiva e Almir Paraca, que já foram Prefeitos, sabem do que estou falando. O passado deste país, antes mesmo do governo do PSDB e já vivendo o início da democratização, revelou um absoluto descontrole das contas públicas. Um Prefeito terminava o seu mandato fazendo todas as dívidas que desse conta de fazer. Da mesma forma o Governador. Aquilo era uma luta para poder gastar o dinheiro que arranjavam emprestado ou para pagar as dívidas que faziam no mercado, deixando o pesadelo para ser vivido por seus sucessores. Quem mais sofria e ainda sofre as consequências de tudo isso é o cidadão, o povo de modo geral.

Eu mesmo, quando assumi a Prefeitura de Divinópolis, encontrei endividamento, por isso gostaria de aproveitar a oportunidade para desmentir o que alguns adversários disseram em alguns momentos. O certo é que deixei uma dívida bem inferior àquela existente quando assumi a Prefeitura. A bem da verdade, consegui o que ainda não era obrigatório, pois não havia Lei de Responsabilidade Fiscal. Consegui o chamado superávit, ou seja, durante os quatro anos em que fui Prefeito, gastamos bem menos do que o Município arrecadou e, com isso, conseguimos diminuir a dívida. É matemática elementar. Havia uma dívida de "x", e conseguimos arrecadar mais e gastar menos, durante quatro anos, ou seja, conseguimos economizar um pouco e deixar uma dívida de "x" menos 20%, 30%, nessa ordem.

Não gostaria apenas de me referir a esse avanço que Minas Gerais conquistou: equilibrar as suas finanças e ter a capacidade de poder ampliar o seu crédito, o que é algo fundamental. Estou-me referindo ao fato de que, naquele momento, testemunhamos o governo federal vir anunciar em Minas o PAC, por meio de convênios com os Estados e Municípios, com repasse de recursos.

É claro que isso é bom. Estamos felizes porque o governo do Estado está saneado, pode dar sua contrapartida e os Municípios também entrarão com parte dos recursos. Em Divinópolis, a previsão é de que o governo federal disponibilize R\$15.300.000,00, e o Município terá de entrar com uma contrapartida de R\$1.700.000,00 perfazendo R\$17.000.000,00 para programas de melhoria, de urbanização em alguns bairros pobres que possuem infra-estrutura muito deficitária e cujos moradores estão em situação mais difícil. Isso é ótimo; isso é muito bom!

O outro valor anunciado para Divinópolis é de R\$46.000.000,00. Portanto, R\$17.000.000,00 seriam a fundo perdido. O recurso vem do Tesouro Nacional para o Município, que dá uma contrapartida e usa o dinheiro sem precisar pagar novamente o governo federal. Os outros R\$46.000.000,00 são recursos advindos sob a forma de empréstimo, de financiamento. Essa história precisa ser mais bem analisada, mas, de qualquer forma, é positivo o Município pegar empréstimo para fazer saneamento básico. Aliás, nossa cidade precisa de melhoramentos nessa área: precisamos melhorar o nosso Rio Itapeçerica. Começamos a fazer isso. Foi a maior extensão de rede de esgoto feita por um Prefeito na história de Divinópolis: mais de 130km.

O Deputado Getúlio Neiva lutou muito na nossa querida Teófilo Otôni, fazendo saneamento básico e profundas transformações. Às vezes as pessoas não enxergam a rede de esgoto, porque ela está debaixo da terra, mas enxergam os seus resultados, porque ela melhora a qualidade de vida. Hoje, o povo de Divinópolis compreende isso, principalmente o da periferia, de Campina Verde, Morada Nova, Candelária, Bairro das Nações, Santa Rosa, Padre Eustáquio, enfim, de uma enormidade de bairros que não tinham redes de esgoto, mas nós as construímos. Além disso, fizemos interceptores de esgoto no córrego. Normalmente, a rede jogava dejetos diretamente no córrego, que, por sua vez, deságua no rio. Com os interceptores, ele não cai no córrego. Falta fazer a estação de tratamento de esgoto. Infelizmente, meu mandato terminou, e não tive condições para fazer todo o projeto. É obra para ser feita ao longo de vários mandatos. Cada um tem de fazer um pouco.

Embora seja muito bom o governo federal fazer parceria com os governos estadual e municipal, quero deixar um alerta aqui: isso prova que o modelo de distribuição de impostos que estamos vivendo no Brasil está errado. Alguns cidadãos não analisam a situação, até porque não a conhecem, mas é preciso começar a saber que é preciso fazer a reforma tributária e uma federação neste país; que não é justo o governo federal ficar com 65%, 67% de tudo o que é arrecadado; o Estado, com apenas 20%, e o Município, com 12% a 13% - uma migalha. Falamos que isso está errado porque, se esse dinheiro ficasse nos Municípios e nos Estados... Pagamos imposto quando fazemos a feira da semana no supermercado, quando compramos uma caixa de fósforos, uma roupa ou qualquer outra coisa. Enfim, o cidadão paga imposto ao consumir qualquer produto. Grande parte desse imposto, somada às contribuições sociais, PIS, Cofins e outras, além da CPMF, vai para o governo federal, que, por sua vez, distribui - agora diz que tem dinheiro para distribuir aos Municípios. Isso é bom, mas será que o governo que veio aqui anunciar o PAC consegue fazer chegar aos 850 Municípios do Estado esse dinheiro que levou de todos os mineiros? Será que ele consegue fazer esse dinheiro chegar de maneira mais justa, Deputado Sebastião Helvécio, também grande defensor dessa causa?

Portanto, uma coisa é reconhecermos que o momento é bom, pois houve parceria e está vindo recurso para Divinópolis, Juiz de Fora e Governador Valadares. Todavia, é preciso que o recurso venha todo mês e que se distribuam melhor os impostos. Talvez aí o governo federal não tenha de vir aqui para dizer: sou muito generoso e vim trazer um convênio; talvez o governo federal, o Estado e os Municípios estejam cumprindo as suas obrigações, e o cidadão, vivendo mais feliz. O imposto pertence ao cidadão, e não, ao Lula, ao Aécio ou ao Esteio. O dinheiro é pago pelo cidadão. É preciso haver uma engenharia financeira e uma forma de distribuição para que ele retorne mais rápido ao cidadão. Agora, vem um protocolo de intenções - aliás, foi o que você assinou -; elabora-se o projeto, e depois vêm as certidões negativas e a

burocracia. Até aí, tudo bem. Todavia, vem algo terrível depois, Deputado Sebastião Helvécio: a corrupção das grandes licitações e dos grandes negócios, decorrentes de boa parte desses acordos entre governos, e por aí afora.

Não estou dizendo que por causa disso - por promoverem a corrupção - não pode haver convênios, mas, sim, que está mais do que claro que o modelo em que o Brasil está vivendo está errado. Caso queira melhorar, de fato, o País, o Presidente Lula poderá usar a sua liderança para fazer um novo pacto federativo, uma reforma de moralização deste país e uma reforma tributária e política séria. O Congresso tentou votá-la, e ela não se viabilizou. Isso é triste.

Hoje saí de madrugada de Belo Horizonte e fui até Paineiras, que, aliás, não fica perto daqui, para uma visita. Retornei a tempo de cumprir o meu dever na Assembléia. Quando retornava, ouvi por uma rádio específica de notícias, a CBN, que o relator do PMDB, ou melhor, aquele que foi escolhido pelo novo Presidente do PMDB, eleito por esse partido, para o Conselho de Ética do Senado da República, indicou um Senador do PSB, e este aceitou. Todavia, Deputado Getúlio Neiva, ele foi vetado logo em seguida pela própria base do governo. A emissora informou que foi vetado pelo Presidente Renan, que quer um relator que lhe dê o relatório antecipadamente e diga assim: você está absolvido. Aí, ele pode ser nomeado relator. É mais ou menos como aquele mineiro - aliás, mineiro não, carioca -, vergonha para Minas Gerais e para a estrutura da República, suplente de Senador que nem tem domicílio em Minas Gerais, que engana o povo mineiro e todos nós. Ele vai até lá e tem um comportamento daquele, dizendo, antes de tomar conhecimento dos fatos, que, quaisquer que sejam as novidades, não mudará a sua opinião, que seria a de inocentar o acusado.

É essa a República que queremos? Uma República de mentira, em que os corruptos têm de ser previamente inocentados? Isso nos repugna e enoja.

O Presidente tem de assumir a responsabilidade de liderar essas mudanças. Ontem me disseram que ele não aceitou falar com a imprensa. Claro que não, pois alguém poderia perguntar pelo Babá, por não-sei-mais-quem, pelo Vavá. Ora, é preciso pôr o dedo na ferida, sim. As coisas não estão às mil maravilhas, como desejam pintar aí, não. Isso é demagogia. O dinheiro suado dos Municípios volta como se fosse uma dívida dos céus.

E ainda, Deputado Sebastião Helvécio, há o despautério de alguns inescrupulosos, que não conhecem a boa convivência democrática, de montar no canto do Palácio das Artes um grupinho orquestrado para tentar vaiar o Governador Aécio Neves, com bandeiras do PT, mas não conseguiram. Nós, do PSDB, estávamos lá respeitando o Presidente da República, como deve ser, e aplaudindo-o. A iniciativa de construir parcerias é saudável e positiva.

Deputado João Leite, eu dizia que esse tipo de comportamento demagogo, inescrupuloso, que quer inocentar de antemão os bandidos deste país, que vem dar migalhas para dizer que está revolucionando a história da República, é nojento. Não me calarei diante disso.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, acompanhava, do gabinete, o pronunciamento de V. Exa. Já tive a oportunidade de manifestar-me hoje, neste Plenário.

É lamentável o que estão procurando fazer. Ontem o nosso partido foi atacado pelo Prefeito de Belo Horizonte, que nem sequer libera os representantes dos servidores da Capital para os sindicatos que os representam. Esse mesmo Prefeito gasta quase 50% do Orçamento da cidade com terceirizados. Ele atacou o nosso partido dizendo que o PSDB nada fez por Minas Gerais.

Vendo V. Exa. na tribuna, não me contive. Vim aqui para lembrar a obra que o PSDB realizou em Divinópolis, quando V. Exa. era Prefeito e José Serra Ministro da Saúde. Lembro também a duplicação da Fernão Dias e o metrô de Belo Horizonte.

Vemos, Deputado, apenas propaganda do PAC, mas dinheiro até agora não veio nenhum. Temos apenas promessa de que virá.

O metrô está abandonado. As estações históricas da Rede Ferroviária Federal estão esfarinhadas, como a da Gameleira. O espaço que era para a construção do Ramal Barreiro, as estações construídas no governo do PSDB estão servindo para esconderijo de criminosos, deixando a população de Belo Horizonte em constante perigo, Deputado Domingos Sávio.

Agora, vem o Presidente Lula, juntamente com o Prefeito Pimentel, atacar o nosso partido. Eles não aceitam o contraditório, a verdade. Querem impor. Isso não é uma ditadura. O nosso país é uma democracia. Não aceitaremos essa postura.

Estivemos no Brejo dos Crioulos, em Janaúba. O Incra não estava presente porque está em greve, assim como o Ibama. Aliás, o governo está procurando, Deputado Domingos Sávio, criar uma lei para restringir a greve no serviço público.

Vim aqui solidarizar-me com V. Exa., companheiro do PSDB, partido que não pode ser atacado dessa forma. É um partido reconhecido pela população de Minas Gerais, assim como o Governador Aécio Neves o é.

Criaram aquele ambiente para, de alguma forma, constranger o Governador Aécio. Não terão sucesso nessa empreitada, pois o PSDB, nós todos temos um serviço prestado a este Estado. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Com todo o respeito, V. Exa. está baixando muito o nível do debate.

Não foi o que V. Exa. está falando que presenciei. Vi o Presidente Lula dando uma aula, uma lição de cidadania, aliás o próprio Governador reconheceu que o Presidente Lula é um dos melhores Presidentes de toda a história do País.

Se observarmos todos os índices, as pesquisas, as avaliações, é indiscutível. Não há como comparar. Investimentos nas áreas social, da educação, no saneamento, o ProUni, vários programas na área da agricultura, como, por exemplo, o Pronaf, maior investimento de toda história do País na agricultura familiar, mais de R\$12.000.000.000,00 investidos.

Então, não há como comparar com índices de governos anteriores. Praticamente todos os índices desse governo não tem comparação com governos anteriores. Não há como comparar nem discutir. Podem verificar todos os dados.

De todos os Estados da Federação, Minas Gerais é um dos que - Lula disse muito bem isso - receberam mais recursos do governo federal. Citei muitos programas, até mesmo que o Governador é bem avaliado. Graças a quem? Graças aos recursos provenientes do governo federal. Então, o governo Lula está sendo significativo. Temos de considerar o reconhecimento do valor que Minas tem no cenário nacional. É muito importante, independentemente de ser Deputado da Oposição, reconhecer os pontos positivos em relação ao governo do Estado. Sempre os exponho aqui com a maior clareza, não tenho dificuldade de fazer isso. Espero que V. Exas. tenham essa mesma postura em relação ao

governo federal.

Gostaria de ver V. Exa. também discutir, aliás um problema sério da população, a questão da Cemig. V. Exa. disse que toda vez que eu tocasse nesse assunto, falaria. Então, gostaria de vê-lo pronunciando-se, porque quem solicitou os reajustes à Aneel foi a Cemig. A Cemig pede, e quem autoriza é a Aneel. A Cemig pediu 23%, a Aneel autorizou 6,5%, mas a companhia não ficou satisfeita. É muito pouco 6,5%. Para a Companhia, que, em três meses, teve um faturamento apenas de R\$400.000.000,00, 6,5% de aumento não é suficiente. Houve mais de 100% de reajuste neste governo, que deu entrada a um recurso, porque quer mais.

O Deputado Elismar Prado aprovou ontem um requerimento na Comissão de Defesa do Consumidor, solicitando que a Aneel negue o recurso impetrado pela Cemig e solicitou também uma auditoria.

O Deputado Domingos Sávio - Muito obrigado. Sr. Presidente, não posso deixar de primeiramente esclarecer ao nobre Deputado Weliton Prado, que trouxe um outro assunto. Ainda bem que ele mesmo fez a análise do assunto dizendo que a Aneel é agência nacional, portanto, subordinada ao governo federal, que é quem decide preço de tarifa de energia elétrica. Foi em muito boa hora que ele se lembrou no seu pronunciamento a respeito disso. Também defendo uma redução dos preços, não simplesmente que a agência conceda 6% de aumento. Deveria haver redução e uma reforma tributária de maneira que os impostos fossem mais bem distribuídos - não é, Deputado Paulo Guedes? - e assim poderiam permitir aos Estados reduzir o ICMS na conta de energia elétrica. É isso que eu defendo com muita clareza.

Hoje a Cemig, empresa mineira, atende seis milhões e meio de consumidores. Desses, 2,3 milhões são de baixa renda e possuem uma tarifa social. Praticamente mais de um terço de todos os que são atendidos pela Cemig pagam uma tarifa mínima chamada de tarifa social. Isso é garantido. Não podemos perder de vista que os mais pobres precisam ser atendidos. E, quando o Deputado faz a observação de que baixei o nível do debate, ou ele não entendeu, ou entende que cobrar punição para corrupto é baixar o nível.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, também estranhei, no pronunciamento, a forma raivosa ao tratar do governo do Presidente Lula. Por ser Líder da Maioria desta Casa, esperava uma conduta diferenciada, até porque ontem o Presidente Lula veio a Minas Gerais trazer recursos e benefícios. Ao ouvir o seu pronunciamento e o do Deputado João Leite, fica no ar a impressão de que vocês são contrários à vinda de recursos para Minas. Dessa forma raivosa como vocês se pronunciam, parece-nos que estão contra o povo mineiro.

Em seu pronunciamento, você já está prevendo que os recursos que virão para Minas serão consumidos pela corrupção. Corrupção de quem, se estão vindo para os Municípios e para o Estado, por exemplo, para a Copasa? Será que a corrupção será da Copasa? Os recursos serão repassados aos Municípios, e alguns são administrados pelo PSDB, PFL, enfim, por todos os partidos.

Portanto, não estou entendendo a forma raivosa como se trata um momento histórico. Não vi essa raiva no Governador Aécio Neves, que, na contramão do seu discurso e do do Deputado João Leite, de forma educada, soube reconhecer - há até uma frase publicada hoje pelo "Estado de Minas" - a importância do momento histórico que vive o País, com relações políticas históricas. Temos um Governador de Estado, um Presidente da República e um Prefeito da Capital que se assentam e conversam, apesar das divergências partidárias, para proporcionar o crescimento e o engrandecimento da Nação e do Estado.

Não sei se o meu pronunciamento anterior lhe motivou o discurso, mas, em momento algum, ataquei o governo do Estado. Muito pelo contrário: elogiei a postura do Governador Aécio Neves ontem. E gostaria de ouvir do Líder da Maioria algo semelhante ao dito pelo Governador. Deputado Domingos Sávio, é preciso, pelo menos, saber tratar, pois faz parte dos bons costumes de Minas saber acolher e tratar. O seu Governador ontem soube muito bem fazer isso: recebeu e acolheu muito bem o nosso Presidente e os recursos que trouxe para o Estado. São muito estranhas a sua posição e a do Deputado João Leite, que parecem não querer que os recursos venham para o Estado.

O Deputado Domingos Sávio - Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes. O Deputado Weliton Prado, com certeza, chegou do meio para o fim do meu pronunciamento. V. Exa. talvez também não tenha ouvido todo o pronunciamento, portanto lhe peço que o ouça agora. Deputado Paulo Guedes, estou-me dirigindo a V. Exa. para recapitular a minha fala, que está gravada e taquigrafada. Iniciei o meu pronunciamento louvando a parceria; dizendo que Minas foi saneada e, em razão disso, consegue ampliar sua capacidade de endividamento; dizendo que considerava isso saudável, mas que não considero o modelo de distribuição tributária do País justo.

Na seqüência, manifestei-me de forma não raivosa - se eu estiver raivoso, o Brasil está raivoso, Deputado Paulo Guedes, e talvez o PT não esteja -, mas indignada. Estou indignado com o que se está passando no Congresso Nacional. Referi-me ao fato de o Presidente Renan vetar o Senador do PSB que se dispôs a ser relator. Ele o fez, e a imprensa já nos informou isso, pois hoje, felizmente, algo acontece agora, e agora mesmo o cidadão está sabendo, pois nos está acompanhando ao vivo. O Senador foi indicado pelo recém-eleito Presidente da Comissão de Ética - eleito pela maioria do governo. A maioria não quis que o Deputado Arthur Virgílio, do PSDB, assumisse a Presidência do Conselho de Ética. Não quis: não pode, um da Oposição não pode.

Tudo bem. O Presidente do PMDB, também o mesmo partido do Renan, que está sendo investigado, indica um Senador do PSB. O Senador do PSB diz que aceita, e o Senador Renan veta. Eu concluí: veta porque já está antevendo que ele poderá querer que a situação seja investigada. E aí eu desabafei.

Isso não é ser raivoso, Deputado Paulo Guedes. Querer que este país seja passado a limpo não é ser raivoso. Se eu tiver de ocupar a tribuna só para bater palmas por convênios assinados e me dar por satisfeito, sem querer que a corrupção seja investigada, não sou digno de estar aqui dentro; não se eu não antever os casos de corrupção, que se agravam neste país. O próprio Tribunal de Contas da União denuncia que a grande maioria dos convênios celebrados estão eivados de problemas. Eu não disse que não quero esses convênios; aliás, fiz uma pausa. Não estou dizendo que vai haver corrupção nesses convênios, estou dizendo que esse modelo está errado, esse modelo de arrecadação dos impostos em que vai tudo para Brasília, ou quase tudo; depois Brasília começa a distribuir, sob a forma de convênio. Eu disse que estava errado e, aí, de repente, dizer que esse modelo... Não foi o Lula que o criou. É um modelo que já se vem agravando há vários anos.

Eu disse que o Presidente Lula deveria exercer a sua liderança. Portanto, admito. E disse também que estava lá para aplaudir. E aplaudi. E disse também que era um absurdo ver militantes do PT orquestrados para vaiar.

Portanto, Sr. Presidente, eu tive de repetir - quem está nos vendo vai dizer que o Deputado Domingos Sávio está repetindo a fala - porque parece que falei em grego. Não consigo imaginar por que dizer que precisamos combater a corrupção neste país possa ofender tanto a Bancada do PT, e fazer dizerem que estou raivoso. Solicitar que seja combatida a corrupção é dever nosso. E, mais do que solicitar, dar exemplo desse combate.

Encerro dizendo o seguinte: tem-se criado uma polêmica muito grande aqui sobre a relação desta Casa com o Ministério Público. Eu entreguei a minha autorização assinada, para que o meu sigilo bancário, fiscal e patrimonial estejam, enquanto eu exercer a atividade pública, abertos ao Procurador-Geral de Justiça. Eu entendo que o Ministério Público deve ser respeitado e valorizado. Mas entendo que esta Casa tem de ter autonomia para discutir desmandos e abusos de toda e qualquer autoridade, até do Ministério Público. E não pode um partido político se melindrar porque estou dizendo que não aceito mais a corrupção se agravando neste país, tomando conta dele.

Temos de discutir aqui o governo federal, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Assembléia Legislativa, a transparência da Assembléia, as contas da Assembléia, os gastos da Assembléia e de todos os outros Poderes. E faço isso de cabeça erguida. E não faço de maneira raivosa, faço com indignação, às vezes. É inaceitável. Enquanto o País está num mar de lama, os brasileiros estão todos indignados. Nós todos vamos ficar aplaudindo, dizendo que está tudo bem, porque se estão fazendo alguns convênios. Quem venham os recursos dos convênios. Eles são direito nosso, são impostos que pagamos. É bom lembrar que boa parte é financiamento. Eu li que, para Divinópolis, por exemplo, está previsto um total de R\$63.000.000,00; deles, R\$46.000.000,00 de financiamento. Portanto, é importante fazer isso com transparência, com clareza.

Desculpe se me alonguei, Sr. Presidente, mas trata-se de um debate. Um debate em que, às vezes, a indignação tem de ser manifestada. Nós aqui, nesta Casa, temos uma obrigação para com o povo mineiro. O povo mineiro não pactua com isso; o povo mineiro não pode ser confundido com aquele que está lá como suplente de Senador, em quem nenhum mineiro votou nem sabia quem era.

Estas são as mudanças que cobrei no meu discurso: uma reforma política em que você não vote em um suplente de Senador que não se sabe nem quem é. E que depois elege alguém do Rio de Janeiro para representar Minas Gerais e dar aquele vexame que deu, de assumir a relatoria pela manhã e renunciar na parte da tarde. Só aceitava, se fosse para dar um parecer favorável de antemão. Agora já ficamos sabendo por quê. O Presidente do Senado é que quer escolher o relator do seu caso.

É o fundo do poço. Por isso estou indignado, nobres Deputados do PT. Se estão confundindo isso com uma postura raivosa, vejo que, de fato, a corrupção não indigna V. Exas. como a mim.

O Deputado Weliton Prado - Agradeço e parabeno V. Exa. pela condução dos trabalhos. Este debate é muito importante. Tenho em mãos o jornal "Estado de Minas" e causa-me estranheza o posicionamento dos Deputados da base do governo, contrariando o que o próprio Governador diz ao Presidente Lula. (- Lê:)

"Ao fim do seu mandato, cada um desses projetos em parceria com o governo federal, eu terei muito orgulho de, fora das paixões eleitorais e políticas, andar com V. Exa., com os seus Ministros, com os parlamentares que aqui estão, por todas as regiões de Minas, para, juntos, constatar a maior transformação que este Estado viveu em um só período de governo."

Vejam bem: "constatar a maior transformação que este Estado viveu em um só período de governo". É lógico, não poderia ser diferente, é a realidade. (- Lê:)

"Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina, com o governo do Estado e Prefeituras de 43 Municípios, contratos de R\$3.600.000.000,00 para obras de saneamento e infra-estrutura."

Entre os Municípios beneficiados, está Uberlândia. Era um sonho de anos e anos da sua população poder resolver o problema do Bairro Morumbi, um dos mais pobres dessa cidade e sem infra-estrutura. E R\$20.000.000,00 foram destinados a Uberlândia para resolver o problema da infra-estrutura.

Os Municípios mineiros beneficiados pelo governo federal foram: Alfenas, Belo Horizonte, Betim, Campos Altos, Capim Branco, Confins, Contagem, Córrego Fundo, Divinópolis, Esmeraldas, Governador Valadares, Ibitaré, Ipatinga, Itabira, Itabirito, Juatuba, Juiz de Fora, Lagoa Santa, Mantena, Mariana, Matozinhos, Montes Claros, Nova Lima, Ouro Preto, Pará de Minas, Pedro Leopoldo, Poços de Caldas, Ponte Nova, Raposos, Raul Soares, Ribeirão das Neves, Rio Manso, Sabará, Sacramento, Santa Luzia, São João del-Rei, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sete Lagoas, Teófilo Ottoni, Ubá, Uberlândia e Vespasiano.

Todos esses 43 Municípios receberão recursos da ordem de R\$3.600.000.000,00 para saneamento e infra-estrutura. Isso é histórico em nosso Estado; é o mínimo que devemos reconhecer. Será a maior transformação por que Minas passará em um só período de governo. Isso é muito importante, e todos os mineiros o reconhecem, conforme as pesquisas. Fico muito feliz em ver que esse é um sentimento geral da população, dos sindicatos e das entidades. Os Deputados devem marcar posição aqui, pois faz parte do processo democrático.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Parabeno-o por sua postura, sempre tem-se posicionado de forma brilhante em defesa do nosso Estado e do povo mais sofrido. Discordo dos oradores anteriores em várias questões. Primeiramente, quando me referi à atitude raivosa dos Deputados, eles estavam falando do governo do Presidente Lula, sim. Depois, de uma forma mais própria de camaleão, que muda de cor e de discurso, quiseram direcionar isso ao Presidente do Senado.

Todos conhecemos a crise do Senado, e também sou a favor de que se investigue aquele lamaçal que está lá. Nunca corremos de investigação, porque nunca, na história deste país, investigou-se tanto e nunca tivemos uma Polícia Federal tão atuante e as instituições funcionando até em excesso, como o Ministério Público. Mas estão funcionando. Ao contrário do governo do PSDB, que engavetava tudo na época do Fernando Henrique Cardoso, travava CPIs, com a sua maioria no Congresso, e não deixava investigar nada. Basta relembarmos a história.

E digo mais, Deputado João Leite, apesar de não ter nascido nesta cidade, Belo Horizonte é a Capital de todos os mineiros. Por isso me sinto na obrigação de defender Belo Horizonte. Parabenzamos o Prefeito Pimentel, o Governador Aécio Neves e o Presidente Lula pela série de recursos com que estão transformando a nossa Capital. Fico feliz e quero parabenizar essa conduta de parceria entre o governo federal, o governo do Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte, que está mudando a nossa Capital para melhor. Isso já está comprovado em todas as pesquisas de opinião pública. A população de Belo Horizonte aprova a gestão do Prefeito, a parceria com o Estado e com a União.

E mais: você falou da violência no Brasil, mas ela não começou no governo Lula, vem de muito tempo. A questão da segurança pública é de responsabilidade do Estado, Deputado João Leite. Então vamos propor mudar a Constituição para que a segurança pública seja responsabilidade da União. Aí, sim, podemos cobrar do Presidente Lula que coloque à nossa disposição o Exército e a Força Nacional de Segurança Pública. Ele já vem fazendo isso em alguns casos, quando solicitado, como agora, no Rio de Janeiro.

Em relação à declaração do jogador Zé Roberto - se é que ele falou dessa forma -, ele deve estar sem memória. Ele não é raivoso; penso que ele é ingrato, porque uma pessoa que conquistou uma fortuna, graças também ao apoio do povo brasileiro, falar que retirará os filhos do Brasil e os levará para a Alemanha, falar mal do País lá fora... Quem fala do nosso país lá fora não merece a dignidade de ser brasileiro.

O Presidente Lula já disse que a mania do brasileiro é falar mal do País. Por que não falamos das coisas boas que acontecem em nosso país, do nosso povo, da nossa força, das nossas terras, do nosso potencial? Só vemos a imprensa falar da violência, das coisas ruins. Está na hora de mudarmos o contexto, Sr. Presidente, e falarmos das coisas boas que aqui acontecem em todas as áreas. Temos um povo bom - 95% ou 99% da população brasileira são pessoas de bem. Não podemos deixar que 1%, que está se deixando levar pela bandagem tome conta do País. E a grande maioria cruza os braços, vai para fora, vai para a Alemanha ganhar um dinheirão e gastar o dinheirão que ganhou do povo brasileiro, que compra ingresso, canal de televisão, direito de transmissão de partida, que enriquece esses jogadores. E ele dá esta demonstração para aparecer na imprensa.

Desculpe-me, Zé Roberto, não te conheço, mas, se falou desta forma, você não é raivoso: é um ingrato!

Gostaria ainda, Deputado João Leite, finalizando, Deputado Weliton Prado, de falar que o senhor já usou desta prerrogativa uma vez, não deixando que a Deputada Elisa Costa usasse a tribuna para se defender dos ataques feitos por membros do PSDB nesta Casa, pedindo o encerramento, de plano, da reunião. Quero parabenizar o Presidente Getúlio Neiva, que não atendeu o pedido do Deputado João Leite. Ele negou porque já estava acordado que esta Casa não iria se calar mais. Portanto, não usemos, Deputado João Leite, dessas armadilhas de correr do debate.

Estou pronto para debater com V. Exa. em qualquer situação, sobre Belo Horizonte, Minas Gerais, o Brasil ou qualquer assunto, mas não admitiremos que utilizem argumentos e artifícios para proibir que nós, do PT, possamos debater.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Bráulio Braz (em aparte)* - Nobre Deputado Weliton Prado, agradeço-lhe o aparte. Não pretendo debater com V. Exas., tendo em vista a experiência e o conhecimento que têm da política mineira e da brasileira. Vejo que o debate está extrapolando a esfera estadual, ou seja, está entrando no nível nacional, já que se discute o governo do Presidente Lula.

Na verdade, pedi a palavra para retificar a fala do Governador Aécio Neves, lida pelo nobre colega, já que tenho uma interpretação um pouco diferente da sua. Conforme disse V. Exa., o Governador Aécio Neves, ontem, havia dito que Minas Gerais passa pelo melhor momento da sua história, neste último governo. Também li o jornal hoje e entendo que ele estava referindo-se ao seu próprio governo, ou seja, ao governo Aécio Neves. Em suas palavras, não estava elogiando o Presidente Lula, apesar de ele ser um político gentil; todavia, jamais faltaria com respeito ao Presidente Lula em nosso Estado. Portanto entendo que o Governador estava referindo-se ao seu governo. Isso não quer dizer que o Presidente Lula não merece elogios. Merece-os, sim. Acredito, confio no PAC, porém me surpreendi ao tomar conhecimento do volume, do percentual, dos altos valores incluídos no PAC, os quais se referem a empréstimos a Prefeituras e ao Estado. Esse fato surpreende-me, pois significa que estamos empurrando um problema para a frente, para daqui a 15 anos.

Sabemos que atualmente a maior carga tributária vai para os cofres federais. Se existe dinheiro nos cofres federais, por que não investi-lo em infra-estrutura, para dar maior possibilidade de crescimento ao País? Existe essa polêmica, mas não é hora de discuti-la.

Não poderia deixar de expressar meu ponto de vista, minha interpretação acerca do que está escrito nos jornais hoje, bem como acerca de tudo que temos acompanhado na imprensa sobre o PAC, programa do Presidente Lula.

O Deputado Weliton Prado - Reafirmo o que expus, para deixar tudo bem claro. A fala do Governador está aqui, entre aspas: "Ao fim do seu mandato, cada um desses projetos em parceria com o governo federal, eu terei muito orgulho de, fora das paixões eleitorais e políticas, andar com V. Exa..." - então, não poderá andar com ele mesmo - "...com os seus Ministros..." - quem tem Ministros é o governo Lula, ou seja, se se referisse ao Estado, seriam Secretários - "...com os parlamentares que aqui estão, por todas as regiões de Minas, para, juntos, constatarmos a maior transformação que este Estado viveu em um só período de governo".

Então, aqui está bem clara a fala do Governador em relação ao mandato do Presidente Lula. Repito, mais uma vez: "...para constatarmos a maior transformação que este Estado viveu em um só período de governo". E é verdade. São mais de R\$3.600.000.000,00 de recursos para saneamento e infra-estrutura. Assinaram o contrato 43 Municípios. Infelizmente, o único contrato que não foi assinado é o referente ao Prefeito de Uberlândia, que não estava presente, mas deve ter seus motivos; todavia foram assegurados recursos para a cidade de Uberlândia. Na realidade, são mais de R\$2.000.000,00 para a infra-estrutura do Bairro Morumbi.

Antes de conceder aparte ao Deputado Domingos Sávio, quero dizer ainda que nós estamos nos empenhando no que se refere a determinada questão. Conforme já disse, sempre que eu vier a esta tribuna, abordarei a questão Cemig.

Algumas pessoas me abordaram e perguntaram sobre a questão da Copasa, cuja conta aumentou muito, está muito alta. Costumo dizer que a água está com o preço de vinho, pois o valor da água da Copasa é muito alto, aumentou 37%. Quanto a isso, há mais de 100 projetos em tramitação, além de requerimentos. A todo o momento, estou presente nas reuniões das comissões, nas audiências públicas que se realizam no interior. Não vou parar, vou continuar; entretanto, tenho uma prioridade: lutar para fazer gestões junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - , a fim de que ela negue esse recurso que a Cemig solicitou, de modo a impedir o aumento de mais 20% na conta de energia elétrica. Nosso objetivo é fazer uma campanha para reduzir o valor da conta de energia elétrica, seja por meio de redução de ICMS, seja por intermédio de determinação da própria Aneel.

Sabe-se que, em São Paulo, a conta vai diminuir agora. Há uma briga para definir se serão 8% ou 11%.

No Paraná, já diminuiu. No Pará, garantiram isenção para uma faixa de renda em relação ao ICMS. Enquanto em São Paulo diminui, aqui a Cemig quer aumentar. O valor cobrado em Minas Gerais é praticamente o dobro do de Brasília e, no Amapá, maior que o dobro.

Segundo a tabela, em Minas Gerais, a energia residencial é 17% mais cara que na Bahia e 30% mais cara que no Ceará. A luz que o cidadão paga em Minas é 31% mais cara que no Espírito Santo. A nossa energia é 36% mais cara que no Rio de Janeiro. A nossa energia é 38% mais cara que em Goiás e 53% mais cara que em São Paulo. E lá a tarifa ser ainda, mais reduzida, mas aqui ficará mais cara. A nossa energia é 73% mais cara que em Brasília e 107% mais cara que no Amapá.

A Cemig teve um faturamento monstruoso, mais de R\$400.000.000,00 em apenas três meses, e fechará o ano com R\$3.000.000.000,00. É muito, muito, muito dinheiro. Em entrevista em 9/6/2006, D. Luciano, uma das maiores autoridades religiosas do País, reafirmou o seu compromisso com a campanha pela revisão da tarifa, pois entendeu que a comunidade que o procurava diariamente em seu gabinete constatou que a conta de luz era o maior pesadelo das famílias de baixa renda. Sempre gosto de lembrar a fala de D. Luciano. Questionado sobre o que ouvira da comunidade em relação às tarifas de energia elétrica, D. Luciano respondeu: "Temos encontrado muito sofrimento. As contas são muito elevadas. Não se trata mais de ter a água quente para o banho, mas de poder acender algumas luzes para enfrentar a noite, para os idosos tomarem o remédio e as mães amamentarem os filhos. Muitas pessoas não têm emprego ou renda. Não podem nem se alimentar. O desconforto é haver na conta de luz valores de R\$70,00, R\$80,00, podendo ultrapassar R\$100,00. É o maior problema do equilíbrio do orçamento doméstico. Muitas pessoas pedem orientação técnica da Cemig para reduzir o consumo sem perder o direito à energia, mas também não são atendidas".

D. Luciano disse que, muitas vezes, as pessoas procuram a Cemig achando que o alto valor da conta é decorrente de problema técnico. Não se trata de problema técnico. O valor da energia elétrica é realmente exorbitante, pois, apenas nos últimos quatro anos, aumentou mais de 100%.

E continua a entrevista: "D. Luciano, além dos artigos e das entrevistas, o senhor tem usado outros instrumentos em defesa da redução da tarifa?". Ele respondeu: "Há quatro meses levei ao Presidente da Cemig, Dr. Djalma, uma caixa com essas contas que as pessoas me trazem".

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Weliton Prado, registro que esse é o comportamento democrático do PT. Reclama do Deputado João Leite e do PSDB, mas não nos dá tempo para apartear. Espera que o seu tempo termine para depois conceder o aparte.

Quero registrar que nós, do PSDB, não agimos como camaleões, como o Deputado Paulo diz. Ele, sim, teve a coragem - e podem pegar os anais da Casa - de ler a matéria que tem a fala do Governador Aécio Neves. Em vez de citar o que está escrito no jornal "no período de um governo", o Deputado Paulo Guedes disse "do seu governo", como se o Governador Aécio Neves estivesse se referindo ao Lula, e não ao próprio governo Aécio Neves e, obviamente ao momento da história de Minas Gerais. Isso é tentar enganar o povo mineiro e dizer que vim aqui para combater essa parceria. Não.

Eu disse e reitero: é bom que haja parceria do PAC entre o governo federal, os Municípios e o Estado. Disse isso de forma clara e continuo dizendo. É bom que venha dinheiro do governo federal. Aliás, isso é necessário. Não é justo que o dinheiro permaneça apenas em Brasília. Disse mais: afirmo que é preciso combater a corrupção e reformular a forma de se fazer política no País. Foi exatamente isso que eu disse. Portanto, V. Exa. não tente torcer as nossas palavras.

Disse de maneira clara que sou radicalmente a favor de reduzirmos a taxa de energia elétrica e tenho lutado por isso há muito mais tempo que V. Exa. Aliás, conseguimos reduzir a taxa da energia elétrica para irrigação. Hoje a Cemig está atendendo 2.400.000 famílias. Portanto, das 6.500.000 famílias que ela atende, 2.400.000 já estão recebendo a conta com uma taxa de tarifa social. Continuaremos lutando para que haja uma redução, mas quem autoriza isso? O governo federal, o governo de V. Exa., por meio da Aneel. Portanto V. Exa. precisa deixar isso claro em seu pronunciamento. Ao invés de permanecer batendo na Cemig, que é uma empresa dos mineiros, critique o governo federal, que não estabelece uma política adequada de impostos e não permite que consigamos reduzir o ICMS na energia elétrica. A Aneel decide qual é o valor da conta de luz da Cemig. V. Exa. sabe disso.

O Deputado Weliton Prado - Com todo o respeito, Deputado Domingos Sávio, gostaria de passar o jornal às mãos de V. Exa., para que possa lê-lo. Concluirei meu raciocínio em respeito a um dos maiores religiosos, o finado D. Luciano, ex-Presidente da CNBB. Perguntaram a D. Luciano o que poderia ser feito para tornar este cálculo mais justo. Ele respondeu: "Proponho que a Cemig se reúna com as pessoas que tenham preocupação com a tarifa, com os sindicatos e faça uma parada técnica para rever o custo ideal da energia. Os aumentos estão muito acima da inflação média, com os números fortes em relação ao poder aquisitivo do povo e aos salários. O dinheiro extra arrecadado sai praticamente extorquido do necessário para a sobrevivência do povo. Disponho-me a conversar com outras autoridades para pedir uma revisão humanitária para enfrentar esta questão no Estado". D. Luciano faleceu lutando pela taxa de energia elétrica humanitária para o povo.

Quem autoriza é a Aneel, uma agência independente, e quem solicita é a Cemig. Aliás, a Cemig solicitou mais um aumento de 20%, e brigaremos para que a Aneel negue esse reajuste absurdo. A Aneel autorizou 6,5%, e a Cemig não aceitou, pois quer 20%. Coitadinha! Brigaremos para impedir esses 20%. Gostaria que V. Exa. trabalhasse nesse sentido e defendesse o povo mineiro.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Espero que esta Casa continue com esta relação amigável e respeitosa entre os pares.

Não me dobrarei diante dos gritos e reclamações, pois tenho os direitos constitucionais e regimentais de representante do povo mineiro. É um grito que não vai me calar ou intimidar. Estou acostumado à lida, à luta e ao debate, por isso não recuarei com gritos. Esse grito não adianta.

Gostaria de falar especialmente sobre as frases feitas aqui. Nunca se prendeu tanto na história deste país. Parece que, recentemente, foram 5 mil o número de presos. A pergunta agora é: Quantos continuam presos? Para uma administração pública ter de prender, já é uma derrota total. Uma administração pública que não tem controle não tem auditoria.

Algum tempo atrás, um dos grandes contadores deste país disse que o Brasil não era um país corrupto, e, sim, um país pouco auditado e pouco controlado. Uma administração pública ter que colocar a tranca depois de a porta arrombada é uma derrota total e absoluta. Isso mostra que se trata de uma administração ultrapassada, que não tem controle, não tem auditoria nem conhece o que está acontecendo dentro da sua própria administração.

Talvez por isso - a minha assessoria me alimenta de dados - existam estes dados aqui, que nos entristecem. A revista britânica "The Economist" vê o Presidente Lula atolado em torpor. Essa revista faz uma análise dessa situação de torpor em que vivemos. Lamentavelmente, também trago uma reportagem sobre o atleta José Roberto, que tem todo o direito de fazer a sua opção de mudar de país.

Os dados da segurança pública realmente são preocupantes. Será que o telespectador e a telespectadora que me vêem estão seguros neste país? Sabemos que não há segurança neste país e que a segurança é de responsabilidade, sim, do governo federal.

Existem os chamados crimes federais, como, por exemplo, o tráfico de drogas ou de armas e o descaminho. É obrigação da Polícia Rodoviária Federal a guarda das estradas, e conhecemos a ausência total do governo federal em nossas estradas. Praticamente 25% da malha rodoviária federal se encontram no nosso Estado.

O Deputado Bráulio Braz, que preside esta reunião, e também o Prof. Cláudio Beato, especialista em segurança pública, disseram que o governo federal é omissivo na segurança pública. Para se ter uma idéia, o governo federal não passou praticamente nada de recursos para o Estado de Minas Gerais, na segurança pública.

A responsabilidade é, sim, do governo federal, que é responsável, e tenho aqui dados sobre a violência, que gera custo anual de quase R\$100.000.000,00 no Brasil. Esse é o custo da violência no nosso país. Trata-se de um prejuízo de R\$519,40 por pessoa.

Temos também dados relativos aos impostos e aos tributos. Estão aqui os recursos da contribuição sobre movimentação financeira, da CPMF. Deputado Bráulio Braz, foram arrecadados R\$33.500.000.000,00, valor totalmente utilizado para o pagamento de juros e dívida. É isso o que o povo brasileiro está pagando. Você, empresário, você, cidadão que deu o seu cheque hoje, deve saber que o governo Lula está ficando com R\$33.500.000.000,00 do seu dinheiro, que o governo Lula arrecadou essa quantia com a CPMF, criada para ser destinada à saúde. Foi para lutar contra a violência? Não. Foi para pagar juros e dívidas. Foi para isso que o governo Lula usou os recursos do povo brasileiro. São recursos que sustentariam a saúde no Brasil, mas, lamentavelmente, estão sendo utilizados dessa maneira.

Vemos as propagandas que estão sendo feitas. Dizem que nunca se prendeu tanto no País. Para mim, isso é derrota total de um governo que tem de prender, que não soube onde ocorreram os desvios. Também faz propaganda do PAC, programa de cinco meses de idade que executou menos de 20% do orçamento. Belo Horizonte está lotada de faixas desse Plano, que deveria ser de aceleração do crescimento. Temos uma fala do economista Raul Veloso sobre esse assunto. O gasto efetivo é com despesas correntes: salários, diárias, passagens, etc.

E a transposição do Rio São Francisco? Os índios estão ocupando os canteiros de obras. A população indignada está-se deslocando para os canteiros, onde o Exército está para fazer a obra. E vemos um governo que não discute com a população local e manda o Exército fazer a transposição. E a população brasileira, aqueles índios resistem, lutam em nome de todos nós que queremos a recuperação e revitalização desse rio. Não queremos que ele morra. Essa obra exigirá a energia de uma represa como Três Marias para fazer o rio subir 700m, com o objetivo de atender a empresários que exportam camarão. A obra é para atender aos empresários do camarão.

Quero fazer homenagem a esses brasileiros anônimos que estão lá resistindo em nosso nome. Esse povo maravilhoso está lá agora. Desejaria eu estar lá com ele, defendendo esse rio que faz parte da nossa história e está sendo totalmente abandonado, esquecido pelo governo, que quer fazer essa obra de qualquer maneira.

Deputados Bráulio Braz, Getúlio Neiva e Paulo Guedes, ao final, essa obra terá custado R\$20.000.000.000,00 ao povo brasileiro. Parece que o dinheiro pertence ao governo Lula, mas é do povo brasileiro.

A CPMF é proveniente do cheque de cada brasileiro. Parece que esse dinheiro que está chegando em Brasília saiu de uma árvore. Não; é do cheque que um brasileiro deu. Aliás, R\$33.500.000.000,00 são arrecadados com CPMF. É aqui, em Minas Gerais, que é arrecadado. Parece que o governo Lula está fazendo o favor de encaminhar dinheiro a nosso Estado. Esse dinheiro pertence a Minas Gerais, ao povo mineiro. Ao final, o governo gastará R\$20.000.000.000,00 nessa aventura da transposição do Rio São Francisco. Isso é impressionante.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Deputado João Leite, este debate é democrático e importante para que as pessoas possam ouvir os dois lados. V. Exa. começou falando sobre um jornal ou uma revista inglesa que disse que o Lula está rodeado ou alardeado de torpor. Não sabia nem o significado dessa palavra, mas tive a curiosidade de descobrir. Torpor significa indiferença, apatia e insensibilidade.

Ora, nobre colega Deputado João Leite, acusar o Presidente Lula de falta de sensibilidade é esquecer ou não conseguir entender o que está ocorrendo no Brasil. Na história deste país, nunca tivemos um Presidente tão sensível às questões do povo e da Nação. Ele demonstrou isso aqui, ontem. Olhem os nossos programas sociais, o Pronaf e o ProUni, que coloca hoje 370 jovens pobres nas faculdades. Tantas coisas importantes estão acontecendo no País, Deputado João Leite, graças à sensibilidade do Presidente Lula. Com certeza, torpor não combina com o nosso Presidente. Talvez com o anterior, que perseguiu o nosso Estado, ficou oito anos no poder, endividou e atolou o País em dívidas no FMI. Graças a Deus, hoje o nosso Presidente pagou o FMI e o Clube de Paris. Temos R\$146.000.000.000,00 de reservas. Quer dizer, temos uma outra história. Foi um metalúrgico que não teve nem oportunidade de estudar que concedeu tudo isso ao País.

V. Exa. falou sobre a transposição do Rio São Francisco, passando a imagem para o povo mineiro de que o rio será desviado. Ora, Deputado, foi desviado em Lagoa da Prata pelos usineiros. O meio ambiente e o governo de Minas não fizeram nada. Por exemplo, o rio é desviado - se é que isso é desvio, porque também não acredito que seja... Temos 80m³ outorgados para os grandes irrigantes do Jaíba. Aliás, o Deputado Weliton Prado lembrou que os grandes produtores do Jaíba têm 90% de desconto na conta de energia. Todavia, para os pobres não. A Cemig cobra a energia mais cara do País.

O projeto de transposição retirará apenas 27m³. Aliás, 1% do volume que cai no mar, abaixo da Barragem de Sobradinho, levará água não só para Camarão mas também para 12 milhões de nordestinos, inclusive para toda a cidade de Campina Grande, que tem 1 milhão de habitantes. Sr. Presidente, concluirei.

Concluo dizendo que o projeto de transposição do Rio São Francisco não é o que aparece na imprensa de Minas Gerais. Pela primeira vez na história, estamos tendo, por parte do governo federal, recursos para a revitalização. Só o Ministério da Integração Nacional, cujo Ministro esteve aqui há 15 dias, destinará R\$456.000.000,00 para rede de esgoto, de tratamento, de recuperação de mata ciliar em toda a bacia do São Francisco. No governo de V. Exa., que ficou oito anos no poder, não se gastou um real sequer para essa revitalização. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Conhecia já a opinião do Deputado Paulo Guedes. Hoje à tarde ele teve muito tempo para externá-la. Houve pontos contraditórios, uma vez que o Presidente Lula chamou os usineiros de heróis. Já o Deputado lembra que eles fizeram um desvio no Rio São Francisco. São heróis para o Presidente da República. Para mim não o são. Digo isso em vista do trabalho penoso dos trabalhadores.

É verdade que o Presidente foi uma pessoa lutadora, vem de uma origem humilde. Hoje ele tem uma situação diferente do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que viajava no "Sucatão". Este governo tem o "Aerolula", que custou R\$169.000.000,00, e toma um vinho de R\$6.000,00.

A revista britânica "The Economist" fala do torpor do Presidente, ao ver os brasileiros nessa situação nos aeroportos. A Ministra do Turismo vem e diz que temos de relaxar. Vejam que situação. Não há uma reação a isso. Aliás, houve, sim. Prendeu-se o Sargento. A mulher está no aeroporto pedindo ao Presidente que o solte. Vejam que a culpa do "apagão" aéreo no Brasil é do Sargento.

Como disse, a revista "The Economist" está dizendo que o Presidente acha que está tudo bem.

Olhem, Minas Gerais tem 6.500.000 consumidores de energia, sendo 2.300.000 de baixa renda, que são alvo da tarifa social da Cemig. Esse número é o dobro do Bolsa-Família em Minas Gerais.

Até hoje os governistas ficam olhando no retrovisor o governo anterior. O PSDB foi governo oito anos e fez o dever de casa, construiu as bases para o nosso país, teve coragem de fazer as reformas. Estamos vendo agora o governo atual sentado sobre essas conquistas.

O interessante é que Minas Gerais não recebe um centavo das contribuições, nem da Cofins nem da CPMF. O governo federal não está obrigado a repassar as contribuições para os Estados nem para os Municípios. Fica essa concentração infame dos recursos da população brasileira, e ainda temos que assistir ao que aconteceu ontem em Belo Horizonte. Fica parecendo que temos de agradecer ao Presidente. Esse dinheiro não é do Presidente Lula, mas sim do povo mineiro, do povo brasileiro. Devolva a CPMF, a Cofins e outras contribuições para o Estado de Minas Gerais e para os nossos Municípios.

Penso de maneira diferente. O atleta brasileiro, tão discriminado - vimos aqui as citações -, tem todo o direito de emigrar, de ir para outro país a fim de buscar segurança para a família. Gostaria que fosse outro o quadro, mas, lamentavelmente, sou obrigado a mostrar a verdade sobre o nosso país. Tenho de retratar este momento que o povo brasileiro está vivendo, não adianta só a propaganda, não adianta mostrar para a população brasileira frases de efeito. A realidade é outra. Temos jovens de 18 a 24 anos desempregados. Eles estão sendo assassinados. Infelizmente, aqui estão os dados, o consumo de drogas cresceu somente no Brasil. Só no nosso país, lamentavelmente. Isso para tristeza de todos nós, porque o que queremos é que o povo brasileiro experimente efetivamente um momento de paz, de crescimento, de emprego para o nosso povo, para os nossos jovens. Espero que venha a bolsa-emprego, oportunidades reais para nossa juventude, para as pessoas pobres do nosso país.

Obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo a mais que V. Exa. me concedeu para que demonstrássemos, da tribuna da Assembléia Legislativa, o

nosso pensamento e a realidade do que está acontecendo no nosso país. Não à transposição do Rio São Francisco. É importante dizer também que a fiscalização do rio nacional não pertence a Minas Gerais, pertence ao Ibama, que neste momento encontra-se em greve, porque querem retirar dos seus servidores tudo o que é direito deles. Eles querem trabalhar, sim. Os servidores do Ibama querem atuar, mas o governo federal quer criar uma outra agência para cuidar do licenciamento. Tem de ser com o Ibama, que tem fé pública. Eles têm a responsabilidade da fiscalização dos rios nacionais que nascem em nosso Estado, este Estado generoso onde nasce o Rio São Francisco. Rio que Minas Gerais tem de cobrar, pois o governo federal quer acabar com ele.

Queremos a revitalização do São Francisco. Viva o Rio São Francisco! Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/7/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlin Moura

- exonerando Antônio Fernando Máximo do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;
- exonerando Celina Alves Padilha Arêas do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;
- exonerando Daniel Celes Charchar do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;
- exonerando Evandro José da Silva do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;
- exonerando Frederico Ricardo Fonseca Carneiro do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 4 horas;
- exonerando Jane do Sacramento Moreira Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
- exonerando Kátia Nunes da Cruz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
- exonerando Rodrigo Vieira de Assis do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;
- exonerando Sirlaine Rodrigues Barbosa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
- nomeando Aline Amorim da Silveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;
- nomeando Antônio Fernando Máximo para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;
- nomeando Celina Alves Padilha Arêas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
- nomeando Evandro José da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;
- nomeando Frederico Ricardo Fonseca Carneiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
- nomeando Kerison Arnóbio Lopes Santos para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;
- nomeando Rodrigo Vieira de Assis para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;
- nomeando Sirlaine Rodrigues Barbosa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Avelar

- exonerando Franklin Moreira de Almeida do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;
- exonerando Igor Monteiro do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;
- exonerando Reginaldo Luiz Nunes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;
- nomeando Franklin Moreira de Almeida para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;
- nomeando Igor Monteiro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Guedes

- exonerando Diogo Saraiva Moreira do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;
- exonerando Evaldo de Moura Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando Fabiana Frois Drumond do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Gilza Andrea Soares Barros e Carvalho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando Ilidio Antonio dos Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando Margareth Cristina Junqueira Reis do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando Marizete Ramos Paraíso Rocha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Rosângela Ferreira Saraiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Vera Lucia Gonçalves Dias Moreira do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Diogo Saraiva Moreira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

nomeando Evaldo de Moura Santos para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Fabiana Frois Drumond para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Gilza Andrea Soares Barros e Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Margareth Cristina Junqueira Reis para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Marizete Ramos Paraíso Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Ricardo Augusto da Costa Campos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Rosângela Ferreira Saraiva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Vera Lucia Gonçalves Dias Moreira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

exonerando Tereza Ferreira dos Santos Barbosa do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

nomeando Marília Penido Barros Oliveira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Ana Paula Victor Carvalho Malachias do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Élio de Souza do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

nomeando Reginaldo Luiz Nunes para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Valdecir Alves da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

nomeando Valdir Donizete do Prado para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2007

Objeto: aquisição de peças e componentes para equipamentos de informática. Pregoeiros vencedores: MA da Silva Equipamentos Ltda. (lote 1); Max Alberto Placedino da Silva (lotes 2 e 4); Companhia Mineira de Informática Ltda. (lote 3); Conect Corp Comercial Ltda. (lote 5); Global Comercial Ltda. (lote 6) e ADK Comércio Imp. e Exp. de Produtos de Tec. de Telecomunicação e Informática Ltda. (lote 7).

Belo Horizonte, 9 julho de 2007.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

